

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAEL REIGADA BOTTON

**Decadência de Portugal e o Cesarismo:** um estudo sobre a  
historiografia de J. P. de Oliveira Martins

PORTO ALEGRE

2016

RAFAEL REIGADA BOTTON

**Decadência de Portugal e o Cesarismo:** um estudo sobre a  
historiografia de J. P. de Oliveira Martins

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em História da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Marçal de Menezes Paredes

PORTO ALEGRE

2016

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B751d Botton, Rafael Reigada  
Decadência de Portugal e o cesarismo : um estudo sobre a  
historiografia de J. P. de Oliveira Martins / Rafael Reigada  
Botton. — 2016.

98 f.

Diss. (Mestrado) – Escola de Humanidades, Programa de  
Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

1. Historiografia - Portugal. 2. Martins, Joaquim Pedro de  
Oliveira – Crítica e Interpretação. 3. Cesarismo. 4. Socialismo  
Catedrático. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Título.

CDD: 946.90072

Alessandra Pinto Fagundes  
Bibliotecária  
CRB10/1244

RAFAEL REIGADA BOTTON

**Decadência de Portugal e o Cesarismo:** um estudo sobre a  
historiografia de J. P. de Oliveira Martins

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em História da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani - UFSM

---

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves - PUCRS

Porto Alegre

2016

Dedico esta dissertação aos meus pais, que tanto apoiaram e incentivaram o meu crescimento pessoal e profissional.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor Marçal de Menezes Paredes, pela sua orientação, incentivo e oportunidades de aprendizado.

Aos meus colegas do Programa de Pós-graduação em História, pelo coleguismo e disponibilidade.

À Alice Schwalm Passos, pelo companheirismo e incentivo prestado para a conclusão desta dissertação.

Aos meus amigos e todas pessoas que me acompanharam ao longo do Mestrado, pelo incentivo e compreensão.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa de pesquisa que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

Aos membros da banca, Dr. Carlos Henrique Armani (UFSM) e Dr. Leandro Pereira Gonçalves (PUCRS), por aceitarem prontamente o convite para avaliação deste trabalho.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
muda-se o ser, muda-se a confiança;  
todo o mundo é composto de mudança,  
tomando sempre novas qualidades.  
Continuamente veremos novidades,  
diferentes em tudo na esperança;  
do mal ficam as mágoas na lembrança,  
e do bem (se algum houve), as saudades.”

Luís de Camões, *Lírica*.

“Os *Lusíadas* cantam um passado, e são um epitáfio.”

J. P. de Oliveira Martins, *História de Portugal*.

“*Historia vero testis temporum.*”

Cicero, *De Oratore*.

## **Decadência de Portugal e o Cesarismo: um estudo sobre a historiografia de J. P. de Oliveira Martins**

### **RESUMO**

A presente dissertação consiste em uma análise a respeito da historiografia de Joaquim Pedro de Oliveira Martins enfatizando suas concepções com relação ao processo de decadência da nação portuguesa, bem como sobre as construções historiográficas relativas ao conceito de cesarismo. Abordar-se-á também o contexto político e cultural em que se desenvolveu a Geração de 1870 em Portugal e como a ideia de Decadência articula-se enquanto eixo de coesão entre seus membros (focando na fundamentação teórica do mesmo no pensamento de Oliveira Martins, em especial, na lógica dialética hegeliana e nas teorias do organicismo social). Empregar-se-á como metodologia de pesquisa as categorias históricas de *Espaço de Experiência* e *Horizonte de Expectativa*, de Reinhart Koselleck, para a constituição de uma semântica da história adequada para estudar as analogias entre os ciclos históricos de Portugal em relação à República Romana. Por fim, analisar-se-á os principais postulados do *socialismo catedrático* e como estes influenciaram o pensamento político de Oliveira Martins, refletindo-se também em sua historiografia. Busca-se, desta forma, problematizar tanto as fronteiras entre a produção historiográfica e o discurso político, quanto às releituras da História que possibilitaram múltiplas interpretações acerca da identidade nacional portuguesa.

**Palavras-chave:** J. P. de Oliveira Martins; Geração de 1870; Decadência de Portugal; Cesarismo; Socialismo Catedrático.



# **Decay of Portugal and Caesarism: a study about J. P. de Oliveira Martins's historiography**

## **ABSTRACT**

This dissertation consists of an analysis about Joaquim Pedro de Oliveira Martins's historiography, focusing over his conceptions about the decay of the Portuguese nation; and about the historiographical constructions related to de Caesarism concept. It will be also analyzed the politic and cultural contexts of development of the *Generation of 1870*, and how the idea of *decay* articulated the cohesion between its members (focusing on its theorist theoretical foundation on Oliveira Martins's thought, specially, the Hegel's dialectic logic and the theories about social organicism). It will be used as research methodology the historical categories of *Space of Experience* and *Horizon of Expectation* of Reinhart Koselleck, intending to constitute a historical hermeneutic adequate to study the analogies established between the historical circles of Portugal's history, and its relation with the Roman Republic. It will be also analysed the main postulates of the *cathedratic socialism*, and its influence over Oliveira Martins's political thought, also reflecting on his historiography. It's intended to problematize the borders between historical production and political thought, as much about the readings of Portuguese history that provided multiple interpretations about the Portuguese national identity.

**Keywords:** J. P. de Oliveira Martins; Generation of 1870; Decay of Portugal; Caesarism; Cathedratic Socialism.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>OLIVEIRA MARTINS E A GERAÇÃO DE 1870.....</b>	<b>15</b>
2.1	A GERAÇÃO DE 70 EM PORTUGAL.....	16
2.1.1	OLIVEIRA MARTINS: O AUTOR EM SEU CONTEXTO.....	24
2.2	A IDEIA DE DECADÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA DE OLIVEIRA MARTINS....	29
2.2.1	DIALÉTICA E O ESPÍRITO NA HISTÓRIA.....	30
2.2.2	O ORGANICISMO SOCIAL.....	34
2.2.3	A IDEIA DE DECADÊNCIA.....	38
<b>3</b>	<b>CICLOS HISTÓRICOS DE PORTUGAL E ANALOGIAS COM A REPÚBLICA ROMANA.....</b>	<b>43</b>
3.1	GÊNESE E APOGEU.....	45
3.2	CATÁSTROFE.....	55
3.3	DECADÊNCIA DE PORTUGAL.....	62
<b>4</b>	<b>CESARISMO EM PORTUGAL E O SOCIALISMO CATEDRÁTICO.....</b>	<b>71</b>
4.1	FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO CESARISMO NA HISTORIOGRAFIA MARTINIANA.....	72
4.2	O CESARISMO EM PORTUGAL.....	79
4.3	O SOCIALISMO CATEDRÁTICO.....	87
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>93</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a historiografia de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, historiador e político português que publicou suas principais obras na segunda metade do século XIX. Analisar-se-á, especificadamente, as relações entre a ideia de *Decadência* e o conceito de *Cesarismo* em sua produção historiográfica, enfatizando as analogias estabelecidas pelo autor entre a história da República Romana com a história de Portugal. Essa relação analógica visa, na percepção martiniana, fundamentar a alternativa cesarista como consequência *necessária* para combater os problemas sociais diagnosticados pelo autor.

Além disso, o presente estudo se justifica na compreensão da relação existente entre produção historiográfica e discurso político. Particularmente no caso de Oliveira Martins, sua interpretação dos ciclos históricos a partir do modelo da história de Roma fundamentará seu diagnóstico social sobre a decadência portuguesa. Deste modo, mobilizará a *Historia Magistra Vitae* como ferramenta de análise e sustentação de um projeto político e cívico.

Como metodologia de pesquisa, utilizaremos as categorias de *Espaço de Experiência*<sup>1</sup> e *Horizonte de expectativa*<sup>2</sup> de Reinhart Koselleck. Consideramos que estas possibilitam a fundamentação de uma semântica histórica adequada para o estudo de analogias interpretativas. Elas permitem verificar as construções semânticas estabelecidas pelo autor estudado acerca da historicidade (enquanto *diagnóstico*), aspirando a formulação de um *prognóstico* que forneceria a explicação do *sentido* da História (concebido como um ciclo incontingente).

---

<sup>1</sup> Por *espaço de experiência*, Koselleck explica que “a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois” (KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 311).

<sup>2</sup> Quanto aos *horizontes de expectativas*, Koselleck sintetiza que “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada” (KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 311).

Além disso, para que seja possível uma compreensão mais ampla sobre as relações estabelecidas por Oliveira Martins entre a *decadência* de Portugal e o conceito de *cesarismo*, é preciso analisar tanto o *locus* sócio-cultural em que o autor estava inserido, quanto o contexto político e ideológico compartilhado pelo mesmo. Isto se justifica quando consideramos que toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, em que se instauram os métodos científicos de análise para a produção de uma escrita<sup>3</sup>. Esta consideração geral sobre a escrita da história direciona o fio condutor de todo este trabalho.

Nesta perspectiva, a ótica da História Conceitual (campo das ciências humanas, em particular de estudos históricos e culturais, cujo foco é o estudo da semântica histórica de conceitos e termos) torna-se fundamental para esta pesquisa. Permite reconhecer que o significado de palavras e termos em culturas muda constantemente e ajuda a perceber como os conceitos são polissêmicos. Ademais, possibilita medir a historicidade do significado político de sistemas de valores em sua temporalidade (como as próprias configurações semânticas da ideia de *Decadência* e do conceito de *cesarismo* na produção historiográfica de Oliveira Martins).

Compreende-se que o fazer história é, essencialmente, trabalhar com um “artesanato de escalas temporais e espaciais de forma a configurar, em cada uma, a fundação de limites que configuram a produção de memórias históricas e de referências identitárias”<sup>4</sup>. Assim, é possível verificar que a própria produção historiográfica não só é desprovida de neutralidade, como muitas vezes também foi utilizada como forma de legitimar discursos políticos, por meio da construção de memórias históricas e identidades. É neste sentido que uma análise conceitual de termos como *decadência* e *cesarismo* permitem uma aproximação maior do contexto histórico a que estão relacionados – particularmente, a historiografia e a história do pensamento político português do século XIX –, ao demonstrar como o campo semântico de conceitos historicamente formulados refletem as estruturas políticas e sociais a que estão associados.

---

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

<sup>4</sup> PAREDES, Marçal. História e Escala ou o Brasil e a identidade portuguesa: um estudo sobre J. P. De Oliveira Martins. In: *Revista Ágora – Historiografia e Escrita da História*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2005, p. 282.

A estrutura formal da dissertação será dividida em três capítulos: 1) Oliveira Martins e a Geração de 1870; 2) Ciclos históricos de Portugal e analogias com a República Romana; e 3) Cesarismo em Portugal e o Socialismo Catedrático.

No primeiro capítulo, abordaremos o contexto político e social vivenciado por J. P. de Oliveira Martins, sua relação com a Geração de 1870 e os fundamentos teóricos que subjazem à percepção quanto à ideia de *decadência*. Assim, demonstraremos como a ideia de *decadência* constitui o *espaço de experiência* compartilhado pelos membros da Geração de 70 e como o autor utiliza a lógica dialética oriunda do pensamento hegeliano e as concepções acerca do organicismo social como eixos basilares de sua construção conceitual.

No segundo capítulo, analisaremos como Martins associou a noção de ciclos históricos para compreender a dinâmica de desenvolvimento da Nação portuguesa, enfatizando as analogias estabelecidas pelo autor entre a história da República Romana, com vistas a demonstrar como a Portugal repetiu a mesma dinâmica de estágios de desenvolvimento orgânicos (*gênese; apogeu; catástrofe; e decadência*).

Destaca-se também a percepção de Oliveira Martins sobre a História como *Magistra Vitae*, cuja influência do pensamento hegeliano possibilitou uma síntese entre *Historie*<sup>5</sup> e *Geschichte*<sup>6</sup>. A encarnação do *Espírito* em indivíduos históricos concretos demonstraria o cariz pedagógico da História e seu próprio *sentido*, pois estes “souberam explicitar e pôr em prática as necessidades objetivas do espírito do tempo (*Zeitgeist*)”<sup>7</sup>. O estudo dos *ciclos históricos* (enquanto acontecimentos incontingentes que se repetem ao longo do tempo), efetivar-se-ia não através da especulação metafísica, mas pela análise da vida dos personagens que sintetizariam o contexto em que viveram (expondo em sua essência a teleologia

---

<sup>5</sup> A *Historie* possuía, até o século XVIII, um caráter epistêmico particularista, pois “significava, predominantemente, o relato, a narrativa, de algo acontecido, designando especialmente as ciências históricas” (KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 48).

<sup>6</sup> O conceito de História como *Geschichte* passou a substituir a *Historie* na segunda metade do século XIX, enfatizando o acontecimento *em si* ao invés do seu relato, pois “passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz – em lugar de sequências cronológicas – os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento causal uma lógica interna” (KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 51)

<sup>7</sup> CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida? In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, n. 2, 2006, p. 25.

histórica). Como modelo *ideal* deste processo, Oliveira Martins destaca o projeto político cesarista.

No último capítulo, analisaremos os fundamentos teóricos e os modelos de cesarismos que vigoraram na história de Portugal na percepção de Oliveira Martins (enquanto *horizontes de expectativas*), e a aproximação do autor às teorias do socialismo catedrático, verificando também como estas concretizaram-se em seus projetos políticos no período em que foi deputado eleito no Porto pelo Partido Progressista.

Com base no que foi exposto, propomos analisar as relações estabelecidas por Oliveira Martins entre uma interpretação realizada sobre o processo de decadência da Nação portuguesa, a partir do século XVI, e de que forma o autor relacionou o cesarismo enquanto uma consequência *necessária* (no sentido de *incontingente*), por meio de uma análise conceitual de sua historiografia. Acreditamos que, por meio desta delimitação do objeto de estudo, seja possível problematizar tanto as fronteiras entre a produção historiográfica e o discurso político, quanto as releituras da História que possibilitaram múltiplas interpretações em relação à identidade nacional portuguesa.

## 2 OLIVEIRA MARTINS E A GERAÇÃO DE 1870

Neste capítulo, abordaremos a Geração de 1870 em Portugal, enfatizando o contexto em que a mesma se desenvolveu e suas relações com o pensamento de Oliveira Martins. Para tal, dividiremos o presente capítulo em três partes: 1ª) “A Geração de 70 portuguesa”; 2ª) “Oliveira Martins: o autor em seu contexto”; e 3ª) “A ideia de decadência na historiografia de Oliveira Martins”.

No primeiro momento, discutiremos o contexto histórico em que se desenvolveu a Geração de 1870 portuguesa, desde suas origens com a polêmica do *Bom-Senso e Bom-Gosto*, em Coimbra, até o início das Conferências Democráticas do Casino. Destacaremos também as configurações semânticas das ideias de *Geração* e de *decadência* como elementos de coesão entre seus membros.

Em seguida, será realizada uma breve exposição da vida de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, buscando compreender como os diversos acontecimentos e contextos vivenciados pelo autor se refletiram em sua produção historiográfica. Ademais, levantaremos algumas das ideias basilares que constituíram seu pensamento (como a noção de *decadência* e suas concepções acerca do organicismo social).

Por fim, analisaremos os fundamentos teóricos empregados por Oliveira Martins na construção semântica da ideia de Decadência, enfatizando seus pressupostos epistemológicos (como a lógica dialética hegeliana), e as influências exercidas pelas teorias biologicistas e darwinistas em suas obras.

Estas reflexões são fundamentais para compreendermos tanto o contexto de ideias relacionado e compartilhado por Oliveira Martins, quanto para apreendermos as categorias analíticas empregadas por este autor em suas construções historiográficas.

## 2.1 A GERAÇÃO DE 70 EM PORTUGAL

A chamada “Geração de 70” foi um movimento intelectual que teve início em Coimbra em 1865, surgindo como crítica a várias dimensões da cultura portuguesa, da política à literatura. Fortemente influenciados pelo positivismo de Augusto Comte, pelo socialismo utópico de Proudhon e pela filosofia idealista hegeliana, eram jovens que se reuniam para discutir sobre as principais correntes ideológicas que estavam em voga no contexto europeu.

Entre os principais assuntos debatidos pelos membros da Geração de 70, destaca-se em especial a percepção de que Portugal havia entrado em um crepúsculo após as grandes navegações do século XVI, culminando em um processo de decadência de longa duração que conseqüentemente levou o país à estagnação no século XIX, considerando Portugal estar muito atrasado em relação às demais nações europeias que já estavam no ritmo da II Revolução Industrial (e permanecendo um país tipicamente agrário e dependente de suas colônias ultramarinas).

A ideia de geração é concedida aos integrantes do respectivo grupo através da noção de que os mesmos compartilham de experiências em comum, sendo principalmente a posição de contestação à situação em que Portugal encontrava-se no período, inicialmente com ênfase no aspecto cultural, mas posteriormente também nos campos políticos, econômicos e sociais. Por este motivo, é importante abordar cuidadosamente o conceito de geração, para não tipologizarmos a complexidade semântica do conceito meramente enquanto uma palavra “empregada para distinguir um conjunto de intelectuais de idade aproximada, imbuídos da mesma ideologia, tendo objetivos comuns e lutando por eles”<sup>8</sup>, já que tal denominação é consideravelmente contestada atualmente, além de não ser aplicável no estudo deste caso. Exemplo disto é a própria discrepância de idade entre alguns membros (que em alguns casos superaram mais que dez anos), além de diferentes interpretações acerca da história de Portugal.

---

<sup>8</sup> BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: A Geração de 70*. Porto: Campo das Letras, 2003, p. 16.



Assim, adotaremos os marcos identitários estabelecidos por Beatriz Berrini para a adoção de tal rótulo, sendo estes

A escolha para uma data significativa para seu início e término; a presença de uma lúcida consciência da decadência da nação; a busca da verdadeira identidade portuguesa, com o delineamento de um possível percurso de renascimento; a constatação da influência hegemônica e incontestável da França pairando sobre ideias e práticas de Ciências e Artes; a importância da imprensa e a prática jornalística dos membros dessa *Geração*.<sup>9</sup>

É importante destacar também o intenso intercâmbio cultural existente entre os membros da Geração de 70 portuguesa e brasileira, tendo em vista que a segunda metade do século XIX foi um momento de intensas discussões acerca da clarificação identitária tanto na escala luso-brasileira quanto na ibero-americana. Nesta perspectiva, compreender a complexidade do relacionamento luso-brasileiro sob a ótica de *configuração* possibilita uma abordagem que não se limita apenas às culturas nacionais, mas que também “assuma como seu desafio maior o esclarecimento da relação estabelecida por cada uma dessas culturas com uma dimensão transnacional sem a qual elas próprias resultariam incompreensíveis”<sup>10</sup>. Em outras palavras, as fronteiras culturais entre Portugal e Brasil até finais do séc. XIX e início do XX não estavam precisamente delineadas, pois o intercâmbio de ideias (principalmente no exterior, mas também por meio de cartas) fomentava uma compreensão mútua com relação à aproximação entre ambos países.

Assim, estudar a Geração de 70 portuguesa torna-se relevante na medida em que podemos compreender o próprio contexto ideológico também debatido por pensadores brasileiros no respectivo período, rompendo com os essencialismos nacionalistas que ainda perpetuam principalmente em nossos currículos escolares, em que Portugal simplesmente some da História brasileira após a Independência em 1822 e com o retorno de D. Pedro I a Portugal. Podemos destacar, enquanto exemplo, as concepções sobre os conceitos políticos e culturais<sup>11</sup> compartilhada por

---

<sup>9</sup> BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: A Geração de 70*. Porto: Campo das Letras, 2003, p. 20.

<sup>10</sup> PAREDES, Marçal. *Configurações Luso-Brasileiras: Fronteiras Culturais, Demarcações de História e Escalas Identitárias (1870-1910)*. Saarbrücken: Nova Edições Acadêmicas, 2013. p. 10.

<sup>11</sup> Como exemplo, podemos destacar Teófilo Braga (Portugal) e Silvio Romero (Brasil), que para ambos o conceito de *sociedade* manifestava “o projeto de uma sistematização da vida coletiva” (PAREDES, Marçal. *Configurações Luso-Brasileiras: Fronteiras Culturais, Demarcações de História e Escalas Identitárias (1870-1910)*. Saarbrücken: Nova Edições Acadêmicas, 2013. p. 222).

alguns pensadores luso-brasileiros e também sobre a própria constituição da identidade nacional (tanto brasileira quanto portuguesa) enquanto historiografia.

Em Coimbra, o grupo que constituirá a Geração de 70 surge com o advento da *questão coimbrã*, apoiando Antero de Quental em sua crítica intensa ao romancismo decadente simbolizado por Antônio Feliciano de Castilho<sup>12</sup>, sendo este o principal expoente do ultra-romantismo em Portugal no período. A chamada polêmica do *Bom-Senso e Bom-Gosto* passou na Universidade de Coimbra em 1865, sendo uma oposição ao ultra-romantismo (representado por António Feliciano de Castilho e seus seguidores) por parte de jovens culturalmente defensores do realismo e do naturalismo (liderados por Antero de Quental, na qual participaram também Teóphilo Braga, Ramalho Ortigão e mesmo Eça de Queiroz, indiretamente, com a publicação de *O Crime do Padre Amaro*). O cerne das críticas centrava-se no academicismo e no formalismo vazio das produções literárias dos românticos (que Antero de Quental intitulava pejorativamente de “escola do elogio mútuo”) e que formou o núcleo do que viria a ser a Geração de 1870 – integrada de outros pensadores também após a mudança de seus membros para Lisboa (entre eles Joaquim Pedro de Oliveira Martins).

É importante destacarmos que o próprio conceito de “polêmica” possui uma configuração semântica importante de ser historicizada no respectivo período, pois a etimologia do termo remete a um substantivo do idioma grego oriundo do adjetivo *polemikós*, que significa *guerreiro*. Nesta perspectiva e conforme empregada no contexto

A polêmica representa uma questão controversa, um debate em forma de luta. Uma guerra de argumentos, portanto. A partir da segunda metade do século XIX, o prestígio dos conhecimentos propagados por Charles Darwin e seus seguidores, condicionados pelas ideias de “luta pela vida” (*struggle for life*) e pela “sobrevivência do mais apto” (*the survival of the fittest*), ajuda a compreender o

---

<sup>12</sup> O romantismo em Portugal teve início na década de 1830, ligado a um certo nacionalismo cultural excessivo e que teve como grandes expoentes Almeida Garret e Alexandre Herculano (cuja obra *História de Portugal*, publicada em 1846, é considerada por muitos pesquisadores como a primeira obra historiográfica de caráter científico em Portugal). Entretanto, o período que sucedeu ao primeiro romantismo português – 1850 até meados de 1860 – foi extremamente infértil na criação de obras verdadeiramente originais. Ver PIRES, Antônio Machado. *A ideia de decadência na Geração de 70*. Lisboa: Vega, 1992.

ambiente intelectual que tinha na polêmica sua *forma* privilegiada de manifestação.<sup>13</sup>

O panorama que se desdobra na polêmica entre a *questão coimbrã* relaciona-se de forma mais aprofundada à própria crítica que está na base da noção de *modernização*, uma vez que, para além de uma mera querela cultural e estética, há um intrínseco jogo político, no qual, uma geração de jovens preocupados com o atual estado de Portugal, busca novas interpretações (em especial por meio de novas releituras acerca da História) capazes de possibilitar a superação da crise política, econômica e social que vigorava no país

Cabe ressaltar que a ideia de “progresso” foi fundamental na estruturação do pensamento moderno, sendo esta, uma concepção que diferia profundamente da cosmovisão escatológica e essencialista (ou seja, a noção estagnada do *ser*). Franklin Baumer destaca que, com as inovações científicas e tecnológicas (como a revolução copernicana e a física newtoniana) a própria percepção do tempo também passou a sofrer alterações, pois, cada vez mais, os exemplos do passado tornavam-se insuficientes para se prognosticar o futuro. Outros pensadores, como Reinhart Koselleck, também concordam que a modernidade só pode ser concebida como “um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”<sup>14</sup>, destacando também que o *progresso* “é o primeiro conceito genuinamente histórico, que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre a experiência e a expectativa”<sup>15</sup>.

As consequências desta sobreposição do *devir* sobre o *ser*, em uma perspectiva de longa duração, culminou no desenvolvimento de um contexto de ideias cada vez mais desuniforme, de tal modo que, “se alguma vez o conceito de século falhou, foi no século XIX”<sup>16</sup>. A percepção de uma enorme multiplicidade de correntes de pensamento vigorando em uma curta temporalidade e sem

---

<sup>13</sup> PAREDES, Marçal. A Querela dos Originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 103-119, 2006, p. 103-104.

<sup>14</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2006, p. 314.

<sup>15</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2006, p. 320.

<sup>16</sup> BAUMER, Franklin. *O Pensamento Moderno Europeu*. Volume I – Séculos XVII e XVIII. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 13.

precedentes históricos levaram Baumer a considerar quatro “mundos” de pensamento no respectivo período:

- 1) Romântico: cujas origens remontam ao movimento *Sturm und Drang*<sup>17</sup> no século XVIII e no pietismo alemão e que, embora possua muitas vertentes no século XIX, todas compartilham da crítica à possibilidade em se resumir a totalidade do homem unicamente pela Razão (sendo nesta perspectiva uma crítica ao Iluminismo) e que, “mais do que qualquer outra coisa, distingue, em todas as situações, as conjecturas do espírito do século XIX, e do nosso próprio século, das do período precedente, na história intelectual do Ocidente”<sup>18</sup>, consistindo principalmente em uma substituição do uniformitarismo racionalista por uma maior diversificação normativa do pensamento;
- 2) Neo-Iluminista: tendo sido o contexto mais otimista do século XIX, em que o cientificismo chegou ao seu apogeu (como exemplo o positivismo comtiano, em uma perspectiva em que a ciência seria a chave para o progresso da humanidade) no qual Baumer resume que, em seu conjunto, exhibe muitos dos traços gerais do Antigo Iluminismo, destacando principalmente como semelhança “a mesma aversão pelo sobrenatural e pela metafísica; a ênfase na ciência e no ‘livre pensamento’ (no sentido da crítica da tradição religiosa), a mesma preocupação com os problemas sociais e o ativismo social”<sup>19</sup>;
- 3) Evolucionário: considerado enquanto uma segunda parte do Neo-Iluminismo, mas com a diferença resultante das consequências em praticamente todos os campos do conhecimento humano causados pela ideia de evolução (oriunda principalmente das concepções de Charles Darwin em *A Origem das Espécies*) e que reanimou os conflitos entre ciência e teologia, pois

Envolvia o próprio homem, até agora isento, no processo evolucionário, chamando assim a atenção para a humildade do homem, isto é, para a sua origem animal. Isto padronizou os aspectos dinâmicos da sociedade e da cultura, e criou,

---

<sup>17</sup> Literalmente “Tempestade e Ímpeto”, foi um movimento proto-romântico na literatura e música germânica entre 1760 e 1780, e que teve como um de seus principais expoentes Goethe. Veja-se, para mais informações, BERLIN, Isaiah. *A Apoteose da Vontade Romântica*. Lisboa: Bizâncio, 1999.

<sup>18</sup> LOVEJOY, Arthur. *A Grande Cadeia do Ser*. São Paulo: Palíndromo, 2005, p. 291.

<sup>19</sup> BAUMER, Franklin. *O Pensamento Moderno Europeu*. Volume II – Séculos XIX e XX. Lisboa: Edições 70, 1990b, p. 61.

simultaneamente, uma tendência favorável à “luta”, como lei da vida social e orgânica.<sup>20</sup>

- 4) *Fin-de-Siècle*: o final do século XIX é considerado enquanto profundamente caótico devido principalmente à *velocidade* na percepção do tempo e que restringia o lazer, conseqüentemente impedindo que os homens refletissem sobre a importância e a finalidade das coisas que presenciavam e realizavam.

Por meio deste breve panorama dos principais movimentos ideológicos que ocorreram no século XIX, é possível observarmos que Portugal não estava isolado do movimento de ideias que estavam em voga no contexto europeu, motivo pelo qual a Geração de 70 teve um papel fundamental (e de certa forma bem-sucedido) na busca por aliar o pensamento lusitano com as principais doutrinas de pensamento vigente, utilizando-as enquanto ferramentas para pensar o próprio passado da nação, buscando um *diagnóstico* para a crise que possibilitaria o desenvolvimento de um *prognóstico* modernizador - como exemplo o caso de Teóphilo Braga, responsável por introduzir o pensamento positivista de Augusto Comte em Portugal.

A partir de 1871, as reuniões do grupo passaram a ser em Lisboa, ocorrendo primeiramente na Tertúlia Ocidental e, posteriormente, nas Conferências do Casino, importante ponto de encontro onde

[...] as sessões celebravam-se como banquetes de pura inteligência, entre a fumarada do tabaco e os grandes goles de chá, mangas de camisa, colarinhos abertos e polémica constante. Uma boémia artística dos insurrectos de Coimbra, sob a inspiração de Antero cujo misticismo metafísico fazia dele uma espécie perturbante e iluminada.<sup>21</sup>

Nesta época, as discussões voltaram-se principalmente para a questão do socialismo (de caráter proudhoniano e com influência de Saint Simon), tornando o eixo basilar de uma temática dominante que se aliava à proposta republicana e às críticas ao regime monárquico decadente e ao anti-clericalismo - impulsionadas

<sup>20</sup> SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1995 p. 99.

<sup>21</sup> MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *O essencial sobre Oliveira Martins*. Lisboa: INCM, 2003, p. 13-4.

principalmente pelos acontecimentos da Comuna de Paris – em que a palavra “revolução” adquiria cada vez mais peso em calorosas discussões incentivadas principalmente por Antero de Quental.

Outro um ponto bastante importante é compararmos as personalidades de Alexandre Herculano e Antero de Quental, visto a importância que ambos tiveram enquanto representantes de movimentos que buscavam a superação do *status quo* em diferentes períodos, mas que, posteriormente, retiraram-se dos debates para o “exílio”, profundamente decepcionados - Herculano no Vale dos Lobos (onde viveu uma vida retirada e passou o resto de sua vida em retiro espiritual e dedicado à agricultura, porém exercendo uma forte influência moral ao restante do país) e Antero de Quental (que se exilou também voluntariamente e inclusive chegou ao ponto de cometer suicídio).

Enquanto Alexandre Herculano indignava-se com a decepcionante realidade resultante da evolução política, econômica e social da Revolução de 1820, nem por isso renegava o valor do movimento revolucionário em si “como memória histórica que sucedesse ao esquecimento momentâneo do passado e à visão utópica do futuro. Daí a sua idealização propriamente romântica do Portugal pré-constitucional até 1385”<sup>22</sup>. Já Antero de Quental possuía uma mentalidade mais ligada ao *Fin-de-Siècle*, na qual, ao mesmo tempo em que vigorava um socialismo utópico e ferrenhas críticas quanto ao tempo em que vivia, perdurava um certo ceticismo quanto à concepção do Estado ser o legítimo portador da memória da Nação, assim como na implementação de um modelo de governo socialista em Portugal que superasse os males causados pelo liberalismo *laissez-faire* e perpetuados pela monarquia constitucional portuguesa.

No contexto das discussões no Casino (1871) existiam, dentro da Geração de 70, três grupos que dividiam suas opiniões acerca da importância da obra e da vida de Alexandre Herculano, sendo estes

---

<sup>22</sup> PIRES, António Machado. *A ideia de decadência na Geração de 70*. Lisboa: Vega, 1992.

Os que simplesmente admiram a obra e a ação de Herculano, os que o condenam com biliosa e cega ojeriza, por fim os que lhe votam uma estima toda crítica, vigilante e fundamentada. Digamos sucintamente que ao primeiro grupo pertencem Antero, Junqueiro, Anselmo de Andrade e Eça, ao segundo lote Teófilo, Ramalho e Adolfo Coelho, situando-se no terceiro, densíssima de conteúdo, a crítica que Oliveira Martins ergueu em torno do seu confrade romântico.<sup>23</sup>

Oliveira Martins tecia também muitos elogios quanto à conduta cívica de Herculano, considerando-o enquanto o Catão português, símbolo da moralidade e exemplo de homem cívico a ser seguido<sup>24</sup> principalmente por seu engajamento intelectual e político. Já Antero de Quental (que também partilhava de um comportamento “estoico”) considerava que na fisionomia moral de Herculano haviam certos traços que faziam lembrar o perfil energético e simples dos heróis típicos da nacionalidade portuguesa, mas que haviam já se extinto no contexto decadentista do século XIX.

A partir desta contextualização, analisaremos em seguida a participação em específico de Oliveira Martins na Geração de 1870, focando tanto nos acontecimentos ocorridos em sua vida pessoal quanto em seu engajamento intelectual e político, fortemente influenciados pelas diferentes situações que vivenciou e que refletiram diretamente em sua historiografia.

---

<sup>23</sup> MEDINA, João. *Herculano e a geração de 70*. Lisboa: Terra Livre, 1977.

<sup>24</sup> Entretanto, Oliveira Martins destaca que “No meio de Roma, Catão faria o efeito de Herculano na Lisboa da *Regeneração*, com a diferença de que o nosso Catão nunca foi coisa alguma, e ao romano elegeram-no Censor.” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* - I. Lisboa: Guimarães Editores, 1952, p. 312).

### 2.1.1 OLIVEIRA MARTINS: O AUTOR EM SEU CONTEXTO

Joaquim Pedro de Oliveira Martins nasceu em Lisboa, no ano de 1845. Pensador crítico e de grande erudição, escreveu diversas obras de História, Ciências Sociais e Economia, tendo redigido seus principais trabalhos entre as décadas de 1870 e 1890 – em especial suas obras *História da Civilização Ibérica*, *História de Portugal* e *História da República Romana* - buscando sempre novas interpretações com relação à história da nação portuguesa objetivando desenvolver soluções para a crise em que Portugal encontrava-se no século XIX.

Seu avô, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, fora bacharel em Direito e forte adepto dos ideais da Revolução Liberal de 1820 (inclusive tendo sido membro da Junta Preparatória das Cortes e secretário de Estado ao lado de Mouzinho da Silveira). Entretanto, Agostinho, o filho de Gomes da Silveira (tio de Oliveira Martins), integrou ao exército de Dom Miguel (defensor do absolutismo), causando grande tristeza ao seu pai por participar das forças que inclusive o reprimiram durante a Guerra Civil.

Este é um ponto que exerceu uma importante influência no pensamento de nosso autor, pois esta mesma nostalgia entre o liberalismo advogado pelo avô e o absolutismo defendido por seu tio acabaram de certa forma refletindo também na vida política e intelectual de Oliveira Martins. Na sua juventude o mesmo defendia um modelo federalista descentralizador (juntamente com outros membros da Geração de 70), no final de sua vida passou a defender a necessidade de um governo centralizador e com uma economia nacionalizada (como veremos de forma mais aprofundada nos próximos capítulos).

Em 1856, Oliveira Martins matriculou-se como aluno voluntário na Academia de Belas-Artes, onde habilitou-se em Gramática Latina, ingressando desta forma no ano seguinte no Liceu Nacional de Lisboa. Nesta época, Alexandre Herculano já havia se tornado uma fonte de inspiração muito forte para Oliveira Martins, que o lê com grande afinco, pois “entusiasma-o sobremaneira o estoico, a figura moral e o escritor – onde o período redondo e o clássico, sem afetação quinhentista, se desenvolve alimentado pelos *caldos da vieira*”<sup>25</sup>. A influência de Herculano permite também a Oliveira Martins pesquisar outros autores historiográficos (em especial

---

<sup>25</sup> MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *O essencial sobre Oliveira Martins*. Lisboa: INCM, 2003, p. 9-10.



helenistas e latinistas), como Michelet, Mommsen, etc. Destes autores, porventura, sairão fortes influências para sua historiografia.

Em 1866, Oliveira Martins inicia a redação de seu primeiro romance histórico chamado *Febo Moniz*, cujo protagonista vive no final da dinastia de Avis e com a crise dinástica de 1580, influenciado principalmente pelas obras historiográficas de Alexandre Herculano. Também toma conhecimento acerca da polêmica do *Bom-Gosto e do Bom Senso (questão coimbrã)* e, embora não conhecesse ainda Antero de Quental pessoalmente, posicionou-se ao seu lado nas críticas ao romantismo decadentista de António Feliciano<sup>26</sup>.

Embora *Febo Moniz* não tenha sido bem recebido pelo grande público, Oliveira Martins não desiste da escrita com intenções políticas (traço este perpetuado em praticamente todas suas obras), sendo convidado por Luciano Cordeiro para participar do jornal *A Revolução de Setembro*. É importante salientar que “as suas prosas desse tempo são a de um republicano socialista que acredita na razão, na ciência e na criação de uma federação de homens livres, que exige a instrução do povo”<sup>27</sup>.

A aproximação de Oliveira Martins ao grupo de Coimbra (que formaria a Geração de 70) se deu através de Teóphilo Braga, uma vez que, após Martins publicar *Teóphilo Braga e o Cancioneiro e Romanceiro Português* (1869), o mesmo acaba tornando-se amigo do autor, estabelecendo-se assim um relacionamento de admiração mútua. Foi desta forma que, a partir dos encontros na Tertúlia Ocidental (localizada na Travessa do Guarda-Mor), em 1870, que Oliveira Martins acabou se tornando amigo íntimo de Antero de Quental e Eça de Queiroz, amizade esta que foi intensificando-se ao longo do tempo. É nesta época que o grupo inicia a redação do jornal *A República*, em que

Nas suas páginas foram publicadas por um Oliveira Martins ativíssimo os estudos sobre a ‘Liberdade de Cultos’, o ‘Golpe Militar de 19 de maio de 1870 e a Ditadura de Saldanha’ e ‘Os Cinquenta Anos de Monarquia Constitucional’, que viria a constituir a espinha dorsal do Portugal Contemporâneo. Em junho de 1870, o grupo sofre alguns abalos – Eça de Queirós é nomeado administrador do concelho de Leiria e Joaquim Pedro parte para Córdova, para as minas de Eufémia, onde se fixa a partir de 3 de agosto.<sup>28</sup>

<sup>26</sup> SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1995.

<sup>27</sup> MARTINS, Guilherme d’Oliveira. *O essencial sobre Oliveira Martins*. Lisboa: INCM, 2003, p. 13.

<sup>28</sup> MARTINS, Guilherme d’Oliveira. *O essencial sobre Oliveira Martins*. Lisboa: INCM, 2003, p. 17. A ditadura de Saldanha será analisada de forma mais aprofundada no último capítulo do presente trabalho.

No ideário político de Oliveira Martins, a evolução de um federalismo republicano e descentralizador (de inspiração proudhoniana) para uma apologia a um socialismo de Estado e do reforço do poder central (base do projeto político cesarista) pode ser atribuída “à sua vivência na Andaluzia durante a I República Espanhola e ao modo crítico como considerou esta experiência política”<sup>29</sup>. Oliveira Martins, ao perceber que o sistema federativo e de caráter liberal da Primeira República Espanhola serviu para aumentar e perpetuar o poder dos grandes proprietários de terra e de capitais às custas da exploração das camadas sociais menos abastadas (como observou no caso dos trabalhadores das minas), compreendeu que o fundamental seria a modernização do país no sentido de um Estado Social. Acreditava que Portugal e Espanha compunham uma civilização em comum<sup>30</sup>, conseqüentemente as experiências políticas ocorridas em quaisquer das partes desenvolver-se-iam de forma análoga em todo o conjunto (neste caso, refletir-se-iam em Portugal).

Com seu retorno a Portugal, Martins se aproximou dos social-democratas (como Eduardo Bernstein) e dos socialistas de cátedra<sup>31</sup>. Acompanhava com muito interesse a obra de Bismarck (considerando este um dos grandes césores<sup>32</sup> de seu tempo), principalmente enquanto o líder que não só possibilitou a unificação alemã como também desenvolveu um sistema de previdência social exemplar.

Entretanto, o desgosto de ver suas principais aspirações políticas não se completarem levou Oliveira Martins a fundar juntamente com outros membros da Geração de 70 (como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro) o grupo *Vencidos da Vida*, reunindo-se para jantares e convívios semanais no Café Tavares e no Hotel Bragança entre os anos de 1887 e 1894. Mesmo com o latente pessimismo retratado na própria auto-depreciação com que se intitulavam, o grupo acabou influenciando o príncipe Dom Carlos I, que assumiu o trono em 1891 e representou uma esperança para os intelectuais do grupo.

---

<sup>29</sup> MATOS, Sérgio. Oliveira Martins e o federalismo oitocentista. In: *O federalismo europeu – História, política e utopia*. Lisboa: Colibri, 2001, p. 89.

<sup>30</sup> Este traço de sua é responsável pela polêmica com Teófilo Braga, e é abordada de forma mais aprofundada em sua *História da Civilização Ibérica*.

<sup>31</sup> O socialismo catedrático será analisado no último capítulo do presente trabalho.

<sup>32</sup> Na historiografia de Oliveira Martins, o conceito de cesarismo configura um sistema de governo autoritário, no qual o poder é centralizado em um líder militar. Em outras palavras, é uma “monocracia absoluta apoiada na burocracia e nas forças armadas” (SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1995, p. 78).

Joaquim Pedro de Oliveira Martins faleceu em 23 de agosto de 1894, vítima de tuberculose. Guilherme d'Oliveira Martins (jurista e político português cujo Joaquim Pedro foi seu tio-bisavô), sintetizou bem a vida e obra deste pensador ao afirmar que

Muito se tem dito sobre o pessimismo de Oliveira Martins e da sua geração. Nunca, porém, ele descreu do País. Descreu, sim, de todas as ilusões e combateu-as, como pedagogo e como agitador de ideias. Sonhou com a Europa, como o infante D. Pedro, e viveu com angústia a distância do progresso, procurando negar com fatos o fatalismo do atraso e da ignorância. Para ele, não bastaria que algo mudasse para tudo ficar na mesma. O século XX veio a demonstrar a pertinência da sua atitude e das suas análises. Hoje sabemos que o seu combate, com pressupostos novos e as óbvias diferenças de uma circunstância outra, continua a ser o da abertura de horizontes e do combate das miragens.<sup>33</sup>

Analisando a produção historiográfica de Oliveira Martins, nota-se uma primazia fundamental associada à pedagogia enquanto forma mais eficaz de ação política. Guilherme Martins explica que, para ele, “a nação em crise não se salva com ideias formuladas em livros, mas sim com ideias realizadas em atos”<sup>34</sup>. Percebe-se claramente o caráter político da historiografia martiniana pela própria forma de semântica histórica presente em suas obras, em que a História é retratada como *Magistra Vitae*<sup>35</sup>, fornecendo exemplos a serem seguidos e com uma forte conotação moralista.

O debate fundamental para Oliveira Martins era sobre a vocação nacional que voltava a estar presente, não podendo ser elucidado com simplificações fatalistas ou com um mero otimismo sem fundamentos. Foi com esta base que o mesmo iniciou a redação de sua *Biblioteca de Ciências Sociais* junto à Casa Bertrand, cuja coleção seria dividida em quatro temas: a pré-história, a história, a civilização peninsular e as sociedades contemporâneas.

Em 1879, são publicadas duas de suas obras mais importantes: *História da Civilização Ibérica* e *História de Portugal*. Na primeira, Martins defende que Portugal

---

<sup>33</sup> MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *O essencial sobre Oliveira Martins*. Lisboa: INCM, 2003, p. 88.

<sup>34</sup> MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *Portugal: identidade e diferença*. Lisboa: Guilherme Valente, 2007, p. 119.

<sup>35</sup> Expressão cunhada por Cícero (filósofo e político romano do século I a.C.), afirmando que “*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur*” (CICERO. *De Oratore*. Leipzig: Teubner, 1862, p. 110-11). Em português: “Por qual outra voz, como aquela do orador, se não a história, a evidência do tempo, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a mensageira da antiguidade, mais comprometida com a imortalidade?” (Tradução livre do autor).

e Espanha compartilham de uma mesma cultura, compondo assim um único organismo social<sup>36</sup>. Na *História de Portugal* há uma ênfase maior em analisar as personalidades de figuras centrais na história lusitana.

Já em 1881 foi publicada a obra *Portugal Contemporâneo*. A obra analisa o período de implementação do constitucionalismo liberal, no contexto que engloba desde a morte de Dom João VI até o movimento da Janeirinha<sup>37</sup> (1868). A obra busca fomentar a abordagem de alguém que observa à distância os fatos, afirmando logo no início do livro que

Sem ser miguelista nem liberal, nem cartista nem setembrista, nem regenerador nem histórico, nem monárquico nem republicano, decerto não satisfaz à opinião pública de nenhum grupo, ao sistema de nenhuma doutrina, mas por isso servirá melhor à história, se o autor pôde desempenhar-se da tarefa concebida.<sup>38</sup>

Por fim, destacamos a importância de sua obra *História da República Romana*, último volume de sua *Biblioteca de Ciências Sociais*. Nela, faz uma síntese da sua historiografia, em especial, quanto aos fundamentos teóricos presentes em suas obras, demonstrando como a História da República em Roma é considerada enquanto o modelo ideal de desenvolvimento dos ciclos históricos das nações europeias. Este ponto é de fundamental importância para esta dissertação. Afinal, como foi dito na introdução, um de nossos objetivos centrais é analisar as analogias históricas entre a História de Roma e de Portugal na historiografia de Oliveira Martins, bem como perceber como sua ideia de *Magistra Vitae* fundamentará sua percepção sobre a repetição do cesarismo na História.

A partir desta contextualização política e cultural do lugar social em que estava inserido Oliveira Martins (assim como do conjunto semântico de ideias na qual o mesmo partilhava), analisaremos as principais concepções de sua historiografia, tarefa de suma importância para apreendermos principalmente os modos de articulação do passado visando fomentar um projeto pedagógico – e que no fundo não deixa de se tratar de uma ação política transladada em historiografia.

---

<sup>36</sup> É importante destacar que esta noção não era consensual entre os membros da Geração de 1870.

<sup>37</sup> A Janeirinha foi um movimento de contestação que ocorreu em 1868. Desenvolveu-se como resposta às leis que criavam um imposto de consumo e realizavam uma reforma administrativa territorial. Culminou na queda do governo, marcando o fim do período da *Regeneração* (que será trabalhado no último capítulo).

<sup>38</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo* – Vol. I. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 25.

## 2.2 A IDEIA DE DECADÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA DE OLIVEIRA MARTINS

A seguir, serão analisados os fundamentos teóricos empregados por Oliveira Martins na construção semântica da ideia de Decadência, seus pressupostos epistemológicos e as influências exercidas pelas teorias biologicistas e darwinistas em suas construções historiográficas. Para tal, dividiremos o processo em três etapas: 1ª) “Dialética e Espírito na História”: enfatizando as influências do pensamento hegeliano - e em especial sua lógica dialética – tanto na compreensão da teleologia histórica quanto na construção dos indivíduos históricos universais; 2ª) “O Organicismo Social”: analisando as concepções de Oliveira Martins acerca da nomologia e das teorias biologicistas e sociológicas em voga no contexto de ideias do século XIX, pretendendo compreender a percepção do autor sobre as sociedades enquanto organismos vivos; 3ª) “A ideia de Decadência”: os modos como seu embasamento teórico é sustentado pela dialética hegeliana e pelas teorias organicistas sociais, além de como ela é empregada para analisar o ciclo orgânico da sociedade romana.

Desta forma, esperamos poder elucidar como o pensamento de Oliveira Martins buscou aliar a lógica hegeliana (de caráter filosófico) às vertentes científicas em voga na segunda metade do século XIX (destacando-se o biologicismo e evolucionismo darwinista).

Esta abordagem é fundamental para uma compreensão mais ampla de como se constituiu tal dinâmica: gênese, ascensão, catástrofe, decadência e morte - dos organismos sociais históricos. Tarefa fundamental para apreender o determinismo histórico evolucionista no qual os organismos sociais como Grécia, Roma e Portugal estavam submetidos.

## 2.2.1 DIALÉTICA E O ESPÍRITO NA HISTÓRIA

A historiografia de Oliveira Martins é influenciada pelo pensamento hegeliano, e, em especial, pela lógica dialética<sup>39</sup> que estrutura este sistema filosófico e pela concepção de Espírito Absoluto. Por isso, analisaremos detalhadamente seus fundamentos teóricos, tencionando uma compreensão mais ampla quanto ao seu emprego nas interpretações da História e respectivas construções discursivas martinianas.

A dialética hegeliana é fundamentalmente idealista<sup>40</sup>, e seu principal foco é abordar o movimento do Espírito através do esquema triádico entre *tese* (conjunto formal de ideias que estruturam o *ser*), *antítese* (contradições da *tese*, considerada também enquanto *não-ser*) e *síntese* (o desdobramento ontológico deste processo, que engloba os principais postulados das duas categorias enquanto *devir*). Nesta perspectiva, o devir dialético da realidade é composto pela *Ideia* (sistema de conceitos puros e abstratos), *Natureza* (em que a *Ideia* passa da fase *em si* para *fora de si*, perdendo sua pureza lógica ao concretizar-se e se tornando assim a *antítese* da *Ideia*), e por fim o *Espírito* (no qual a *Ideia*, depois de concretizada, volta para si ao tomar consciência de si própria, sendo a grande síntese entre *Ideia* e *Natureza*).

A par do *Espírito*, dentro da ótica fundamentada pela lógica dialética, encontra-se a *Vontade*, considerada enquanto atividade humana derivada de interesses individuais e que, embora possuam este caráter particular, constituem também o escopo de ações gerais e coletivas. Nesta ótica, a História é, para Hegel,

---

<sup>39</sup> A *dialética* tem suas origens na Filosofia Clássica ocidental, sendo um método de diálogo que busca a formação de conclusões a partir da contraposição e contradição de ideias. Entre os principais pensadores que a fundamentaram formalmente em seus sistemas filosóficos, destacam-se Heráclito, Platão e Aristóteles. Na Grécia Antiga, a dialética também era considerada enquanto a arte de argumentação dentro de um diálogo. Ver JAEGER, Werner. *Paidéia – A Formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

<sup>40</sup> Embora existam muitas definições acerca do *idealismo* enquanto sistema de pensamento, uma das noções básicas compartilhadas é considerar a primazia do plano das ideias enquanto constituinte da realidade, visto que o mundo material e objetivo só poderia ser apreendido de forma mental e subjetiva (visão conseqüentemente oposta ao *materialismo*). Enquanto corrente filosófica, é possível observar suas origens já no pensamento de Platão (em que a realidade concreta seria uma cópia imperfeita do mundo das Ideias, acessível somente pela razão), mas que emergiu de fato com o advento da Filosofia Moderna, atingindo seu ápice do Idealismo Alemão. Ver BAUMER, Franklin. *O Pensamento Moderno Europeu*. Volume I – Séculos XVII e XVIII. Lisboa: Edições 70, 1990; DILTHEY, Wilhelm. *Os Tipos de Concepção de Mundo*. Covilhã: Lusosofia, 1992; LOVEJOY, Arthur. *A Grande Cadeia do Ser*. São Paulo: Palíndromo, 2005.

o progresso da consciência na *Liberdade*, cuja finalidade do Espírito Universal é encontrar-se voltando para si mesmo, encarando-se desta forma como realidade. A própria Natureza do Espírito é a Liberdade, que Hegel considera que “é em si mesma, que encerra a infinita possibilidade de se tornar consciente – pois ela é, segundo seu conceito, o conhecimento de si –, é o fim a que ela tende e a única finalidade do Espírito”<sup>41</sup>. Assim, a Liberdade do Espírito concretiza-se com o reconhecimento da liberdade moral (e principalmente do pensamento) no Estado<sup>42</sup>, e nesta perspectiva teleológica é considerado enquanto *fim* absoluto da História<sup>43</sup>. O estudo da História Universal (*Geschichte*) é a contemplação da marcha racional e necessária do Espírito Absoluto rumo à *consciência de si*, cuja análise permite descobrir as paixões humanas, seu gênio e suas forças atuantes.

O processo de desdobramento do Espírito até seu estágio de plenitude se efetiva para Hegel por meio dos indivíduos históricos universais, considerados como os grandes homens da História, cujos fins particulares contêm o substancial que é a Vontade do Espírito Universal. Nesta perspectiva, estes homens são os heróis de uma época e por isso devem ser reconhecidos enquanto sábios, visto que não só melhor compreenderam a época em que viveram, mas também sintetizaram o Espírito coletivo por um processo que é inacessível à razão individual<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995, p. 25.

<sup>42</sup> O Estado é concebido por Hegel enquanto uma moralidade objetiva, que engloba tanto o querer universal quanto à vontade subjetiva, em que “o Estado aparece como instância necessária, situada acima dos interesses corporativos, procurando preservar a universalidade” (WEBER, Thadeu. *Hegel: Liberdade, Estado e História*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 133). Por este motivo, Hegel conclui que “na História Universal só se pode falar de povos que formam um Estado. É preciso saber que tal Estado é a realização da liberdade, isto é, da finalidade absoluta, que ele existe por si mesmo” (HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995, p.39). É importante destacar que Hegel se refere ao Estado constitucional enquanto fim da História, uma vez que neste os direitos dos indivíduos seriam assegurados pela isonomia política e cujas leis seriam a universalização da vontade subjetiva dos cidadãos que constituem a Nação.

<sup>43</sup> Segundo Hegel, a História possui um percurso evolutivo que inicia no Leste (Ásia) em direção ao Oeste (Europa). O mundo oriental é associado ao modelo de governo teocrático, um despotismo no qual apenas o tirano é verdadeiramente livre. Incluem-se nesta categoria a China (em que o princípio patriarcalista domina os indivíduos como dependentes); a Índia (considerada enquanto um Estado “onírico” que fomenta uma servidão exteriorizada e desnorteada); a Pérsia (considerada como o primeiro povo histórico); o Egito (que desenvolveu o primeiro Estado centralizado sob a teocracia do faraó) e os Impérios semitas (Assírios, Judeus e Babilônios). Já o mundo Greco-romano é associado à democracia e à aristocracia, nas quais apenas alguns (os cidadãos legítimos) são livres, destacando-se Atenas (considerada o berço da democracia, uma sociedade variada e intelectualizada), Esparta (uma diarquia aristocrática, altamente militarizada), e o Império macedônico. Para Hegel, a História atinge seu fim no Estado constitucional germânico, em que todos os homens são livres. Ver HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995.

<sup>44</sup> Entre os exemplos de homens históricos, Hegel destaca: Alexandre Magno – que incorporou em si o Espírito helênico, universalizando-o no Império macedônico; Júlio César – cujo projeto político

Esta noção de indivíduos históricos influenciou o carácter biográfico das obras de Oliveira Martins<sup>45</sup>. O autor definia a biografia enquanto o género mais adequado para se estudar as expressões subjetivas da vontade coletiva, “uma posição que reitera, nos inícios dos anos 90, ao considerar serem igualmente válidas, quer a história institucional e política feita à maneira de Alexandre Herculano, quer as biografias escritas segundo a lição de Plutarco”<sup>46</sup>. Para Oliveira Martins, a escrita biográfica era decorrente da própria dinâmica da História, compreendendo esta como a expressão última da personalização do ser (*Espírito*), em que Catroga sintetiza os fundamentos da hagiografia<sup>47</sup> cívica martiniana ao afirmar que

O “grande homem” aparece como o revelador do sentido inconsciente do tempo, como uma espécie de mediador de ideias, planos, acções que, contudo, acabavam por ultrapassá-lo. Portanto, caber-lhe-ia a tarefa de dar alma subjectiva ao Inconsciente e personalidade à Consciência. Em tal horizonte, era, em parte, um agente, mas era, também, um agido, um *representative man* de uma época, ou, pelo menos, de alguns de seus aspectos. Todavia, as ideias e os ideais que encarna estariam para além do relativismo temporal.<sup>48</sup>

Esta preocupação de Martins com o biografismo enquanto pedagogia cívica remonta aos inícios da década de 1870, em que - junto com Teófilo Braga – foi um dos primeiros reinterpretes do significado nacional de Camões (principalmente

---

surgiu enquanto síntese do confronto ocorrido durante a República de Roma entre o princípio da autoridade do Senado (Razão) e a tendência para a igualdade que anima a plebe (Vontade); Carlos Magno (responsável pela constituição da monarquia feudal na Europa); Frederico da Prússia (expressão moderna do despotismo esclarecido); e, por fim, Napoleão (que propagou a universalização dos direitos individuais decorrentes do pensamento iluminista e da Revolução Francesa, através do expansionismo do Império francês). Ver HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995.

<sup>45</sup> Embora esta característica esteja presente nas suas obras *História de Portugal* (1879), *O Portugal Contemporâneo* (1881), e *História da República Romana* (1884), a máxima expressão do género biográfico em Oliveira Martins, enfatizando a função pedagógico-cívica do saber histórico, são suas últimas obras escritas: *Os Filhos de D. João I* (1891), e *A Vida de Nun'Álvares* (1893) – que lhe renderam um sucesso imediato, e cujo Eça de Queirós inclusive declarou que estes livros “ajudavam a reaportuguesar Portugal” (CATROGA, Fernando. *História e Ciência Sociais em Oliveira Martins*. In: *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 181).

<sup>46</sup> CATROGA, Fernando. *História e Ciência Sociais em Oliveira Martins*. In: *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 79

<sup>47</sup> A hagiografia é um género biográfico que consiste na descrição da vida de santos, tanto pela sua vida quando pela prática de virtudes heroicas. Ver CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006.

<sup>48</sup> CATROGA, Fernando. *História e Ciência Sociais em Oliveira Martins*. In: *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 180.



acerca de *Os Lusíadas*), e cujo comemoracionismo do século XIX buscava o reavivamento da época dos Descobrimentos. Entretanto, Oliveira Martins explica que nem a mera biografia de “grandes homens”, nem o puro doutrinário abstrato e ideológico são propriamente a História (embora considere enquanto condições indispensáveis à sua compreensão, visto que a teleologia histórica seria ininteligível sem uma base metafísica). O autor explica que

O íntimo e essencial consiste no sistema das instituições e no sistema das ideias colectivas, que são para a sociedade como os órgãos e os sentimentos são para o indivíduo, consistindo, por outro lado, no desenho real dos costumes e dos caracteres, na pintura animada dos lugares e acessórios que formam o cenário do teatro político. Estes dois aspectos são igualmente essenciais: porque a coexistência independente dos motivos colectivos e naturais e dos individuais é um fato incontestável na vida das sociedades”.<sup>49</sup>

Em suma: a dialética hegeliana, enquanto modelo lógico que permite a compreensão dos desdobramentos do Espírito Absoluto (cuja *síntese* entre Razão e Vontade constitui o motor da História), é aplicada, por Oliveira Martins, como fundamento epistemológico e metafísico para compreender os progressos do Espírito humano e das sociedades<sup>50</sup>. Nelas, os indivíduos históricos universais encarnam as aspirações coletivas e da época (motivo pelo qual seu estudo permitiria apreender as leis perenes que regem as sociedades da mesma forma como os ciclos biológicos animam os organismos vivos).

Prosseguiremos o estudo examinando a receptividade das ideias biologicistas em Portugal e nos modos como estas influenciaram as teorias do organicismo social empregadas na historiografia martiniana.

<sup>49</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976. p. 14.

<sup>50</sup> A principal diferença, contudo, com relação às interpretações do devir histórico entre Hegel e Martins é que, enquanto o primeiro compreende o desdobramento da História sob uma ótica logicista, Oliveira Martins enxerga-o com uma perspectiva organicista. Isto resulta da influência das teorias das novas descobertas no campo da Biologia (impulsionadas pelo pensamento de Darwin e de Haeckel). A partir da sua recepção em Portugal na década de 1860, foram reconfigurados muitos paradigmas sobre a própria condição natural (e social) do homem, além de exercer fortes reflexos em diversas áreas do conhecimento. Para mais, veja-se PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal*: Filosofia. História. Engenharia Social. Coimbra: Almedina, 2001, p. 50 – 66.

## 2.2.2 O ORGANICISMO SOCIAL

As teorias a respeito do organicismo social se desenvolveram principalmente na segunda metade do século XIX, sendo seriamente influenciadas pelo pensamento de Charles Darwin<sup>51</sup>. Embora as teorias biologicistas já estivessem em voga anteriormente – em autores como George Cuvier e Lamarck -, foi em especial a ideia darwiniana de *evolução* que revolucionou diversas áreas do conhecimento, sendo empregada para explicar desde fenômenos de ordem cosmológica (oriundas da área da Física), quanto para o estudo de sociedades (exercendo grande influência no campo das Ciências Sociais<sup>52</sup>). Seu impacto foi tão grande que “depois de 1859, a ideia de evolução não só se infiltrou, como dominou o pensamento europeu”<sup>53</sup>.

Segundo Ana Leonor Pereira<sup>54</sup>, a recepção das ideias darwinistas em Portugal pode ser dividida em três partes e correspondem a três domínios (filosofia, história e engenharia social): 1ª) Início com os estudos de Antero de Quental sobre as teorias darwinistas em 1865, e que concebia uma metafísica evolucionista que valorizava a teoria darwiniana de evolução, mas que, “embora Antero recuse o estatuto de filosofia ao monismo haeckeliano, atribui-lhe o mérito de mostrar que a *verdadeira filosofia* não podia ser construída à margem do progresso científico”<sup>55</sup>. Em sua essência, tratava-se de uma tentativa de conciliação entre a metafísica e a

---

<sup>51</sup> Biólogo inglês, cuja principal obra publicada foi *A Origem das Espécies* (1859), na qual desenvolveu suas noções acerca da *evolução* enquanto norteadora da luta pela sobrevivência a partir de observações feitas com pássaros na Ilha de Galápagos. Desta forma, fundamentou que os animais que sobrevivem não são aqueles necessariamente mais fortes fisiologicamente, mas sim os que desenvolvem mutações que possibilitam uma melhor adaptação ao meio ambiente e às novas necessidades geradas por mudanças naturais.

<sup>52</sup> Entre os principais pensadores que empregaram as ideias de Darwin para o estudo sociológico, destaca-se Herbert Spencer, filósofo inglês que aplicou a ideia de *luta* configurada enquanto lei da vida orgânica e social e explicando que os indivíduos que sobrevivem e ascendem socialmente são aqueles que se tornaram mais aptos. Nesta perspectiva, a ideia de *luta*, que originalmente era empregada na área da Biologia para explicar leis evolutivas e de sobrevivência, foi transposta para o campo da Sociologia, possibilitando assim a formulação de novos paradigmas. Ver LOVEJOY, Arthur. *A Grande Cadeia do Ser*. São Paulo: Palíndromo, 2005; PAREDES, Marçal. *Configurações Luso-Brasileiras: Fronteiras Culturais, Demarcações de História e Escalas Identitárias* (1870-1910). Coimbra: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

<sup>53</sup> BAUMER, Franklin. *O Pensamento Moderno Europeu*. Volume II – Séculos XIX e XX. Lisboa: Edições 70, 1990b. p. 99.

<sup>54</sup> PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: Filosofia. História. Engenharia Social*. Coimbra: Almedina, 2001.

<sup>55</sup> PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: Filosofia. História. Engenharia Social*. Coimbra: Almedina, 2001, p. 17.

ciência; 2ª) O impacto do darwinismo na História, destacando-se especialmente a teoria teofiliana da História<sup>56</sup>, na teoria da história universal de Oliveira Martins e finalmente na teoria da história de Augusto Coelho, em que os referidos autores acabam por utilizar os “enunciados darwinianos da ‘preservação das raças favorecidas na luta pela vida’ ou, seleção natural, da luta inter-racial, da hereditariedade, do evoluir imprevisível, etc.”<sup>57</sup>; 3ª) A engenharia social pautada na construção sociológica teofiliana principalmente por Júlio de Matos, sendo “a apropriação do darwinismo pela teoria prática anarquista e os reflexos da eugenia em Portugal, no período histórico em causa”<sup>58</sup>.

No caso de Oliveira Martins (nosso autor em foco), suas principais concepções quanto às teorias darwinistas foram expostas durante a redação da Biblioteca de Ciências Sociais, na qual o autor dedicou a segunda parte do programa ao estudo da *nomologia*<sup>59</sup>, publicando cinco obras relacionadas ao tema:

1ª) *Elementos de Antropologia* (1880): cuja ênfase é expor a evolução natural até o surgimento da espécie humana, em que os mais recentes autores da época (como Darwin, Haeckel, Lyell, Topinard e Tylor) são estudados de forma minuciosa e também sujeitos a críticas;

2ª) *As Raças Humanas e A Civilização Primitiva* (1880): formada por dois volumes, sendo o primeiro uma etnografia geral do mundo seguido por uma descrição das raças humanas no continente europeu e o segundo formalizando uma “embriologia social” que aborda as diferentes etapas de evolução civilizacionais;

3ª) *Sistema de Mitos Religiosos* (1882): estudo sobre os elementos que compõem as mentalidades dos mitos e como estes articulam percepções não só cosmológicas como também políticas e sociais;

---

<sup>56</sup> Teófilo Braga foi influenciado pelas teorias positivistas comtianas, utilizando-se de uma estratégia multidisciplinar, “embora fiel à taxinomia hierárquica das ciências e às leis dos três estados do comtismo” (PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: Filosofia. História. Engenharia Social*. Coimbra: Almedina, 2001, p. 331).

<sup>57</sup> PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: Filosofia. História. Engenharia Social*. Coimbra: Almedina, 2001, p. 17.

<sup>58</sup> PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: Filosofia. História. Engenharia Social*. Coimbra: Almedina, 2001, p. 18.

<sup>59</sup> Termo que designa as leis espontâneas que regem as associações humanas, sendo a “ciência que estuda o desenvolvimento dos organismos sociais” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana – Vol. I*. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 33).

4ª) *Quadro de Instituições Primitivas* (1883): no qual Oliveira Martins descreve os diversos tipos de organização social, desde a família até o Estado;

5ª) *Elementos de Crematística* (1883): que trata da produção, distribuição e circulação de riquezas.

É relevante destacar que esta segunda parte da Biblioteca de Ciências Sociais visava formalizar muitas das ideias já presentes nas obras anteriores de Oliveira Martins, cujo compêndio culminou na *História da República Romana* (síntese da historiografia martiniana, sendo a terceira parte da Biblioteca). Em relação à nomologia, Martins já havia exposto precisamente suas principais concepções sobre o organicismo social em sua *História da Civilização Ibérica*, afirmando que

As nações são, com efeito, seres coletivos, e o seu desenvolvimento é em tudo análogo ao dos seres individuais. A biologia, ou ciência da vida, abraça também a história dos povos. Os órgãos do corpo social apresentam-se, primeiro, como esboços rudimentares: e o conjunto possui apenas o caráter de agregação. À medida que a ação e a reação dos diversos elementos obriga cada um deles a definir-se e a especializar-se, vai aparecendo o princípio da coordenação comum, espécie de princípio vital social: assim também da primitiva agregação celular sai o organismo.<sup>60</sup>

Como exemplo de síntese genuína de um organismo social coeso, Oliveira Martins cita a cultura helênica do século V a.C., sendo um “acordo perfeito entre o sentimento coletivo e o pensamento individual”<sup>61</sup>, o que, em termos da filosofia da História hegeliana, seria a objetivação do Espírito nas instituições sociais, sendo um fato excepcional, pois “só nestas condições, uma sociedade é um verdadeiro organismo: só nelas pode exprimir o seu espírito e deixar em si um exemplo de unidade e harmonia”<sup>62</sup>.

A preocupação de Martins quanto a necessidade da formação de um organismo social que representasse o Espírito da Nação resultava em parte das

---

<sup>60</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães, 1994, p. 211-12.

<sup>61</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Helenismo e a Civilização Cristã*. Lisboa: Guimarães, 1985, p. 101.

<sup>62</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Helenismo e a Civilização Cristã*. Lisboa: Guimarães, 1985, p. 101.

suas críticas quanto àquilo que denominava de *sociedade atomista*<sup>63</sup>, em especial à crença de que a sociedade seria composta de partículas e cuja harmonia seria constituída por um movimento espontâneo ou por impulso de forças exteriores. Este paradigma se contrapõe ao de uma sociedade pensada enquanto um organismo, em que ela seria “constituída por órgãos diferentes, exercendo diferentes funções; a sua representação política é uma representação, não de indivíduos, mas de órgãos (isto é, classes e funções)”<sup>64</sup>.

Como exemplo das consequências da concepção de sociedade atomísticas aplicadas à organização, destaca-se a Revolução Francesa no final do século XVIII. Foi o momento em que estas atingiram seu ápice e que, inspirando-se nas ideias democráticas da Antiguidade, transpôs mecanicamente um modelo social desenvolvido em um contexto específico e voltado a uma determinada quantidade de pessoas, para outra realidade completamente diferente<sup>65</sup> (dado os círculos eleitorais contemporâneos serem muito maiores).

Em síntese: ao empregar concepções oriundas de outras áreas do conhecimento (como da Biologia e da Sociologia) para estudar a evolução das sociedades enquanto organismos vivos, Oliveira Martins consequentemente acabou por problematizar a própria questão da representatividade – em que a democracia liberal acabava se mostrando enquanto desarticuladora da coesão necessária para que o Espírito nacional se desenvolvesse em sua plenitude. Por este motivo, é importante analisarmos como o paradigma organicista é aplicado enquanto pressuposto epistemológico para fundamentar o ciclo de desenvolvimento natural das sociedades – seu surgimento, ascensão e apogeu – culminando no processo de decadência e consequente morte do Espírito coletivo que anima a Nação.

---

<sup>63</sup> Paradigma compartilhado principalmente por pensadores liberais Iluministas no século XVIII (como Montesquieu, Voltaire e Adam Smith), resultante da aplicação de leis gerais da Física newtoniana e de ideias de Leibniz para compreender a estruturação das sociedades, possuindo desta forma uma ótica mecânica e fisicista. Ver BAUMER, Franklin. *O Pensamento Moderno Europeu*. Volume I – Séculos XVII e XVIII. Lisboa: Edições 70, 1990.

<sup>64</sup> SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1995, p. 80.

<sup>65</sup> Esta discrepância contextual culminou no advento das democracias liberais, e que acabaram sendo precisamente o oposto em relação à isonomia política que se esperava, acabando por estabelecer, em vez do governo direto, as assembleias de delegados do povo. Em contrapartida, Oliveira Martins citava como exemplo as Cortes das monarquias medievais como ensinamento legítimo de democracia orgânica, em que as nações se achavam organicamente representadas nas classes do clero, aristocracia e povo e das cidades e vilas.

### 2.2.3 A IDEIA DE DECADÊNCIA

Na historiografia de Oliveira Martins, o embasamento teórico da ideia de *Decadência* é sustentado tanto pela dialética hegeliana (como lógica epistêmica), quanto pelo organicismo social enquanto abordagem sociológica. Analisaremos agora como ela se configura no pensamento martiniano em seus aspectos mais teóricos, para, no próximo capítulo, estudarmos seus desdobramentos na história de Portugal – em que enfatizaremos tanto as analogias com a República Romana e as discussões acerca das causas da *decadência* entre Antero de Quental e Oliveira Martins.

No pensamento de Oliveira Martins, a ideia de decadência é concebida enquanto um processo que se desenvolve nas sociedades da mesma forma como acontece com os seres biológicos, posto que “à luz de todos os organicismos sociais, surge como um fenômeno natural, pois a doença e a morte são mediações necessárias ao prosseguimento da evolução”<sup>66</sup>. O modelo organicista também ajudava a distinguir entre a noção de decadência e a de crise, pois “se a decadência decorria de um estado de crise, esta podia ser, igualmente, como mostrava a biologia, uma manifestação de crescimento, já que a sua eclosão era condição básica para o aparecimento de uma nova realidade”<sup>67</sup>.

Percebe-se a influência direta da dialética hegeliana neste processo. O aparecimento da decadência (como *antítese*) surgia a partir do próprio movimento de ascensão (*tese*) e cujo confronto possibilitaria o surgimento de um novo estado de existência (*síntese*), conseqüentemente mais evoluído, visto conter em si a superação das contradições. Por este motivo, a crise não era concebida de forma negativa, pois esta atuava como um dispositivo capaz de propiciar uma nova realidade (superior às antecedentes).

Além disso, Martins também alerta que, associar as causas da decadência de um organismo social a determinados fatos desorganizadores e que se contrapõem

---

<sup>66</sup> CATROGA, Fernando. História e Ciência Sociais em Oliveira Martins. In: *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 166.

<sup>67</sup> CATROGA, Fernando. História e Ciência Sociais em Oliveira Martins. In: *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 166.

às causas da sua glória e prosperidade anteriores, é reduzir a História e a natureza do processo de desagregação da coesão social a um dualismo que lhes é incompatível, reforçando, por estes motivos, à necessidade de uma abordagem dialética, considerando que

As causas iniciais da vida e da morte são as mesmas: uma implica na outra; no princípio da primeira está a razão de ser da segunda. [...] A decadência dos povos e a morte dos indivíduos são condições necessárias ambas, da sua grandeza e da sua existência; e os fenômenos ou sintomas de corrupção coletiva ou de decomposição dos organismos animais, são também apenas a perversão do princípio da vida, no qual se contém a necessidade da morte.<sup>68</sup>

Por este motivo, a principal tarefa atribuída ao historiador é a de indicar com precisão os fatores que impulsionaram o advento da queda, situando-os nos seus devidos lugares, mesmo que as origens do processo de decadência em si – após serem bem analisadas – surjam como simples e necessárias consequências (visto que a causa teleológica e primordial da decadência escapa à observação empírica).

Como exemplo ideal, Oliveira Martins cita a decadência da cultura helênica. O autor considerava-a como melhor síntese do Espírito concretizado enquanto organismo social). Seu *Destino* (seu *fim* para a História Universal) era o de helenizar o Oriente, ou de ser orientalizado – impor com as suas vitórias as suas ideias, ou a de ser vencida, no terreno do pensamento e das batalhas, considerando que

A força expansiva da cultura civilizadora não permitia que o progresso fosse o privilégio dos gregos apenas, e mandava que, de grego, se tornasse universal. Se a história prova que a Grécia foi vencida pelo macedônio e pelo nazareno, resta-nos a nós, embora estudemos isoladamente a história grega, e perante ela reconhecemos a verdadeira reação vitoriosa, uma decadência nas ideias, na moral, na política, nos costumes, reconhecer também que essa derrota da civilização foi um mal providencial, e a condição necessária do batismo civilizador da Europa.<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães, 1994, p. 290.

<sup>69</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Helenismo e a Civilização Cristã*. Lisboa: Guimarães, 1985, p. 78.

Esta percepção fatalista de que a decadência da cultura grega foi – em uma perspectiva teleológica – necessária para o surgimento da civilização europeia, sintetiza a teoria martiniana (embasada pela dialética hegeliana) de que, quando o Espírito coletivo atinge seu apogeu na Nação, ele conseqüentemente tende a se alargar, agregando em si outros organismos sociais. Porém, a própria expansão acaba fazendo com que o Espírito nacional incorpore influências das culturas que absorveu, tornando-a assim cosmopolita, resultando na decadência dos valores originais que a elevaram até seu ápice. Assim, o processo de decadência é decorrente do próprio movimento de ascensão, sendo uma consequência inevitável.

Entretanto, Oliveira Martins<sup>70</sup> alerta que estes contatos entre civilizações podem complicar o desenvolvimento de determinados elementos históricos, mas não conseguem desvirtuar a necessidade evolutiva dos princípios sociais – considerando que uma civilização insipiente repetirá sempre os caracteres iniciais das civilizações, sejam quais forem os elementos anteriores adquiridos. A influência da Física Social de Augusto Comte<sup>71</sup> é evidenciada pela noção de que todas as sociedades passam pelos mesmos ciclos históricos, em que Martins reconhece a existência da história ideal, que é “o sistema de leis da vida histórica das sociedades, inalterável, constante, uno, repetido sempre, sejam quais forem as condições acidentais, exteriores e fenomenais em que essas leis apareçam na realidade”<sup>72</sup>. Vale lembrar que Comte também foi um hegeliano, não havendo portanto grandes diferenças nesta composição teórica.

O Espírito helênico, após sua expansão para o Oriente sob o Império de Alexandre Magno, já não era mais a cultura grega que havia atingido seu apogeu, “esse espírito nobremente clássico, idealmente belo, que acaba com Eurípedes,

---

<sup>70</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Helenismo e a Civilização Cristã*. Lisboa: Guimarães, 1985.

<sup>71</sup> A doutrina positivista, desenvolvida pelo filósofo francês Isidore Auguste Marie Xavier Comte (1798-1857), baseava-se em uma filosofia com complexos meios de formação e mecanismos de explicação pela ciência e pela razão, na qual, em seu pensamento o viés mais conhecido é a Lei dos Três Estados, em que o processo de progresso da humanidade passaria por três estágios: o *teológico* (caracterizado por explicações sobrenaturais que os homens buscavam divindades, comportando o animismo, o politeísmo, e o monoteísmo), o *metafísico* (embasamento filosófico, identificado com a monarquia como forma de governo) e o *científico* - também chamado de *positivo* (em que a busca das causas absolutas e finalidades últimas é substituída pelo exame das leis naturais, enquanto fenômenos que se encadeiam uns aos outros, e cujo sistema de governo associado é o republicanismo).

<sup>72</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Helenismo e a Civilização Cristã*. Lisboa: Guimarães, 1985, p. 195.



Aristófanis e Demóstenes, glória eterna da humanidade e flor de seu gênio<sup>73</sup>. Após seu alargamento para outras sociedades, absorveu em sua essência os caracteres orgânicos de outras sociedades e que, por fim, acabou corrompendo-o. O resultado foi o surgimento de um novo Espírito, o helenismo da Grécia macedônia, cosmopolita, porém concebido por Martins como um “misto de caserna e bordel, de demagogia em terra e pirataria em mar, desvairamento de luxo sem originalidade, resto abastardo de um povo que se extinguiu, triste vítima do seu gênio maravilhoso<sup>74</sup>. As consequências da recepção de impulsos vitais estranhos ao gênio grego acarretou um estado de penúria extrema, intensificando as guerras civis (que se transformaram em grandes rapinas por parte das próprias tropas). Desta forma, Oliveira Martins conclui que “assim acabava tristemente esse povo heroico e glorioso, dando na sua queda um exemplo eminente de como os Estados terminam quando lhes falta o nervo de um vínculo de agregação<sup>75</sup>. E é justamente o rompimento dos vínculos de agregação que conduz à falência dos organismos sociais. A analogia entre os indivíduos e os organismos sociais também é realizada para verificar o processo de decadência, pois

[...] com efeito, a existência das nações (e toda espécie de existência) resulta de uma tensão de forças em equilíbrio: tanto se morre de atrofia como de hipertrofia, tanto de falta como de excesso de ar. Para as nações o medo dos inimigos é um princípio vital; para os indivíduos o temor de Deus e o respeito de si próprio, o dever para com o próximo, exercem um papel análogo. A vida civil e a vida civilizada, quer individual, quer coletiva, reclama uma atmosfera que é artificial perante as leis simples da natureza, mas absoluta perante as leis abstratas da razão.<sup>76</sup>

Em suma: Oliveira Martins conclui que o processo de decadência não pode ser resumido apenas a meros motivos isolados. É necessário compreender que o declínio é um fenômeno vigente em todas as nações que, após atingirem seu estado de apogeu, acabam absorvendo as características culturais de outras sociedades.

---

<sup>73</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. I. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 306.

<sup>74</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. II. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 307.

<sup>75</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. II. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 28.

<sup>76</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. I. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 322-23.

Assim, as mesmas acabam conseqüentemente subvertendo os caracteres nacionais originais que possibilitaram o próprio processo de crescimento do organismo social.

Vale ainda dizer que esta formulação geral sobre a *decadência* esteve, na obra de Oliveira Martins, ancorada no seu entendimento da História Antiga. As lições retiradas sobre o desenvolvimento orgânico da República Romana, fundamentam as analogias martinianas com a história de Portugal. É disto que se preocupa o próximo capítulo.

### 3 CICLOS HISTÓRICOS DE PORTUGAL E ANALOGIAS COM A REPÚBLICA ROMANA

Neste capítulo analisaremos as construções historiográficas formuladas por Oliveira Martins acerca dos ciclos históricos da Nação portuguesa e as analogias<sup>77</sup> estabelecidas com os respectivos estágios de desenvolvimento da história da República romana. Dividiremos o capítulo em três partes: 1ª) “Gênese e apogeu”, (em que abordaremos o surgimento e desenvolvimento de Portugal até seu período de apogeu e como a dinâmica do processo foi análoga na história de Roma; 2ª) “Catástrofe”, cujo foco será analisar como os acontecimentos associados ao estágio de apogeu subverteram os organismos sociais português e romano; e 3ª) “A Decadência de Portugal”: abordando as consequências do estágio de catástrofe, resultando no período de decadência que conduziu, para Oliveira Martins, à morte da Nação portuguesa.

Serão empregadas as categorias de *espaços de experiências*<sup>78</sup> e *horizontes de expectativas*<sup>79</sup> de Reinhart Koselleck para tratarmos as analogias estabelecidas por Oliveira Martins entre Portugal e Roma, enfatizando as movimentações da História para compreender como o passado configura a própria interpretação do presente. Enquanto categorias meta-históricas, estas remetem à temporalidade humana, tornando-se, analogamente, a própria temporalidade da história. Para o teórico destas, elas constituem ferramentas fundamentais para se compreender a semântica das mobilizações historiográficas do *passado* no âmbito das formulações de interpretações do *presente*.

---

<sup>77</sup> O termo *analogia* é oriundo do grego *αναλογία* (“proporção”), sendo um processo cognitivo de transferência de informações de uma entidade particular para outra que compartilha de atributos semânticos semelhantes.

<sup>78</sup> Por *espaço de experiência*, Koselleck explica que “a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois” (KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, 311).

<sup>79</sup> Quanto ao *horizonte de expectativa*, Koselleck sintetiza que “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada” (KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, 311).

Empregando as categorias analíticas de Koselleck à historiografia martiniana, o *sentido* da Decadência de Portugal configura seu *Espaço de Experiência*. A História romana é compreendida enquanto lições que constituem o saber histórico (*Magistra Vitae*), fomentando – por meio das analogias baseadas em ciclos históricos – os *horizontes de expectativas* para explicar a dinâmica de desenvolvimento do organismo social português. O *sentido* da História (enquanto semântica) emerge na movimentação do *passado* enquanto repertório de acontecimentos e que, além de possibilitar uma compreensão do *presente*, forneceriam subsídios teóricos para a formulação de *expectativas* para a superação do processo de *decadência*.

Enquanto ferramenta de análise para fundamentação de uma semântica histórica, Oliveira Martins utiliza as analogias como fundamentantes dos ciclos históricos. Aliando a lógica dialética hegeliana às teorias do organicismo social, o autor busca, a partir de seu presente (século XIX), estudar a dinâmica dos acontecimentos que levaram a República Romana à sua decadência como modelo ideal para compreender como se desdobrou o processo de formação e decadência de Portugal, até a morte do Espírito que animava a Nação no século XVI.

Para uma melhor formalização da presente proposta de análise, as analogias com os ciclos históricos de Roma feitas por Oliveira Martins serão referenciadas em notas de rodapé. Ao longo do texto privilegiaremos as exposições acerca do desdobramento do ciclo histórico que culminou na decadência de Portugal (além de nossas interpretações sobre os movimentos da História estabelecidas por Oliveira Martins).

### 3.1 GÊNESE E APOGEU

Abordaremos agora o desenvolvimento da nação portuguesa, de sua gênese até o período de apogeu, apontando as analogias feitas por Oliveira Martins em relação ao processo de constituição de Roma com base na percepção de ciclos históricos. Para tal tarefa, faremos uma divisão em três etapas: 1ª) Características das populações e das regiões peninsulares; 2ª) O processo de Independência (gênese de Portugal); e 3ª) A Revolução de Avis (considerada por Martins como o período de apogeu).

Da mesma forma que Roma surgiu a partir da agremiação de diversos povos<sup>80</sup>, Portugal não possuía um corpo etnológico homogêneo, sendo composto por diversas populações que habitaram a península ibérica ao longo de séculos. A constituição do organismo social que virá a constituir a Nação portuguesa<sup>81</sup> não pode ser resumida a uma etnia específica, como Oliveira Martins sintetiza ao afirmar que

Até hoje todas as sucessivas tentativas para descobrir a nossa raça têm falhado. Latinos, celtas, Lusitanos e afinal Moçárabes têm passado: ficam os Portugueses, cuja *raça*, se tal nome convém empregar, foi formada por sete séculos de história. Dessa história nasceu a ideia de uma pátria, ideia culminante que exprime a coesão acabada de um corpo social e que, mais ou menos consciente, constitui como que a alma das nações, independentemente da maior ou menor homogeneidade das suas origens étnicas. O patriotismo

---

<sup>80</sup>A analogia estabelecida por Oliveira Martins é a de que Roma também surgiu a partir da migração de pessoas de diversas regiões do Lácio, “aspecto muito importante e que se refletirá de forma crucial posteriormente, visto que a mesma não compunha uma homogeneidade etnológica” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. I. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 44). Porém, as razões que levaram a tal acontecimento residem, principalmente, “no temperamento forte que a agrura da luta contra o solo inóspito imprimiu nessa reunião de sabinos, de latinos, de etruscos, que combinando as variantes do seu gênio, das suas tradições, das suas instituições, produziram o tipo romano, um tipo ideal e abstrato, um tipo social e moral, em vez de um tipo natural espontâneo” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. I. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 58).

<sup>81</sup> O autor destaca que “só desde o fim do XV século o nome de *lusitani* começa a substituir o de *portucalenses*, nos livros; mas essa inovação, perpetuando-se entre os eruditos, torna-se por fim uma crença nacional e quase popular” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 15)

tanto pode, com efeito, provir das tradições de uma descendência, como das consequências da vida histórica.<sup>82</sup>

A concepção que subjaz a esta explicação de Martins é a de que a constituição do organismo social que compõe a Nação independe da homogeneidade *racial*, pois o próprio processo de construção cultural acaba por sobrepor-se aos determinismos etnológicos. Em outras palavras, embora conceito de *organicismo* remeta a uma metáfora biologicista, a essência que constitui o corpo social não é propriamente “biológica” (quanto à constituição de seus integrantes), mas sim cultural (ou seja, uma ótica civilizacional).

Esta mobilização da história de Roma enquanto analogia para compreender a gênese de Portugal também respondia a uma discussão existente entre Oliveira Martins e Teófilo Braga, referente às diferentes concepções sobre as origens da identidade nacional portuguesa, demonstrando não haver necessidade de uma homogeneidade racial e etnológica para o desenvolvimento de uma Nação forte e coesa. Quanto a esta polémica, Marçal Paredes destaca que

Teófilo Braga defendia a pertinência do critério racial na compreensão da nacionalidade portuguesa. Contra ele, polemizou Herculano e, principalmente, Oliveira Martins. Ambos defendiam que Portugal teria sido formado por vontade política dos reis, e não por determinação racial ou territorial.<sup>83</sup>

Além disso, Oliveira Martins inclinava-se no lado oposto, ao defender a existência de um iberismo cultural enquanto fundamento de uma civilização em comum, sendo Portugal e Espanha constituintes de um mesmo organismo social ibérico<sup>84</sup>.

Neste ponto, é importante destacar os sentidos conferidos por Oliveira Martins aos conceitos de Nação e de Nacionalidade. A Nação<sup>85</sup> é considerada enquanto

<sup>82</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 22.

<sup>83</sup> PAREDES, Marçal. A Querela dos Originários: notas sobre a polémica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 103-119, 2006, p. 112.

<sup>84</sup> Esta noção martiniana acerca do iberismo cultural foi sintetizada em sua *História da Civilização Ibérica* (publicada em 1879), obra em que o autor defende a existência de um organismo social ibérico em comum e cuja recepção foi muito aclamada, principalmente na Espanha.

<sup>85</sup> Oliveira Martins destaca que o rudimento da ideia de nação é “a cidade de um povo, cujas muralhas encerram muitos grêmios municipais. Antes dos romanos ninguém realizara semelhante fato: cada povo, cada república, era um grêmio autônomo e os laços de coesão intermunicipais

uma agremiação de homens que adquiriu coesão orgânica, tradições, hábitos e vontade de consciência comum, independente de afinidades étnicas. Já a Nacionalidade é concebida como um agregado de homens, cuja tradição de ascendência comum dá uma base etnogênica. Assim, o conceito de Nação implicava um grau superior de civilização e de organicidade, motivo pelo qual “Oliveira Martins, ao contrário das opiniões dominantes, considerava Portugal enquanto Nação e um povo, sem constituir, verdadeiramente, uma nacionalidade”<sup>86</sup>.

Outra analogia com Roma fundamental para Oliveira Martins, por ter influenciado diretamente o desdobramento da história portuguesa, relaciona-se com o espaço territorial. Segundo o autor, assim como Roma possuía uma posição estratégica para o comércio no Mediterrâneo<sup>87</sup>, Portugal possuía uma posição privilegiada para as navegações, cuja célebre frase de Camões sintetiza ao afirmar que “onde a terra se acaba e o mar começa”<sup>88</sup>.

Portugal desde cedo foi um importante entreposto comercial. Embora desde a Antiguidade, os romanos já utilizassem os portos portugueses para o transporte de mercadorias, foi principalmente no contexto da Baixa Idade Média que Portugal tornou-se referência naval, por sua importância como um entreposto para os navios comerciantes do mar do Norte e do mar Mediterrâneo, recebendo também o influxo de embarcações árabes. Para Oliveira Martins, assim como Roma, Portugal também estava fadado a ser um polo cultural, em virtude do fluxo de ideias e novas tecnologias que sua posição estratégica propiciava.

Assim, é possível perceber o movimento de historicidade realizado por Oliveira Martins sob a ótica semântica do *espaço de experiência* para fundamentar as analogias entre as gêneses de Roma e de Portugal: a articulação da História como *Magistra Vitae* como forma de legitimar o *sentido* histórico de um

---

consistiam apenas em pactos federais sem consistência” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. I. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 152).

<sup>86</sup> CATROGA, Fernando. História e Ciências Sociais em Oliveira Martins. In: *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 170.

<sup>87</sup> Segundo Oliveira Martins, a posição geográfica da Itália, localizada no centro do Mediterrâneo e atuando como uma espécie de ponte para África e Oriente, estava fadada a ser o ponto de contato entre diversas civilizações e cuja importância foi fundamental, pois “o romano, aprendendo o civismo, criando o direito, foi quem no mundo construiu a estrada real e prática das sociedades, lançando também uma ponte abstrata entre os sonhos da metafísica helênica e a barbárie dos povos ocidentais” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. I. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 44).

<sup>88</sup> CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas*. São Paulo: Abril, 1979, p. 108.

questionamento do *presente*. Destacam-se dois pontos cruciais: 1º) A dinâmica social heterogênea que veio a compor o cerne de ambos organismos sociais; e 2º) O determinismo geográfico compartilhado por Roma e Portugal, estimulando o comércio e intercâmbio cultural com outros povos e que, posteriormente, acabou tornando Roma e Lisboa cidades cosmopolitas.

A independência de Portugal, acontecimento que marcou a gênese da Nação portuguesa, ocorreu durante a *Dinastia de Borgonha*<sup>89</sup>, quando o Condado Portucalense<sup>90</sup> (que fazia parte da Galiza) libertou-se do Reino de Leão, “sendo um fato originário do merecimento pessoal dos chefes militares dos barões do aquém Minho”<sup>91</sup>. Porém, inexistia neste período uma nacionalidade propriamente dita, e que fosse um sentimento compartilhado socialmente. Por este motivo, Oliveira Martins destaca que a independência de Portugal se deu principalmente pela vontade política de seus reis, posto que

Ao merecimento pessoal reúne-se, nos primeiros monarcas portugueses, a circunstância de serem os interpretes deste sentimento. Por isso, a tendência permanente e o princípio claramente definido da política portuguesa, nos primeiros séculos, é unificar a Galiza, constituindo no noroeste da Península um Estado tão homogêneo como o Aragão ou a Navarra a nordeste<sup>92</sup>.

Percebe-se que neste primeiro período da história portuguesa, a Coroa estava diretamente ligada à figura do monarca, o que também é expressado no próprio modo como Oliveira Martins redigiu sua *História de Portugal*, com um cariz biográfico dos governantes e compreendendo Portugal enquanto *dinastias* reinantes.

Além disso, outra analogia estabelecida por Martins é a de que assim como Roma buscou ampliar seus territórios a partir dos povos vizinhos por meio do processo de assimilação<sup>93</sup>, Portugal também tentou agregar a Galiza incorporando-a

---

<sup>89</sup> A Dinastia de Borgonha foi a primeira a reinar com a independência de Portugal, vigorando entre 1109 até 1385, quando a Coroa passou à família Avis.

<sup>90</sup> A península ibérica, durante a Idade Média, era constituída por Estados independentes, e que se estendiam na medida em que se reconquistava os territórios de domínio muçulmano. Ver MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães, 1994, p. 147-204.

<sup>91</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 63.

<sup>92</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 64.

<sup>93</sup> Roma, diferentemente de outras cidades ítalo-gregas - onde cada qual era uma corporação isolada e exclusiva -, assimilava os povos vizinhos sob sua hegemonia, para depois “romanizá-las” através



sob sua égide, em que, em ambos os casos foi uma elite política e militar responsável por tais eventos – o Senado em Roma e os barões e monarcas em Portugal – sendo desta forma análogo o processo de incorporação de populações heterogêneas ao organismo social.

Outro aspecto de suma importância na gênese de Portugal enquanto nação independente foi a conquista dos territórios sarracenos ao sul, levada a cabo pelos barões portugueses sem o auxílio do suserano de Leão. Este movimento demonstra a quebra dos laços de solidariedade entre os galegos fieis ao reino de Leão e os portugueses, culminando na transferência “de Guimarães e de Coimbra, para Lisboa, capital do reino; fazendo substituir, à vida rural, primeiro quase exclusiva, à vida comercial e marítima, depois predominante e quase absoluta”<sup>94</sup>.

Percebe-se que, para Oliveira Martins, o afastamento em relação à Galiza, e a busca por reconquistar os territórios mais aptos à navegação, demarcava o início de um projeto de transformação do organismo social português e que, progressivamente, foi moldando a identidade nacional de forma diferenciada dos demais territórios da península ibérica (como a Galiza, essencialmente rural).

A independência de Portugal se efetivou durante o reinado de Afonso Henriques, considerado por Martins uma figura essencial no processo de constituição nacional, pois este foi quem verdadeiramente consumou a separação de Portugal, porém “não pelos méritos próprios apenas, mas porque a direção política do Reino começou no seu tempo a ser encaminhada pelos factos políticos no sentido de definir e um modo positivo a independência da Nação”<sup>95</sup>. Assim, é possível considerar Afonso Henriques<sup>96</sup> enquanto um *indivíduo histórico* sob a

---

de sua absorção. O início da ideia de *nação* se deu em 380 a.C., tendo sido não uma anexação com o transporte das populações vencidas para dentro de Roma como ocorria antigamente, mas sim o desdobramento de uma nova concepção jurídica, pois seus habitantes permaneciam em suas terras, sendo, porém, incorporados a Roma. Oliveira Martins destaca que “este processo orgânico de evolução, este desdobramento natural das instituições políticas intercidadãs, tem como tipo e como centro Roma” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. I. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 156) e que Portugal acabou repetindo em virtude das características orgânicas das populações que viriam a constituir a Nação portuguesa.

<sup>94</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 65.

<sup>95</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 75-76.

<sup>96</sup> D. Afonso Henriques (1109 – 1185) foi o primeiro rei de Portugal e fundador da Dinastia de Borgonha portuguesa. Seus esforços centraram-se principalmente nas conquistas dos territórios ocupados pelos mouros (como Lisboa) e pela independência de Portugal da Coroa de Leão com o auxílio dos Cruzados. Portugal foi reconhecido como reino independente em 1179, por meio da bula *Manifestis Probatum* promulgada pelo Papa Alexandre III.

perspectiva teleológica hegeliana, pois o mesmo compreendeu, de forma exemplar, as aspirações do nascente organismo social e utilizou do contexto existente para sintetizar as mesmas como sustentáculo de sua autoridade política.

Para Oliveira Martins, a gênese da Nação portuguesa concretiza-se de fato com a conquista de Lisboa após o cerco de 1147 (com o auxílio dos Cruzados que se dirigiam para o Oriente Médio durante a Segunda Cruzada), acontecimento crucial e que viria a modificar de forma capital os futuros desdobramentos históricos nacionais, pois

A tomada de Lisboa lavra a acta do nascimento da nação portuguesa, até aí envolvida nos limbos da geração. O cerco afigura-se como o concílio internacional, uma espécie de congresso guerreiro, em que a Europa baptiza o recém-vindo à luz da história. Criado pelos atos geradores da vontade de um homem, abrigado pela égide da Igreja, Portugal tem a existência confirmada pela sanção dos exércitos cruzados da Europa. O carácter cosmopolita da sua vida futura, da sua ulterior fisionomia política, parece ter-lhe sido desde logo imposto, como um baptismo, quando, em frente dessa piscina do Tejo, onde fundeiam duzentas naus coroadas pelos pavilhões de tantas nações da Europa, se estende o cordão do exército de flamengos, lotaríngios, alemães e ingleses.<sup>97</sup>

A participação dos Cruzados aponta outro aspecto muito importante para a história de Portugal, relativo ao papel da Igreja. Além de ter atuado militarmente no processo de reconquista dos territórios sob domínio muçulmano (como foi exposto com a ação dos Cruzados) e na sua importância enquanto religião oficial do Reino, os sacerdotes também eram considerados como “educadores políticos dos príncipes, quando não eram os seus declarados adversários. Ensinavam as manhas, a quem sabia apenas cometer os atos brutais. Os vícios do instinto sabiam juntar as perversidades da inteligência”<sup>98</sup>

O equilíbrio de poder e também as próprias relações com os demais reinos tinham frequentemente a chancela do Papado, denotando a importância que Roma e o catolicismo exerciam em praticamente toda Europa na época. Além disso, Oliveira Martins destaca que

---

<sup>97</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 89.

<sup>98</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 94

Se as guerras da separação, primeiro, depois a conquista do sul do reino e a deslocação do seu centro para Lisboa, marcam os momentos geográficos decisivos da história da independência, a resolução dos conflitos eclesiásticos e a consolidação do poder monárquico marcam, decerto, o movimento também decisivo desta história, sob o aspecto mais íntimo e orgânico da justiça social<sup>99</sup>.

Por estes motivos, a Igreja exercia um papel não só espiritual, mas também político e jurídico, de forma semelhante ao Direito romano<sup>100</sup>, cuja sacralidade tornava os magistrados tanto juízes quanto sacerdotes - tendo como líder o *pontifex maximus* (título adotado posteriormente também para se referir ao Papa), regulando a sociedade espiritual e politicamente (pois a *Lex* também era divinizada). Inclusive, para Martins - e também para outros membros da Geração de 70, como Antero de Quental -, este é um dos aspectos que influenciou diretamente o agravamento da *Decadência* de Portugal (como veremos posteriormente): a alteração das relações entre as esferas políticas e espirituais que animavam o organismo social (principalmente por influência do jesuitismo).

Em suma: Oliveira Martins expõe, a partir de mobilizações da História sobre a influência das instituições religiosas (tanto em Roma como Portugal), como o poder espiritual estava estritamente interligado com as esferas políticas. Trata-se da movimentação da História Antiga para explicar como a religiosidade – enquanto *ethos* necessário para fundamentar a coesão social entre indivíduos, atua também configurando as estruturas políticas a que está associada, processo que se repetiu a longo da História de Portugal.

O período de apogeu de Portugal teve início com a conquista do território do Alentejo e as expedições para tomar o Algarve sob a monarquia de Sancho I<sup>101</sup>, visto serem essenciais para a constituição do corpo nacional da nação a metade meridional.

---

<sup>99</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 96.

<sup>100</sup> O Direito romano (*Lex*) era ligado à religião, possuindo características como o formalismo estrito, simbolismo e conservadorismo, como na prática altamente ritualística da *Mancipatio*, uma forma de contrato verbal para venda e transferência de bens. Além disso, as reuniões no Senado possuíam, nos primeiros tempos da República, um caráter cerimonial e religioso. Ver MARTINS, História da República Romana – I. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 110-11).

<sup>101</sup> Sancho I (1154 – 1211), conhecido também como o *Povoador* (em virtude do seu estímulo ao povoamento dos territórios reconquistados em Portugal), foi o sucessor de D. Afonso Henrique, e responsável pela organização política, administrativa e econômica do reino.

Estes acontecimentos eram a inauguração de um novo estágio da história portuguesa: “abria-se agora uma segunda época; e, ou filha do gênio do monarca, ou proveniente da expansão das forças naturais ou resultado das duas causas combinadas, observamos um tipo diferente e uma nova fisionomia da nação”<sup>102</sup>.

A incorporação dos territórios próximos e a unificação destes junto ao organismo social português sob um mesmo governo através das conquistas bélicas foram também o momento de apogeu da República Romana<sup>103</sup>. Retratavam o momento em que a nação se encontrava no seu maior grau de coesão orgânica. Porém, diferente de Roma (onde os exércitos responsáveis pela expansão eram compostos por cidadãos), Portugal necessitava do auxílio militar dos Cruzados, e cuja relação foi deteriorando-se gradualmente.<sup>104</sup>

A consumação da independência de Portugal, enquanto uma nação organicamente coesa e autossuficiente, se efetivou com o reinado de Dom Dinis, que controlou a influência do clero e incentivou o desenvolvimento econômico e cultural (como o fomento à agricultura e a criação da Universidade de Coimbra em 1290). Oliveira Martins explica que a personalidade forte do monarca está diretamente ligada a estas inovações, pois

D. Dinis (1279-325) já não é analfabeto; e mede bem o valor da ciência; prova-o a fundação das Escolas. [...] O rei, que assim fomentava a educação e nacionalizava a Igreja, cimentando por outro lado o desenvolvimento econômico do país, tinha uma intuição dos caracteres modernos das nações.<sup>105</sup>

---

<sup>102</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 82.

<sup>103</sup> Segundo Oliveira Martins, o estágio de *apogeu* demonstra um elevado nível de coesão do organismo social, sendo uma obra inevitável e magnífica da construção de um povo (como no caso da unificação da península itálica). Porém, há a necessidade de uma autoridade guiando o processo de assimilação dos territórios, onde em Roma foi o Senado, e, em Portugal, foi a monarquia representando o povo. Ver MARTINS, História da República Romana – I. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 198.

<sup>104</sup> Um dos momentos mais críticos disto foi durante a conquista da região do Algarve (*Al-Faghar*) durante o reinado de Sancho I, pois o rei queria conquistar a cidade, e não o despojo dela (ao contrário dos cruzados). O resultado foi que “Sancho ofereceu pagar-lhes o valor da presa; os cruzados recusaram. Havia uma coisa que o rei não podia pagar com ouro: era o delírio do saque, a orgia das matanças e dos estupros” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 86). Por este motivo, Sancho I desistiu da empresa de conquistar o Algarve por hora (importante ponto estratégico militar e comercial), atitude esta elogiada por Oliveira Martins, uma vez que o rei dava prioridade em consolidar os seus Estados, povoando e organizando a administração.

<sup>105</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 119-120.

A construção historiográfica de Oliveira Martins possui uma forte conotação política nesta citação, demonstrando uma concepção que subjaz ao ideário político martiniano: a de que, na História de Portugal, foram nos períodos de maior centralização monárquica que se desenvolveram os maiores avanços sociais, políticos e econômicos.

Esta era uma das bases do pensamento político de Oliveira, na qual, por meio de sua historiografia, o autor tece profundas críticas ao liberalismo *laissez-faire*<sup>106</sup> do século XIX, principalmente à redução dos mecanismos de controle econômicos, o que geraria graves consequências no âmbito social.

A Revolução de Avis, considerada por Martins como o acontecimento que alçou Portugal ao seu período áureo do apogeu, tem início com a morte do rei D. Fernando em 1383. O falecimento conteve “um caráter de um juízo de Deus”<sup>(107)</sup>, fruto de uma disputa monárquica entre Dona Beatriz (casada com o rei castelhano e que não queria assumir o trono) e pelos clamores populares para que assumissem a coroa do reino. Entre os protagonistas, destacam-se o mestre de Avis, Nuno Álvares e Álvaro Pais.

Porém, para Oliveira Martins, foi justamente o Condestável Nuno Álvares quem encarnou *em si* a essência da Revolução, sendo o *indivíduo histórico* hegeliano concretizado enquanto *herói*. Nas palavras de Oliveira Martins: o “mais nobre, a mais bela figura que a Idade Média portuguesa nos deixou. [...] E esse rapaz, tipo ingênuo e puro de virtude, é a imagem de uma nação, também jovem, e ainda crente num futuro próximo”<sup>108</sup>.

Isto demonstraria, para Oliveira Martins, como são nos momentos de *crises* em que as aspirações nacionais encarnam em indivíduos concretos (*heróis*) e que atuam como entidades históricas (em uma perspectiva teleológica) capazes de sintetizar o surgimento de uma nova realidade (enquanto *Espírito* mais evoluído, pois seria a *síntese* que abarcaria as *antíteses* ou contradições sociais). O modelo

---

<sup>106</sup> A crítica de Oliveira Martins ao liberalismo econômico centra-se na formação consequente de oligopólios que dominam nas esferas políticas e econômicas, afirmando que “o *laissez faire*, a luta do monopólio e da concorrência, o *homo homini lúpus*, não podem dar outra resolução além daquela que as feras nas florestas e as águias nas cordilheiras tinham descoberto havia muito: devorar os pequenos e os fracos”. (MARTINS, J. P. de Oliveira. *Teoria do Socialismo*. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 282.

<sup>107</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 116.

<sup>108</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 147.

*ideal* deste processo seria Júlio César, e que originou o conceito de *cesarismo* (como veremos de forma mais aprofundada, no próximo capítulo).

O culminar do estado de apogeu na história de Portugal com a Revolução de Avis foi o momento em que, para Oliveira Martins, o *organismo social* atingiu seu maior nível e coesão, pois era a *vontade coletiva* que guiava o Espírito da Nação (em que o autor explica que este exemplo histórico se desenvolveu, analogamente, em Roma, com a unificação de toda península itálica<sup>109</sup>). Assim, Oliveira Martins sintetiza a Revolução de Avis como o apogeu da Nação afirmando

Que melhor prova podia dar-se da vitalidade da nação e da sua independência já acabada, do que estas cortes em 1385, em que ela exalta uma dinastia, sem base na tradição nem na herança, unicamente enraizada no querer absoluto, comum dos portugueses? É só neste momento que bem de facto se pode dizer terminada a história da independência; [...] Agora as coisas mudavam; e mudavam, porque a nação, alargando-se para o sul, recebendo novas gentes em seu seio, fomentando a atividade comercial e marítima em Lisboa, ao mesmo tempo que se constituía interna ou organicamente, era já um ser diverso do antigo<sup>110</sup>.

Enfim, as analogias estabelecidas por Oliveira Martins entre a gênese e estágio de apogeu de Roma e Portugal buscavam demonstrar as leis de desenvolvimento dos ciclos históricos que se repetiam na História. O próprio movimento de construção historiográfica surgia como necessidade de responder a questões essenciais no *presente* do autor, tais como a origem da identidade nacional portuguesa (e sua polêmica com Teófilo Braga), quanto a própria dinâmica de desdobramentos do *Espírito* nacional (como condição para a formulação de um prognóstico modernizador, como a defesa de um governo forte e centralizado). A seguir, abordaremos como se desenvolveu o estágio de *Catástrofe* no ciclo histórico de Portugal, consequência decorrente do processo de ascensão, abordando também as analogias feitas por Oliveira Martins quando à República Romana.

---

<sup>109</sup> Oliveira Martins explica que a crise que possibilitou a consolidação do organismo social romano (composto por diversos povos e etnias), foi a guerra contra Tarento (governada pelo tirano Pirro, na *Magna Grécia*) e que finalizou a incorporação peninsular. Para o autor, este processo representa o apogeu do organismo social romano, pois foi “obra inevitável e magnífica da construção de um povo” (MARTINS, História da República Romana – I. Lisboa: Guimarães, 1952, p.201).

<sup>110</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 124.

### 3.2 CATÁSTROFE

Abordaremos agora como se desenvolveram as alterações cruciais que acarretaram posteriormente o estágio de *Decadência* em Portugal e que pode ser dividido em dois períodos: 1º) As mudanças políticas e sociais decorrentes da Conquista de Ceuta e da criação da Escola de Sagres; e 2º) Os Descobrimentos e a constituição do Império ultramarino lusitano (a grande época de esplendor da Nação portuguesa, mas que conduziu ao agravamento das questões sociais, sendo o momento agudo da *catástrofe*). Também analisaremos as analogias estabelecidas por Oliveira Martins com a história da República Romana.

O período associado à *catástrofe* do organismo social português tem início com a Dinastia de Avis e a conquista de Ceuta, vindo a se agravar com as Grandes Navegações. Esta época foi – assim como no caso romano – o ápice do estágio de apogeu orgânico, mas cujas consequências - decorrentes do próprio movimento de crescimento (sob a ótica da lógica dialética) - acabaram subvertendo os caracteres originais do Espírito que animava a Nação, conduzindo-o ao estágio de *decadência*.

Segundo Oliveira Martins, a Nação portuguesa, durante a Dinastia de Avis, já possuía um novo Espírito, pois “não é uma corte da Idade Média, é já uma corte da Renascença, cheia de ideias novas e de uma cultura eminente. A educação transforma a política e as teorias monárquicas da Itália já adotadas e aplaudidas”<sup>111</sup>. O autor também salienta que Portugal herdou um importante legado de conhecimento das populações semitas que habitavam o reino – como os mapas e as cartas de navegações dos antigos geógrafos muçulmanos e também de judeus<sup>112</sup> -, e que foram essenciais para as futuras ações políticas e econômicas (em especial, para as Grandes Navegações).

Percebe-se a importância que Oliveira Martins associa, em sua historiografia, ao conhecimento enquanto ferramenta fundamental para as transformações políticas. A semântica histórica que subjaz a esta percepção liga-se diretamente ao seu próprio *locus* de produção, pois o momento configurado pelo estágio de apogeu

---

<sup>111</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 165.

<sup>112</sup> Para mais informações, veja-se MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães, 1994, p. 133-146.

da nação portuguesa foi justamente a época em que esta constituía um polo cultural, interligada com as novas ideias e teorias políticas em voga. Entre seus *horizontes de expectativas*, havia a preocupação conduzida pela Geração de 1870 de integrar Portugal às principais correntes de pensamento europeias do século XIX, fomentando desta forma o intercâmbio cultural<sup>113</sup>.

O novo Espírito da Nação portuguesa, no auge de sua coesão orgânica, tendia, para Oliveira Martins, naturalmente ao processo de expansão. A conquista de Ceuta, então parte do Império marroquino, era de suma importância para que Portugal tivesse o controle da região (enquanto entreposto comercial) e segurança para navegar no mar Mediterrâneo, de forma semelhante à necessidade de Roma em conquistar a Sicília e a Sardenha para estabelecer importantes entrepostos militares e comerciais<sup>114</sup>. Além disso, a própria possibilidade de se estabelecer conexões comerciais para a Ásia (seja por via terrestre ou marítima) era fundamental, como Oliveira Martins sintetiza ao afirmar que

Ceuta era a chave marítima do império do Marrocos; e, porventura, através da África se poderia chegar ao dourado Oriente. Em todo o caso a terra oferecia um campo de exploração mais definido do que este mar incógnito, infinito, cheio de trevas.<sup>115</sup>

A conquista de Ceuta se efetivou em 1415, durante o reinado de João I e sob a liderança do Infante D. Henrique, através de um grande exército em que integravam a aristocracia militar portuguesa (como D. Duarte, D. Pedro e o condestável Nuno Álvares Pereira) e que a conquistou em apenas um dia, sendo então fortificada e praticamente sem graves riscos de ser retomada, mas sendo um episódio extremamente violento da história de Portugal. Oliveira Martins faz uma

---

<sup>113</sup> Conforme expomos no capítulo anterior, os membros da Geração de 70 buscaram incorporar as principais teorias políticas, econômicas e sociais como instrumentos de análise para a formulação de um prognóstico modernizador de Portugal.

<sup>114</sup> Para Martins, este foi um dos principais motivos que levaram Roma a enfrentar Cartago (que possuía domínios territoriais na Sicília e Sardenha), desencadeando assim as Guerras Púnicas. Entretanto, diferiam as duas repúblicas pelo fato de “um ser comercial e a outra rural: uma era uma democracia militar dirigida aristocraticamente, a outra uma oligarquia de mercadores que armava mercenários para se defender”. (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. I. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 210).

<sup>115</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 163.



associação direta entre o temperamento de conquista dos antigos romanos com o dos portugueses desta época, sintetizando que

Terríveis na tenacidade com que combatiam, os romanos nunca tiveram o mais leve sentimento de caridade para com os vencidos. Se os não trucidavam cruelmente, muitas vezes era porque lho impedia o instinto ou o plano político, vingavam-se escarnecendo-os. Eram uma gente forte sem dúvida como ninguém, mas nada amorável e por isso pouco simpática: uma gente bisonha, crente e pertinaz, que nos parece assemelhar-se à nossa gente portuguesa até o XV século, aos burgueses que fizeram rei D. João I e aos soldados que conquistaram a África marroquina.<sup>116</sup>

Assim, evidencia-se como o caráter do povo romano e português eram análogos durante o período de apogeu e expansão. Seu sentimento de conquista – aliado a um plano político delineado – destacava as características de um organismo social rural e militarizado.

Após a tomada de Ceuta, estabeleceu-se a Escola de Sagres por D. Henrique, sendo que “a academia do Infante parecia uma nau, em que vogavam os destinos ainda ignotos da nação”<sup>117</sup>. Sob o espírito da Renascença no seu início – pautada principalmente pelo estudo da natureza – Martins destaca que

Em Sagres reunira o infante todos os recursos de que então dispunham a cosmografia e a arte de navegar. D. Pedro trouxera-lhe das suas viagens o manuscrito de Marco Polo. Esses livros, os mapas de Valseca, as obras de João Muller (de Koenisberg), de Jorge Purbach, as narrativas e roteiros dos pilotos, as rudes cartas marítimas, faziam vergar as mesas, a que o infante, tendo ao lado o seu cosmógrafo Jaime de Maiorca, então célebre, rodeado de discípulos, passava os dias a discorrer, as noites a interrogar, silenciosamente, os enigmas propostos nos textos e desenhos.<sup>118</sup>

---

<sup>116</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. I. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 138.

<sup>117</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 166.

<sup>118</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, 166-167

Nesta citação, torna-se novamente evidente a concepção martiniana acerca da importância de um governo forte e centralizado, capaz de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico e promover o intercâmbio de ideias com outros países (fator essencial para o crescimento cultural das nações). Além disso, neste contexto as novas teorias monárquicas modificaram a própria estrutura da monarquia, em que a *Coroa* (que, como vimos, na Idade Média ligava-se diretamente à figura do rei) transformou-se no órgão máximo da Nação.

Foi através das inovações da Escola de Sagres que Portugal – já empregando a bússola, o astrolábio e o quadrante – descobriu e conquistou as ilhas de Porto Santo, Madeira e os Açores. Foi em 1434 que o Cabo Bojador (até então limite extremo conhecido da costa africana) foi ultrapassado por Gil Eanes, fato capital para Oliveira Martins, dado que fomentou novas possibilidades que seriam catastróficas futuramente para Portugal (como exemplo, a captura dos primeiros escravos africanos). Em suas palavras: “era um antegosto das horrorosas façanhas a que as tentações do mar os havia de conduzir. [...] A empresa, primeiro esboçada, parecia colossal demais para as forças da nação”<sup>119</sup>.

Neste ponto, evidencia-se como Oliveira Martins observa as consequências da expansão do organismo nacional, cujo alargamento acaba incorporando elementos estranhos à essência que possibilitou seu crescimento (ou seja, como *antíteses* geradas como consequências do próprio processo de ascensão). O exemplo da captura de escravos demonstra claramente isto, pois a escravidão em Portugal não existia desde a Antiguidade, uma vez que, na Idade Média, predominava o regime de servidão dentro das estruturas hierárquicas sociais.

Para Oliveira Martins, após a conquista de Ceuta, o segundo acontecimento que, ao mesmo tempo em que alçou Portugal a um novo nível evolutivo, contudo trouxe gravíssimas consequências para o desenvolvimento orgânico da Nação, foi a descoberta das rotas marítimas para as Índias. Este fato, como veremos a seguir, subverteu drasticamente o Espírito que animava a nação.

O grande entrave para que Portugal contornasse o continente africano e chegasse ao subcontinente indiano era o Cabo da Boa Esperança, que conseguiu

---

<sup>119</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 168.

ser dobrado por Bartolomeu Dias em 1486 (embora não tenha conseguido seguir adiante a jornada). No mesmo ano, o rei “mandara por terra, para o Oriente, António de Lisboa e Pero Montarrio, que não passaram de Jerusalém, por só aí reconhecerem que, não sabendo falar o árabe, não podiam intentar a viagem”<sup>120</sup>. Em 1497, Vasco da Gama foi escolhido para comandar a expedição marítima pelo rei Dom Manoel. Após uma viagem que durou dez meses, finalmente chegou a Kalikodu (Calicute). Porém, o rajá foi extremamente ofensivo com Vasco da Gama, tomando-o como um pirata (embora o mesmo se apresentasse como representante de um Estado político). Uma nova esquadra foi montada após o retorno de Vasco da Gama, desta vez sob a liderança de Pedro Álvares Cabral, em que

A sua viagem, além de iniciar o domínio da Índia, teve, com efeito, as duas consequências desejadas. Varreu as duas lendas, do Preste e a do Mar Tenebroso; descobriu o Brasil, e veio dizer a D. Manuel que o suposto imperador do Oriente era um miserável rei preto, infiel, acantonado nas montanhas ínvias da Abissínia.<sup>121</sup>

As construções historiográficas martinianas neste ponto demonstram que a descoberta do Brasil fora um evento que não teve grandes destaques para a Coroa portuguesa na época, já que era o desenvolvimento do comércio de especiarias com o Oriente o principal foco da Coroa lusitana. A colonização do Brasil – como veremos posteriormente – teve um projeto bem definido apenas quando diminuíram as expedições às Índias.

Oliveira Martins afirma a preocupação em se estabelecer um entreposto comercial no território indiano, ao expor como Cabral chegou a Calicute portando suas mais nobres vestimentas, armaduras e armas, almejando mostrar-se não um *descobridor* (como fora Vasco da Gama), mas sim um *embaixador* de um poderoso reino e que, mesmo com as desconfianças do rajá, “foi concedido o que pediam; e Cabral fundou a primeira feitoria portuguesa na Índia, em Kalikodu”<sup>122</sup>. Cabral carregou os navios com as especiarias do Oriente (principalmente pimenta e canela) e regressou a Portugal, embora apenas metade da frota que havia partido

---

<sup>120</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 198.

<sup>121</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 216.

<sup>122</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 219.

inicialmente tivesse retornado, o que demonstrava que o Mar Tenebroso não havia sido completamente superado. Quanto a este episódio, Oliveira Martins destaca que

Esse inimigo terrível, embora vencido, não estava dominado, e a primeira expedição da Índia, este primeiro ato da tragédia de mais de um século, esboçava já todos os elementos da acção: assassinatos e incêndios, morticínios e naufrágios; a espada e a pimenta; as armas do guerreiro em uma das mãos, as balanças do mercador na outra; uma Cartago moderna – e, no fundo, a voragem aberta do mar, pronto a devorar homens, navios e riquezas; a fonte perene do vício, entornando caudais de torpezas.<sup>123</sup>

Assim, Oliveira Martins conclui, através da evocação dos exemplos históricos constituídos pela História Antiga, como a conquista das Índias por Portugal e a formação do Império ultramarino teve um efeito análogo à conquista de Cartago por Roma<sup>124</sup>. Transformou progressivamente o Espírito nacional (então rural, militar e religioso), em uma Nação de mercadores e piratas ávidos por lucro. Oliveira Martins sintetiza isto ao afirmar que

Para que o nosso domínio fosse marítimo, era necessário que estas tradições estivessem na alma portuguesa, como tinha estado noutras idades, na alma de Cartago, e como agora estavam na de Veneza. [...] Alargar, ao contrário, os domínios portugueses, avassalar territórios, fazer conquistas, e criar um império à antiga, como o de Alexandre e o dos romanos, era o pensamento comum – naturalmente deduzido dos antecedentes militares da nação, e agora fomentado de um modo especial pela cultura clássica, enlevo de todos os bons espíritos da Europa. A ideia de que Portugal era uma Roma preocupava os reis e os escritores, que se fastigavam a procurar origens e a indicar analogias, decerto verdadeiras.<sup>125</sup>

Neste citação, é possível observar dois aspectos fundamentais na semântica histórica desenvolvida por Oliveira Martins baseada nas analogias dos ciclos

<sup>123</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 220

<sup>124</sup> Quando Roma conquistou Cartago após vencer as Guerras Púnicas, esta deixou de assimilar os territórios conquistados, começando a formar províncias que pagavam tributos (tornando-se uma das principais fontes de renda nacionais). Oliveira Martins sintetiza este processo ao afirmar que “A Itália, depois de submetida, ficou *aliada* de Roma; a Sicília, primeira *província*, ficou tributária. Herdando o cartaginês, Roma começou a gozar também dos benefícios dos que vivem à custa alheia. [...] Os novos adeptos não são *sócios*, mas *súditos*. A imitação de Cartago acabará por perverter a tradição romana; e o Senado, cada vez mais poderoso, virá a ser como a gerússia africana. Como resultado da Primeira guerra púnica, inicia-se a história de uma Roma novíssima – a imperial” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – I. Guimarães: 1952, p. 236).

<sup>125</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 235

históricos: 1º) A mobilização de Cartago enquanto modelo ideal de uma Nação de caráter mercantil e que tinha no contexto da Renascença a República de Veneza como organismo social cujos caracteres seriam análogos; 2º) A influência que os estudos sobre a História Antiga, fomentados pelo pensamento renascentista, estimulava a formação de Impérios às nações europeias (como, no caso, das monarquias peninsulares);

Em suma: as mobilizações da História de Roma estabelecidas por Oliveira Martins, com o intuito de explicar como as principais características do estágio de *catástrofe* repetiram-se de forma análoga em Portugal durante a Dinastia de Avis, demonstraria para o autor como o processo de ascensão do organismo nacional, ao atingir seu limite, acabou corrompendo o próprio *Espírito* responsável pelo seu crescimento. A *catástrofe* é precisamente o estágio limítrofe do crescimento que conduz à *decadência* (ou seja, a *antítese* gerada a partir da própria *tese*).

Além das novas descobertas necessitarem de muito mais recursos do que Portugal dispunha para assimilar e manter efetivamente, também acabou reinserindo progressivamente caracteres que eram estranhos à força vital que guiou a Nação a seu estágio mais elevado, acabando por subvertê-la. Entre elas, destacam-se a criação de colônias (aos moldes das antigas *províncias* romanas<sup>126</sup>) e a subversão do caráter rural e militar original, transformando-se em uma nação mercantil e escravagista. A seguir, analisaremos os desdobramentos do período de *decadência* do Império português e como as mesmas características do respectivo estágio são associadas, por Oliveira Martins, de forma análoga ao mesmo contexto do ciclo histórico de desenvolvimento da República Romana.

---

<sup>126</sup> No caso da República Romana, a vitória sobre Cartago e a conseqüente conquista dos territórios das penínsulas ibéricas e helênicas, acabou transformando os domínios romanos do Mediterrâneo em províncias tributárias, submissas à metrópole. Martins destaca que, desta forma, “Cartago não carecia dessa desforra, porque, apesar de vencida, vencia de fato desde que inoculava nas veias romanas o vírus do escravagismo, corrompendo o sangue da república” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – II. Lisboa: Guimarães, 1952).

### 3.3 DECADÊNCIA DE PORTUGAL

A seguir, analisaremos as interpretações de Oliveira Martins quanto ao estágio de *decadência* de Portugal e que conduziu à morte da Nação no final do século XVI. Dividiremos este estudo em três partes: 1ª) As interpretações sobre a decadência portuguesa expostas por Antero de Quental nas Conferências Democráticas do Casino e as respectivas críticas feitas por Oliveira Martins; 2ª) As construções historiográficas martinianas sobre as causas da *decadência* como decorrentes do estágio de *catástrofe* e as analogias estabelecidas com o mesmo processo em Roma; e 3ª) A morte da Nação portuguesa, representada pelo Sebastianismo e pela literatura de Camões.

Conforme expomos anteriormente, a ideia de *decadência* foi um dos principais eixos articuladores da Geração de 1870, fomentando diversas discursões entre seus membros a respeito de suas origens e como seria possível desenvolver um projeto modernizador que possibilitasse a superação da crise econômica, política e social em que Portugal se encontrava no século XIX.

Podemos associar a própria ideia de *decadência* enquanto *espaço de experiência* compartilhado pelos membros da Geração de 70, sendo que suas diferentes leituras da História configurariam os *sentidos ao horizonte de expectativa* presente em seus discursos. Por este motivo, problematizarmos as diferentes interpretações conceituais de outros autores ligados ao *locus* em que Oliveira Martins se situava (como os discursos de Antero de Quental), permite uma compreensão mais ampla acerca do contexto de ideias em voga e que também configuram a ideia de *decadência* no ideário político martiniano.

Antero de Quental, na segunda seção das Conferências Democráticas no Casino Lisbonense (realizada em 1871), apontou três causas específicas responsáveis pela decadência dos povos peninsulares (Portugal e Espanha) – profundamente influenciado pela historiografia de Alexandre Herculano –, sendo: uma de espécie moral (a transformação do catolicismo<sup>127</sup>); outra de espécie política

---

<sup>127</sup> Antero de Quental associa as principais transformações do catolicismo ao Concílio de Trento, que transformou a religião em sua forma imobilizada e intolerante no século XVI, realizando uma rígida união entre o cristianismo (concebido por Antero enquanto um sentimento) e o catolicismo

(o estabelecimento do absolutismo monárquico<sup>128</sup>); e a última de espécie econômica (sistema comercial decorrente dos Descobrimentos<sup>129</sup>), buscando assim compreender os três grandes aspectos da vida social que colapsaram: *pensamento, política e trabalho*.<sup>130</sup>

Em síntese, o que Antero de Quental afirma em sua conferência sobre as causas da decadência dos povos peninsulares é que estas residem principalmente na transformação do *pensamento* causada pelo catolicismo pós-tridentino, que acabou subvertendo praticamente todos os caracteres originais que elevaram os povos peninsulares ao seu período de apogeu, corrompendo o âmbito político (com o fomento do absolutismo, que acabou cerceando as liberdades municipais e individuais), além de intensificar o movimento de conquistas. Obliterando, assim, o desenvolvimento da industrialização baseado nos pequenos produtores e que – como em outros países que ascenderam a partir do século XVI – viriam a constituir a *burguesia*, classe responsável pelo processo de industrialização nacional.

---

(caracterizado como uma instituição). Em Portugal e Espanha, isto concretizou-se com a instauração da Inquisição e do Jesuitismo, tornando a moral mais violenta dogmática do que era anteriormente (quando as Igrejas nacionais eram menos rígidas – como exemplo com a tolerância em relação aos mouros e judeus - e por isto mesmo mais cristãs, ou seja, mais caridosas e tolerantes).

<sup>128</sup> Quanto ao absolutismo monárquico, Antero de Quental destaca que, até o século XVI, o poder dos reis não era absoluto em virtude da vida política local (municípios e comunas, cuja liberdade era outorgada pelas cartas forais) e que se opunham à excessiva expansão da autoridade monárquica, destacando também os privilégios da nobreza e do clero e que, juntamente com as instituições populares e municipais, equilibravam as oscilações do peso da Coroa. Além disso, em momentos de crise, haviam as reuniões de Cortes, nas quais as classes sociais eram representadas organicamente, possibilitando uma liberdade maior na península. A centralização monárquica, ao tornar-se absoluta (principalmente com o auxílio da Igreja católica reformada após o Concílio de Trento), acabou com a representatividade orgânica social, a tal ponto que Quental destaca que D. Sebastião (educado por jesuítas) “morreu não por amor a Portugal, mas sim por tentar expandir a glória de Roma” (QUENTAL, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Ulmeiro, 2001, p. 48).

<sup>129</sup> Sobre o sistema econômico oriundo dos Descobrimentos, Quental associa à causa econômica do comércio (mercantilismo) e que obliterou o processo nascente de industrialização, pois a aristocracia fundiária, ao enriquecer, adquiriu grandes propriedades de terra, suprimindo os pequenos produtores que posteriormente viriam a constituir a burguesia (como no caso francês, alemão e inglês). Assim, Quental conclui que quem detém de fato o domínio no mundo moderno não é mais a musa heroica da epopeia, mas sim a economia política (associada ao trabalho livre à indústria), ou seja, não mais as conquistas, mas sim a produção.

<sup>130</sup> Como contraprova que justificaria suas teses, Antero de Quental destaca que nos países em ascensão desenvolveram-se: no campo moral, a Reforma (e que resultou na *liberdade moral*); no campo político, o surgimento da *classe média* (responsáveis pelos progressos que vieram a destronar os reis, como na Revolução Francesa); e no campo econômico, o surgimento da indústria (responsável por substituir o espírito de conquista, antipático ao trabalho). Para mais, veja-se QUENTAL, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Ulmeiro, 2001.

Oliveira Martins associava estes fatores a efeitos da própria maneira de ser destes povos, mas que se tornaram formas corrompidas de um grande pensamento anacrônico a partir do século XVI. Segundo o autor, as causas da desorganização da sociedade podem ser resumidas a três aspectos cruciais, sendo eles: “o Individualismo, o Jesuitismo e as conquistas. Todas as três são, agora, formas corrompidas de um grande pensamento já anacrônico; e assim, o verdadeiro e único princípio de corrupção está no próprio facto da sua grandeza anterior”<sup>131</sup>, lei à qual acreditava que todos os organismos sociais estariam submetidos.

A primeira crítica que Oliveira Martins faz às ideias de Antero de Quental sobre a decadência são relativas à reforma do catolicismo a partir do Concílio de Trento. Segundo o autor, com o comércio marítimo para as Índias, o rei Dom Manuel quis figurar entre os mais altos monarcas europeus, querendo inclusive “instruir de um modo conspícuo na política internacional: e para isso resolveu mandar a Roma uma embaixada tão faustosa que deslumbrasse o mundo”<sup>132</sup>. No fundo, era o Império português querendo reformar a própria instituição eclesiástica a partir de seus interesses, criticando principalmente os abusos da Igreja no Concílio de Latrão<sup>133</sup>, como forma de demonstrar o poder da Coroa lusitana. Martins sintetiza as intenções de D. Manuel ao afirmar que

Querida, porém, mais El-rei que se lavrasse entre os príncipes cristãos uma liga contra o Turco, queria ainda que o clero português contribuísse com uma colecta para as despesas da Índia, e que o padroado de todas as igrejas do Oriente ficassem à ordem de Cristo, cujo mestrado andava com a Coroa portuguesa. Sobretudo, o rei queria mostrar ao mundo o que valia e o que podia, ostentando a sua riqueza em Roma, aí onde o seu embaixador tinha de pagar tudo a peso de ouro – salvo os mártires.<sup>134</sup>

Esta liga contra o “Turco” a que Oliveira Martins se refere tratava-se não só de uma questão econômica (já que abater o sultão seria libertar o comércio

---

<sup>131</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães, 1994, p. 288.

<sup>132</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 303

<sup>133</sup> O Concílio de Latrão a que Oliveira Martins se refere foi o quinto concílio ecumênico, ocorrido entre 1512 e 1517, e o último antes da Reforma protestante. Sua principal formulação foi a instituição de uma doutrina oficial aos fieis, resultando em uma maior influência da Igreja sobre as monarquias. Ver HERCULANO, Alexandre. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 1909.

<sup>134</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 304.



mediterrâneo do domínio turco), mas também ao fato de que, mesmo ostentando uma enorme riqueza, D. Manuel sabia que não podia impor a sua vontade a outras grandes nações (como a França e o Sacro Império Germânico). Outro ponto que se refere à *decadência moral* (ou do *pensamento*, conforme associa Antero de Quental) foi a expulsão dos judeus de Portugal, cujo caráter que não se ligava apenas à religião, mas sim principalmente *político*, pois

As questões religiosas, acordadas na Europa, tinham um caráter particular. Na Península, a constituição acabada do poder monárquico – obra em que o rei D. Manuel trabalhou com afinco – dava às nações uma coesão orgânica bastante forte para impedir as revoluções anárquicas da França e da Alemanha, a cuja sombra mendrava o protestantismo; e essa circunstância favorecia as tendências, evidentemente católicas, do espírito colectivo. Por outro lado, a questão dos judeus complicava os problemas da reforma da religião, dando força à ortodoxia, porque o povo, sendo contra esses hereges, de uma forma diversa, é verdade, encontrava, porém, nisto mais um motivo para condenar todo gênero de heresia.<sup>135</sup>

A importância de compreendermos este acontecimento é que ele traduz uma mudança drástica no Espírito nacional e que acabou se refletindo diretamente na própria economia, pois os judeus (que haviam sido acolhidos em Portugal por D. João II após sua expulsão de Castela), detinham uma importância soma de capitais e que inclusive fomentava também o comércio ultramarino. Os mesmos foram obrigados ao batismo ou expulsos no dia em que D. Manuel se casou, no qual Martins faz referência a história de Roma, associando esta medida como digna de Herodes<sup>136</sup>, pois “o rei D. Manuel tomou a si o papel de Herodes, como uma sátrapa mandou arrancar aos pais e baptizar todos os filhos menores de catorze anos. [...] Isto revela a política dúbia e falsa de um governo, depois de ter perdido o bom-senso e a humanidade”<sup>137</sup>.

---

<sup>135</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 308-9.

<sup>136</sup> Herodes foi o rei que governou a Judeia entre 37 a.C. e 4 a.C., que assumiu a coroa auxiliado pelo exército romano, e cujo título de monarca *cliente* foi outorgado pelo imperador Otávio Augusto. O mesmo ficou conhecido pela grandiosidade das obras arquitetônicas construídas em Jerusalém, assim como pela violência contra seus adversários políticos (incluindo membros familiares). Ver MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – III. Lisboa: Guimarães, 1952.

<sup>137</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 311

Em outras palavras, a própria expulsão dos judeus demonstra dois fatores capitais na *decadência* portuguesa: 1º) O fim da tolerância que existia (em maior grau, se comparada ao resto da Europa) aos povos semitas, sendo que o próprio desenvolvimento científico (como já vimos, na Escola de Sagres) herdou muito do conhecimento de árabes e judeus; 2º) A progressiva submissão das diretrizes da monarquia portuguesa a Roma, e que, visando combater o alastramento do protestantismo, fomentou uma perseguição a todos hereges. Como resultado, as populações judaicas, fugindo dos massacres em massa, migraram para países mais tolerantes (como a Holanda) e cuja transferências de capitais fomentou o crescimento econômico local.

A segunda causa da decadência de Portugal apontada por Antero de Quental, de caráter *político* (e associada ao *Absolutismo monárquico*) é relacionada por Oliveira Martins diretamente às aspirações do rei D. Manuel e que – enquanto um *indivíduo histórico* – encarna em si e representa a própria causa da decadência política. Segundo Martins, “o rei queria ser absoluto, além-mar, como o era em Portugal, desde que resumira em si todas as soberanias da Idade Média, unificando a legislação, reformando os forais”<sup>138</sup>. Além disso, D. Manuel, com seu espírito de negociante, utilizava todos seus poderes de rei para satisfazer suas vontades pessoais e cuja personalidade são descritas como

D. Manuel era um ser medíocre, para quem o mandar não passava de uma satisfação e de um gozo tão mesquinho e pouco nobre, como as delícias de sibarita opulento cuja vida, sem ser uma orgia, era apenas um deleite, e o reinar, em vez de ofício espinhoso, um mole abandono aos gostos delicados. [...] Esta inferioridade do rei fez com que o caráter de um império, pondo-se a comerciar por sua conta, como faziam em Cartago os oligarcas da república, e agora, em Veneza, os doges mercadores.<sup>139</sup>

Ou seja, na perspectiva martiniana, não foram propriamente as teorias monárquicas italianas ou o Concílio de Trento que imprimiram o caráter absolutista na monarquia portuguesa (como acreditava Antero de Quental), mas sim a própria opulência da riqueza oriunda do comércio ultramarino com as Índias e que

---

<sup>138</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães, 1994, p. 215

<sup>139</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 316

enriqueceram a Coroa a tal ponto de querer exercer um domínio completo e cada vez mais expansivo em seus territórios.

A crítica à terceira causa apontada por Antero de Quental, referente à *economia* (o sistema econômico dos Descobrimentos e suas consequências) são referidas por Oliveira Martins principalmente pela cosmopolitização de Lisboa e no *individualismo* dos mercadores (análogos à oligarquia mercantil que surgiu em Roma quando esta conquistou Cartago e Espanha e o Oriente<sup>140</sup>), responsáveis por romper a coesão orgânica que alçou Portugal ao seu período áureo, descrevendo que

Lisboa apresentava o aspecto duplo de uma orgia de mercadores e de uma penitência de faquires, os dois lados do génio como que africano da sua gente apareciam; e a tragédia que se apresentava no Oriente, tinha um eco nas cenas da capital – como em Cartago, quando os fenícios mercadejando por todo o Mediterrâneo, adoravam nos seus templos Milita e Baal.<sup>141</sup>

Esta citação demonstra o mecanismo intelectual que subjaz às analogias martinianas estabelecidas entre a história da República Romana e de Portugal. Considerando que ambos organismos sociais compartilhavam dos mesmos caracteres orgânicos (enquanto nações rurais e militarizadas), com o alargamento dos organismos sociais a partir do expansionismo territorial, acabaram por incorporar elementos de outras culturas<sup>142</sup>, cujos caracteres eram estranhos à própria essência que possibilitou seu crescimento. Como consequência, acabaram transformando-se

---

<sup>140</sup> Oliveira Martins inclusive emprega a analogia com Roma para explicar as desigualdades econômicas de seu tempo presente, explicando que, após a vitória de Cartago e a expansão dos domínios romanos em províncias, “a antiga democracia rural estava transformada numa sociedade como a cartaginesa: uma oligarquia de ricos lavrando a terra com escravos, usurpando o melhor dos rendimentos públicos, dando de esmola pão à plebe faminta da capital – um capitalismo puro como o do ocidente europeu do XIX século” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – II. Lisboa: Guimarães, p. 120).

<sup>141</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 319

<sup>142</sup> Segundo Martins, é possível verificar isto com a transformação de ambas nações em centros cosmopolitas, afirmando que “Como Roma, Lisboa recebia no seu seio e nacionalizava gente de toda a parte; e deste aglomerado de caracteres, naturalmente inorgânico, sairá, no momento culminante do XVI século, um espírito superior ao espírito nacional-natural e a noção de uma pátria moral ou ideal, como foi a pátria de Virgílio” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 174).

na *antítese* de sua própria identidade (tornando-se nações comerciais e sem coesão, nos moldes de Cartago, considerada o *modelo ideal* deste tipo de nação).

Com base nesta concepção determinista, Oliveira Martins associou causas em comum aos processos de decadência da República Romana e Portugal. Destacou “a formação de uma aristocracia endinheirada, egoísmo e utilitarismo, que resultaram no bloqueamento do desenvolvimento natural das classes sociais”<sup>143</sup>, consequências do expansionismo em ambas civilizações.

Além disso, o próprio desenvolvimento de uma classe de mercadores enriquecida amplificou as desigualdades sociais, Martins destaca que “a população rural definhava, vergada ao peso de uma miséria fúnebre. [...] Lisboa regurgitava de pobres e morria gente de fome pelas ruas, sob os alpendres das casas”<sup>144</sup>. Ou seja, ao mesmo tempo que a capital vivia sob uma opulência propiciada pelo comércio com as Índias – com uma *Via Sacra* própria (principal rua do mercado romano) que em Lisboa “era a *Rua Nova*”<sup>145</sup>, a agricultura estagnou-se e os escravos acabavam por exercer praticamente todos trabalhos domésticos.

Em suma: embora Antero de Quental e Oliveira Martins perceberam sintomas em comum que vigoraram no período de decadência (mudança no pensamento religioso e moral, o absolutismo monárquico e as consequências econômicos dos Descobrimentos), Antero busca associar como causa primordial e que desdobrou todos os outros problemas sociais a mudança de *pensamento* surgida a partir do Concílio de Trento (e que permeou as esferas religiosas, políticas e econômicas).

Porém, Oliveira Martins, sob a ótica dialética aplicada à noção de ciclos históricos dos organismos sociais, interpreta estes problemas como decorrências diretas do período de apogeu rumo a sua decadência, cuja *catástrofe* (a conquista do comércio das Índias e a formação do Império ultramarino) subverteu a essência que animava a Nação, uma percepção fatalista baseada no fato de que Roma teria sofrido o mesmo processo assim que conquistou Cartago e todo comércio mediterrâneo e com o Oriente.

---

<sup>143</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães, 1994, p. 263.

<sup>144</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 322.

<sup>145</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – Vol. II. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 225.

O fim da Nação portuguesa é associado, por Oliveira Martins, à morte de Dom Sebastião na batalha de Alcácer Quibir<sup>146</sup>, seguida da entronização de Filipe I, o espírito coletivo que animava a Nação definhou sob a égide da Coroa espanhola. Assim, o autor sintetiza que

Acabavam ao mesmo tempo, com a pátria portuguesa, os dois homens – Camões, D. Sebastião – que nas agonias dela tinham encarnado em si, e numa quimera, o plano da ressurreição. Nesse túmulo que encerrava, com os cadáveres do poeta e do rei, o da nação, havia dois epitáfios: um foi o sonho sebastianista; o outro foi, é, o poema d’Os *Lusíadas*. A pátria fugira da terra para a região aérea da poesia e dos mitos.<sup>147</sup>

Percebe-se nesta citação que, para Martins, o próprio estágio de declínio da nação já era um sentimento compartilhado no século XVI, cujo poema de Camões e a tentativa de D. Sebastião em repetir os antigos feitos que engrandeceram Portugal (como a Conquista de Ceuta, sob a liderança de Dom Henrique) constituíam a tentativa de reerguer o *Espírito* nacional que já se encontrava em um avançado estágio de *decadência*.

Na perspectiva de Oliveira Martins, após o período de União Ibérica (1580-1640), o novo reino de Portugal, que surgiu sob a égide da *Dinastia dos Bragança*, apenas ocupava o mesmo espaço geográfico, visto que este não era o ressuscitar da antiga Nação – já que sua existência não dependia apenas de si mesmo, mas sim do equilíbrio de poder europeu (como veremos no próximo capítulo).

Em síntese: enquanto Antero de Quental buscou associar a decadência a causas pontuais que permearam as nações ibéricas, Oliveira Martins procurou compreender o desenvolvimento do processo enquanto um fenômeno cíclico que se repetiu ao longo da História, considerando que as nações – enquanto organismos

---

<sup>146</sup> D. Sebastião assumiu a Coroa de Portugal em 1568, já no momento de declínio do império lusitano. A literatura de Camões, cujo entusiasmo místico influenciou a política do rei, teve como consequência a campanha de reconquista do norte da África, em que Oliveira Martins resume que “ambos olhavam para a história; e em frente do roído cadáver do império ultramarino, apelavam para a política africana esquecida por ele, inspirando-se nas tradições heroicas da nação” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 349).

<sup>147</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 360.

vivos – estão fadadas aos mesmos determinismos biológicos (cuja dinâmica seria explicada pela lógica dialética).

Assim, é possível perceber que, no ideário político martiniano, uma Nação só é verdadeiramente autônoma na medida em a mesma é capaz de existir pela coesão e independência do organismo social que a compõe. Tanto nos casos de Portugal como no final da República Romana, a subversão dos caracteres originais, após o período de apogeu e expansão, tornou as próprias nações dependentes de suas colônias para subsistirem – além da substituição da própria dinâmica econômica (utilizando principalmente o trabalho escravo) e da formação de uma oligarquia comercial que concentrava os recursos nacionais e agravava, desta forma, o empobrecimento das camadas sociais que compunham a plebe.

No próximo capítulo, analisaremos como Oliveira Martins expõe o projeto político cesarista e sua relação com o estágio de crise em que Portugal se encontrava no século XIX, abordando seus fundamentos teóricos e as analogias estabelecidas com Roma (em especial, como Júlio César resolveu os problemas políticos, econômicos e sociais, lançando as bases do Império e superando assim o estágio da *decadência da República*).

#### 4 CESARISMO EM PORTUGAL E O SOCIALISMO CATEDRÁTICO

Neste capítulo, analisaremos os fundamentos teóricos do cesarismo na historiografia de Oliveira Martins, abordando também os casos de *cesarismos* caracterizados pelo autor na história portuguesa. Também verificaremos como Martins associou o *socialismo catedrático* como o modelo de governo mais adequado para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e organicamente coesa.

Primeiro, serão analisados os fundamentos teóricos do modelo de governo cesarista na historiografia martiniana, enfatizando também suas concepções acerca do *republicanismo* e como o cesarismo surge enquanto um governo autocrático em períodos de crise. Também abordaremos as interpretações de outros autores que trabalharam o respectivo tema nas obras de Oliveira Martins.

A seguir, abordaremos os casos associados a cesarismos e regimes de força expostos por Oliveira Martins na história de Portugal (especificadamente, o reinado de D. Fernando, o governo de Marquês do Pombal e o período da *Regeneração* com o Marechal Saldanha), identificando as analogias estabelecidas pelo autor com contextos e personagens da República Romana.

Por fim, serão estudados os princípios do *socialismo catedrático* defendido por Oliveira Martins, bem como à forma como tentou sustentá-los no período em que foi deputado no Porto, através de sua Lei de Fomento Rural e Emigração. Também levantaremos o envolvimento de Martins no movimento *Vida Nova*, sua participação no grupo Vencidos da Vida, e a aproximação que desenvolveu com o rei D. Carlos I.

#### 4.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO CESARISMO NA HISTORIOGRAFIA MARTINIANA

A seguir, analisaremos os fundamentos teóricos do modelo de governo *cesarista* na historiografia martiniana, estruturando o respectivo estudo da seguinte forma: 1º) O contexto social vivenciado por Oliveira Martins na Andaluzia e como esta modificou o ideário político de Oliveira Martins; e 2º) Os fundamentos teóricos que subjazem às construções historiográficas do autor acerca do cesarismo, enfatizando suas preocupações quanto à necessidade de uma *representatividade* política autêntica como fundamento à uma formulação de um governo democrático. Destacaremos as influências do pensamento hegeliano na construção da ideia de *César* (como o *indivíduo histórico* capaz de realizar a síntese necessária para o reestabelecimento da coesão social). Estas reflexões são importantes para compreendermos, posteriormente, como o autor associou a existência de governos cesaristas em Portugal, além das críticas estabelecidas por ele sobre o respectivo tema.

Conforme expomos no primeiro capítulo, o período em que Oliveira Martins foi para a Espanha administrar as minas de Santa Eufêmia, na Andaluzia (entre 1870 e 1874), tiveram uma influência muito importante na evolução de seu ideário político<sup>148</sup>. Em especial, identificamos uma transição da defesa de um federalismo república e descentralizador (aos moldes de Proudhon), para a apologia a um governo forte e centralizador (e com uma economia nacionalizada, aos moldes das propostas do *socialismo catedrático*).

Foi nesta época também que Oliveira Martins redigiu sua obra *Teoria do Socialismo* (1872), na qual expõe suas principais concepções com relação ao socialismo de Saint Simon e Proudhon, assim como analisou os contributos e as deficiências das teorias liberais de autores clássicos (como Adam Smith e Malthus).

---

<sup>148</sup> Neste contexto, Oliveira Martins teve um forte contato com as classes trabalhadoras, percebendo como a instituição da I República Espanhola piorou as condições de vida dos operários. O sistema federativo da República, cujas leis possuíam um caráter liberal, aumentaram ainda mais o poder dos detentores de riquezas e fundiários, na medida em que promoviam uma isonomia política que perpetuava o desequilíbrio econômico entre as elites e a plebe. Inclusive, convivendo com a camada social desprotegida, Martins, “com o auxílio da mulher, funda uma escola para os filhos dos operários, o que representou algo inédito naquelas paradas”. (CLEMENTE, Eloy. J. P. d’Oliveira Martins nas minas de Santa Eufêmia (1870-1874). In: *Ler História*, 54. Lisboa: ISCTE, 2008, p. 152).



Além disso, é nesta obra que formaliza “pela primeira vez uma argumentação contra o *laissez faire* e contra a doutrina do individualismo e de liberalismo econômico que, com ligeiras diferenças ou adaptações, será regular e fiel acompanhante dos seus escritos”.<sup>149</sup>

Ao retornar para Portugal em 1874, Oliveira Martins deixou de defender a necessidade da instauração de uma República no país. Considerava que isto resultaria nas mesmas consequências observadas na Espanha. Esta percepção se baseava principalmente na ideia de que Portugal e Espanha seriam nações que compartilhariam de caracteres orgânicos em comum (que, conforme expomos anteriormente, foi a principal ideia defendida em sua *História da Civilização Ibérica*), motivo pelo qual o agravamento das desigualdades sociais seria análogo em ambos países.

Entretanto, é importante destacar que, embora Martins tivesse abandonado a ideia de que a proclamação da República seria a solução para as crises políticas e sociais portuguesas, ele nunca deixou de defender o ideal do *republicanismo*<sup>150</sup>. Este é, ao nosso ver, o principal eixo articulador do pensamento martiniano: a ideia de um republicanismo configurado como a defesa da construção de uma nação que possuísse as características de um organismo saudável e funcional, enquanto comunidade política forte, patriótica e organicamente coesa. Esta noção também é defendida por autores como Rui Ramos, que apontam principalmente os princípios da antiguidade clássica (modelo greco-romano), como modelo ideal de uma coletividade política para Oliveira Martins, expondo também que “Martins tinha uma ideia ‘religiosa’ do futuro da sociedade: esta só podia ser viabilizada se fosse ‘religada’ aos seus inícios, e estes inícios estavam na remota antiguidade clássica. Os tempos modernos pouco tinham a oferecer”<sup>151</sup>.

---

<sup>149</sup> CLEMENTE, Eloy. J. P. d'Oliveira Martins nas minas de Santa Eufémia (1870-1874). In: *Ler História*, 54. Lisboa: ISCTE, 2008, p. 156.

<sup>150</sup> O *republicanismo clássico* foi uma matriz de pensamento que teve início durante o contexto da Renascença com Maqui, e teve Rousseau no Iluminismo como seu principal expoente, defendendo, como principal premissa compartilhada por seus pensadores, a noção de que o cidadão só teria uma verdadeira autonomia individual através da ação coletiva. Em síntese: “A *virtude* cardinal da república, a base de sua coesão, é o patriotismo, a devoção dos indivíduos ao bem comum. A decadência das nações acontece quando os membros da comunidade colocam os seus interesses particulares acima do interesse coletivo e cívico” (RAMOS, Rui. Oliveira Martins e a Ética Republicana. In: *Revista Penélope*, 18. Lisboa: ICS, 1998, p. 171).

<sup>151</sup> RAMOS, Rui. Oliveira Martins e a Ética Republicana. In: *Revista Penélope*, 18. Lisboa: ICS, 1998, p. 172.

Eis aqui mais uma prova da importância de nosso inquérito à concepção martiniana da História Antiga. Vê-se aqui, uma vez mais, como ele fundamenta tanto o diagnóstico do Portugal Contemporâneo, como a solução política para os males a serem combatidos. Tanto num caso como noutro, sua semântica histórica é central, como demonstrado ao longo deste trabalho.

O modelo ideal de uma sociedade harmônica, coesa e patriota (síntese do republicanismo defendido por Oliveira Martins), é associado a Esparta na Antiguidade, onde o autor destaca que

Aquela antiga tonificação do gênio dórico, o profundo idealismo da passada república, a simplicidade de uma existência voltada à pátria, a sobriedade espartana dos costumes, a piedade dos sentimentos religiosos, e a religião política do culto anfitriônico de Delfos, são traços que não acompanham já a fisionomia da Grécia sob o império de Atenas.<sup>152</sup>

Nota-se a relevância associada por Martins a um sistema de crenças em comum como fundamentação necessária para a existência de uma forte coesão social, associado pelo autor ao patriotismo enquanto a consubstanciação do cidadão na *República* idealizada. Porém, a construção desta religiosidade cívica deve ser espontânea e natural, motivo pelo qual o desenvolvimento de um nacionalismo fomentado pelo Estado acaba sendo, conseqüentemente, uma formulação autoritária e imposta *a priori* (como aconteceu com os movimentos nacionalistas na Europa ocidental durante o século XIX e que serviram como fundamentação de projetos sociopolíticos que perpetuavam as desigualdades sociais<sup>153</sup>).

Em um estudo sobre a historiografia martiniana, António José Saraiva destaca que a crescente desigualdade acarretada pelo liberalismo – em especial, o empobrecimento das massas trabalhadoras – foi um dos principais problemas que preocuparam Oliveira Martins desde os acontecimentos da Comuna de Paris<sup>154</sup>,

---

<sup>152</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Helenismo e a Civilização Cristã*. Lisboa: Guimarães Editores, 1985, p. 180.

<sup>153</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre a construção de projetos políticos nacionalistas e da religião cívica em Portugal e França, ver CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: NVDOC, 2005.

<sup>154</sup> A *Comuna de Paris* foi um governo composto principalmente pela classe operária, surgido como uma revolta popular em 1871 como oposição às medidas adotadas pela Assembleia Nacional

principalmente suas críticas à “massa homogênea, aritmética e irreal, o monte de areia informe que constitui o eleitorado no liberalismo”<sup>155</sup>. Assim, a falha do sistema de governo liberal seria a ausência de uma *representatividade* legítima das forças produtivas que compõem a sociedade, ou seja, o atomismo político seria incapaz de representar os órgãos produtivos que integram a sociedade, cujo sistema parlamentarista serviria para garantir os interesses das classes dominantes (em especial, das oligarquias enriquecidas).

A própria origem do *cesarismo* seria resultante de uma organização política defeituosa (enquanto *antítese* que surge a partir das contradições de uma *tese* originária), como era possível perceber pela ascensão de Napoleão III, por eleição, à chefia da França. Influenciada pela filosofia hegeliana e pelo socialismo de Proudhon, a historiografia martiniana buscava expor como o cesarismo seria um fenômeno que se repetiria ciclicamente ao longo da História, em que

O sistema político *cesarista* dos Macedônios, que se impôs ao sistema federativo das cidades gregas. A *pátria* ou *nação* é também um tipo social novo que permite a Roma derrotar, sucessivamente, Pirro, Cartago e os povos do Oriente e do Ocidente. Modernamente, a Alemanha unificada por Bismarck e também *cesarista* pôde agregar a poeira dos pequenos Estados alemães e derrotar a França em 1871. Estes fenômenos cíclicos não são leis como as da Física, mas repetem-se como os nós das canas ou como o rebento das árvores, quando a ocasião se proporciona.<sup>156</sup>

Nesta perspectiva, o surgimento de governos autoritários seria consequência da própria incapacidade de representação política legítima em democracias decadentes (principalmente em governos nos quais uma oligarquia dominante se mantivesse no poder sustentada pelo monopólio das riquezas e por meio de uma suposta isonomia política). O *cesarismo* seria um mecanismo para ajustar o desequilíbrio social causado pela falta de um governo capaz de regulamentar a sociedade (no sentido de uma maior equiponderação das riquezas) e da participação política real. Assim, o conceito de *cesarismo* pode ser sintetizado como

---

Francesa (favorável às imposições da Prússia). Durante pouco mais que dois meses, culminando no massacre de mais de 20.000 pessoas ligadas à Comuna. Ver LIGASSARAY, Proper Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.

<sup>155</sup> SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1995, p. 80.

<sup>156</sup> SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1995, p. 94.

“uma monarquia absoluta e centralizadora, fundada na democracia, isto é, na plebe. César, o herói máximo de Oliveira Martins, encontrou uma solução *pessoal*, isto é, conjuntural, para as lutas entre ricos e pobres, que se repetiam no século XIX”<sup>157</sup>.

A construção de César enquanto o indivíduo que encarna o Espírito coletivo baseia-se no pensamento de Hegel. Ao analisar a história de Roma, o filósofo verificou que apenas quando a plebe conquistou o direito de ocupar importantes cargos na esfera governamental – além da participação na posse das terras conquistadas – é que pôde fundamentar sua coesão essencial. Por isso, foi só com a “união do patriciado e da plebe é que Roma atingiu a sua verdadeira consistência interna, e foi só a partir daí que o poder romano pôde se desenvolver para fora”<sup>158</sup>.

Percebe-se assim que, para Hegel, a constituição do *Espírito* só foi possível a partir da *síntese* formulada pela solução das contradições internas (ou seja, o equilíbrio entre as *teses* e *antíteses*). Porém, as mesmas voltaram a se agravar devido ao aumento do número de províncias, acarretando o crescimento das particularizações interiores (representadas pelo domínio privado sobre a esfera pública), o que gerou o conseqüente processo de decadência do *Espírito* que animava a República romana.

Destarte, Hegel explica que, quando o impulso subjetivo do domínio individual se transforma em paixão (*Vontade*), o próprio fim patriótico termina, culminando no fortalecimento das desigualdades sociais - principalmente através da criação de leis que beneficiam apenas uma respectiva elite. Por este motivo, o autor acaba concluindo que

Com isso, não havia mais força moral na república, ela só podia ser encontrada na vontade de um indivíduo. César apresentou-se como um modelo da praticidade romana, baseando suas decisões na razão, e concretizando-as da forma mais prática, sem paixão. César praticou o direito de forma histórico-universal ao introduzir a mediação e os meios apropriados para a necessária coesão. César conseguiu duas coisas distintas: apaziguou a oposição interna e, ao mesmo tempo, abriu as portas para um antagonismo externo.<sup>159</sup>

---

<sup>157</sup> SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1995, p. 97

<sup>158</sup> HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995, p. 258.

<sup>159</sup> HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995, p. 265-266.

Em suma: no pensamento hegeliano, a grande realização de Júlio César foi sintetizar *em si* o *Espírito* da República existente antes de sua corrupção, elevando-se à supremacia do governo e impondo a coesão no mundo romano pela força militar contra a particularidade. Situado entre a autoridade do Senado e a igualdade que anima a plebe, César “representa a síntese dotada de excepcionalidade, mas com uma missão específica de reorganização da sociedade e de mobilização das energias regeneradoras”.<sup>160</sup>

Oliveira Martins sintetiza o modelo de governo cesarista como um principado de carácter socialista e que se contrapõe ao republicanismo classicista (guiado pelas oligarquias). Porém, o *príncipe* cesarista difere do tirano pelo fato de seu poder ser legitimado pelas aspirações populares, em que Martins exemplifica quando, durante a Guerra Civil<sup>161</sup> em Roma, Júlio César

Marchava contra Roma, contra a república, para destruir a constituição... como um defensor da lei. O *cesarismo* é o jesuitismo na política! Difere da tirania simples no fato de que para o tirano os modos não se distinguem dos fins, ao passo que César pretende realizar um fim excelente aproveitando todos os meios, de qualquer natureza, bons ou maus, justos ou injustos. O tirano é vulgar, César tem que ser genial, superior aos homens e às suas crenças, às suas paixões, aos seus ódios, aos seus preconceitos; e superior, não por satanismo como Sila, mas por convicção, firme num plano de salvação.<sup>162</sup>

Nesta perspectiva, César (enquanto figura idealizada) é o modelo do *indivíduo histórico universal*, já que o mesmo encarna em si a *Razão de Estado* objetivando fazer sua conciliação com as aspirações da plebe (*Vontade*), realizando desta forma a síntese necessária para o desenvolvimento de um *Espírito nacional* capaz de fomentar a coesão orgânica na sociedade.

<sup>160</sup> MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *Portugal: identidade e diferença*. Lisboa: Gradiva, 2007, p. 128.

<sup>161</sup>Após a constituição do primeiro *triumvirato* durante o Convênio de Luca (realizado em modo *informal* em 56 a.C.), a liderança dos domínios romanos fora divididos entre Júlio César (responsável pelas Gálias), Pompeu (Espanha) e Crasso (Oriente). A *Guerra Civil* que se instaurou no fim da República eclodiu após a morte de Crasso em 53 a.C. na batalha de Carra, agravando a oposição entre Júlio César (líder dos *democratas*) e Pompeu (representando os *optimates*). Ver MARTINS, 1952c, pp. 167-202).

<sup>162</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana – III*. Lisboa: Guimarães, 1952c, p. 170.

Outrossim, a própria estrutura da máquina burocrática no *cesarismo* não é aniquilada ou sobreposta, mas sim reordenada a partir das aspirações do líder, da mesma forma como a própria constituição formalmente é mantida, embora o poder de fato para solucionar os impasses existentes entre as classes dirigentes e a plebe resida no *César*, como Oliveira Martins destaca no modelo romano, em que

A república existia, existia um Senado, existiam comícios, existiam cônsules; mas tudo eram ficções, e realidade única o poder pessoal de um homem que se vestira a si com a toga da república, armado pela Razão-de-Estado, reunindo nas suas mãos o poder militar como Imperador, o poder democrático como Tribuno e o poder religioso como Pontífice. César torna-se de fato um *rei*, sem o ser todavia como ideia; reside nele a monarquia sem a hereditariedade dinástica, sem a origem no princípio obliterado da consanguinidade aristocrática que o cesarismo substitui pelo regime de adoção<sup>163</sup>

Em última instância, o cesarismo se transforma na própria encarnação da *república* em um homem, o que, na filosofia hegeliana, significa que esta deixa de ser uma abstração (*Ideia*), para se concretizar no indivíduo (*Natureza*), cuja síntese gera uma magistratura civil, vitalícia e absoluta. Porém, como a própria essência da república só é legítima quando idealizada pela coletividade enquanto *Vontade*, Martins conclui que o cesarismo é um “sistema falso e híbrido, mas tão adequado às crises sociais que se reproduzirá todas as vezes que elas surgirem no decorrer dos tempos”<sup>164</sup>

Assim, chegamos à conclusão de que, para Oliveira Martins, o cesarismo nunca foi um projeto político a ser defendido, mas sim a única solução quando o grau de desigualdade social acabasse dividindo completamente a sociedade entre uma oligarquia dominante e a plebe. O *césar*, apoiado pelos militares e com apoio popular, seria o único capaz de estabelecer um governo que não favorecesse a apenas uma classe social, mas sim reestabelecer a coesão orgânica da sociedade. Em outras palavras, o cesarismo seria a única opção viável de governabilidade, quando não houvessem mais possibilidades de se estabelecer políticas verdadeiramente igualitárias para todos cidadãos.

<sup>163</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – III. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 208.

<sup>164</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – III. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 211.

## 4.2 O CESARISMO EM PORTUGAL

Abordaremos agora as concepções de Oliveira Martins em relação ao cesarismo em Portugal, analisando os momentos da história portuguesa em que o respectivo modelo político é associado pelo autor e como o mesmo formulou sua historiografia enquanto discurso orientado à ação política. Verificaremos também as analogias estabelecidas por Martins entre os personagens históricos da República Romana e de Portugal. Formalizaremos o respectivo estudo da seguinte forma: 1) Os casos históricos de cesarismos e regimes de força em Portugal; e 2) O período da *Regeneração* enquanto um *cesarismo burocrático*. Estas reflexões são essenciais para entendermos, posteriormente, como o autor associou a necessidade de um governo socialista e catedrático como modelo político ideal, capaz de superar a crise política, econômica e social portuguesa do século XIX.

Conforme expomos no capítulo anterior, a existência de períodos da história de Portugal associados a um *cesarismo* - enquanto um governo forte, centralizado e que buscasse fomentar o desenvolvimento de leis que beneficiassem os órgãos produtivos da Nação - foram, para Oliveira Martins, os momentos em que Portugal teve seu maior crescimento e coesão social. O primeiro momento associado pelo autor à existência de um governo cesarista em Portugal foi com o último rei da Dinastia dos Borgonha (séculos XII – XIV) – mais especificadamente, durante o reinado de D. Fernando (1367 – 1383). Oliveira Martins sintetiza isto ao expor que

O governo de D. Fernando foi um cesarismo, e com efeito o foi de todos os modos: na sábia proteção dada ao fomento nacional da nação, na violência das medidas de salvação pública, na desordem dos costumes da corte, e no caráter bondoso e ingenuamente devasso do rei. Este César do fim da Idade Média preparava o caminho à nação, cuja vida brilhante de dois séculos, afastada da estrada ordinária da agricultura e da indústria, ia ser a vida de uma Roma Imperial, de uma Cartago, de uma Veneza: metrópole acanhada de um império colossal, subordinada nos seus destinos ao merecimento individual dos governantes autocratas, mais do que à força espontânea de um espírito nacional, ao maquinismo activo de um sistema de instituições e classes organicamente construído e funcionando normalmente.<sup>165</sup>

---

<sup>165</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 172.

Nesta citação, podemos observar dois aspectos fundamentais no pensamento político martiniano: como o cesarismo, enquanto modelo de governo, está diretamente ligado à figura do líder que sintetiza o espírito nacional de sua época (motivo pelo qual o autor associa analogamente o modelo de César a D. Fernando); e como a própria centralização excessiva do poder, quando deixa de representar as aspirações nacionais pela autocracia de seus governantes, geram as consequências opostas a partir do próprio movimento dialético (no qual o *cesarismo* se transforma em despotismo e o César, em um tirano).

Para compreendermos como se desenvolveu o contexto político que culminará na crise do absolutismo monárquico e no regime despótico de Marquês de Pombal, faremos uma breve exposição sobre as percepções de Oliveira Martins que fomentaram este processo – mais especificadamente, entre o período da *Restauração* (1640) até o período das reformas pombalinas (1759). Neste contexto, a existência de Portugal diferia da antiga nação (embora ocupasse o mesmo espaço geográfico), já que, para existir enquanto país, era necessária a articulação com o equilíbrio de poder europeu (em especial, a tutela da Inglaterra<sup>166</sup>). Esta ausência de autonomia política levava o autor a considerar Portugal enquanto “o enfermo do Ocidente”<sup>167</sup>.

A família dos Bragança era, no século XVII, tão grande como as maiores da Espanha, composta principalmente por duques e que detinham a posse de uma grande extensão do território português. As origens da família remetiam a Nuno Álvares Pereira. Martins expõe claramente que seus descendentes nada tinham em comum com o *indivíduo histórico* que tão importante foi para a história de Portugal, afirmando que “foi uma sucessão de intrigantes mesquinhos, de maus doidos, ou de egoístas vulgares. A grande herança do herói esmagou seus descendentes”<sup>168</sup>

---

<sup>166</sup> Para Martins, após o fim dos conflitos com a Espanha em 1667, Portugal passou a ser governado por três pilares: o rei, o jesuíta e o inglês. Como exemplo disto, destaca que, em 1703, “o tratado de Methuen tornou-nos feitores da Inglaterra, e fez do país uma *fazenda*, uma *vinha* da Grã-Bretanha ao Meio-dia. Os vinhos portugueses pagariam em Inglaterra um terço menos do que os franceses e Portugal preferiria os produtos fabris ingleses. Compreende-se como este processo *livre-cambista* (aplicar as regiões ao que a natureza indica, sem curar das considerações sociais e políticas), desvairou logo a economia nacional” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 430-431).

<sup>167</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo* – I. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 90.

<sup>168</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 411.



Além disso, o próprio reconhecimento da legitimidade de D. João IV, após a guerra da Restauração, como herdeiro da Coroa lusitana, era contestada por grande parte da população portuguesa. Martins destaca que

Esse povo, porém, conservava-se fiel a D. Sebastião; e não faltou quem se recusasse a reconhecer o novo rei, temendo ser desleal ao antigo, ao verdadeiro: espectro fugaz do passado reino, senhor da Índia. O padre Vieira esforçava-se por demonstrar com sábias alegorias, antigos processos da literatura primitiva do cristianismo, que D. João IV não era senão o verdadeiro D. Sebastião, o verdadeiro *encoberto*; apesar de, como rei aparente, ser outro, uma sombra, um meio; um instrumento, um *fetichê*. Não errava o fogoso jesuíta.<sup>169</sup>

Percebe-se, nas construções historiográficas martinianas acerca da dinastia bragantina, a noção de que, desde seu estabelecimento, a mesma já era alvo de contestações por grande parte do país, principalmente quanto à sua legitimidade. Ou seja, o problema que subjaz ao reestabelecimento da monarquia foi, precisamente, o fato de não ser mais um órgão *representativo* da nação, mas sim um instrumento que acabou deixando Portugal à mercê dos interesses dinásticos<sup>170</sup>. Como consequência, a própria Nação, neste momento, não passava de uma abstração do que antes fora o antigo Portugal.

Também é importante analisarmos as concepções e críticas de Oliveira Martins quanto ao sistema de princípios que compõem o Absolutismo enquanto doutrina política<sup>171</sup>, principalmente a contradição existente entre um poder espiritual e outro secular. Enquanto que, nas teocracias antigas, o poder espiritual e político era sintetizado na figura do imperador (como foi no Oriente, assim como na Roma

<sup>169</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 415.

<sup>170</sup> Destaca-se, na opinião de Martins, principalmente a exploração das riquezas das colônias, em especial o ouro e diamantes de Minas Gerais e o tráfico de escravos das colônias africanas, em que o autor utiliza de uma metáfora biologicista para explicar que as riquezas seriam a injeção de sangue em um corpo moribundo. Para mais, veja-se MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães, 1978, p. 80-94.

<sup>171</sup> Um dos principais teóricos do *absolutismo* enquanto doutrina político foi Jacques Bossuet, bispo e teólogo que no século XVII, defendia a teoria de que o governo dos reis era de origem divina, considerando-o como outorgado por Deus. Suas ideias tiveram forte receptividade principalmente na França, onde inclusive Bossuet foi eleito conselheiro do Rei Luís XIV. Para mais, veja-se: CHÂTELET, François. *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; e CHEVALIER, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Adir, 1986.

Imperial), o absolutismo moderno, lançando duas soberanias independentes entre nações autônomas que compartilhavam de uma mesma religião, tornava o Papa, para os fiéis, o verdadeiro rei do direito divino – embora este status também fosse reivindicado pelos monarcas. Para Martins, este seria o vício fundamental do Absolutismo, enquanto um “sistema de domínio político-religioso de outras eras e que, transferido para o seio da sociedade cristã, foi a principal causa da curta duração do regime”<sup>172</sup>. Na península ibérica, esta contradição existente no Absolutismo se agravou em relação a outros países, em virtude principalmente do vigor das ideias católicas, potencializadas pela educação jesuítica. A *Companhia de Jesus* foi expulsa de Portugal (e suas respectivas colônias) por meio de um decreto sancionado pelo rei D. José I em 1759, a partir da orientação do então ministro Marquês de Pombal.

O próprio Marquês de Pombal sintetiza o *despotismo* resultante da excessiva centralização política, sendo o mesmo considerado por Oliveira Martins enquanto um *tirano* que ascendeu ao poder após o terremoto que destruiu Lisboa em 1755. Este acontecimento é de suma importância, na visão do autor, para a história de Portugal, pois seria um acontecimento que, como o estudo dos ciclos históricos demonstrava, se repetiria após momentos de crise instaurados por colapsos institucionais<sup>173</sup>, expondo que

Dessa hecatombe nasceu o poder do Marquês de Pombal, e o acaso, aterrando os ânimos para o pavoroso acontecimento, preparou-os para aceitarem submissamente o jugo do tirano, que ia consumir o terramoto político, depois da natureza ter consumado a ruína da cidade perdida de D. João V. [...] O terramoto era o fim de um mundo. Antes de criar, porém, o ministro precisava consagrar a destruição, nas esferas onde a natureza não chega – na sociedade, nas instituições. O terramoto fez-se pois homem, e encarnou em Pombal, seu filho.

---

<sup>172</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães, 1994, p. 96.

<sup>173</sup> Em Roma, o período de tirania também se desenvolveu após um evento de colapso institucional, que se concretizou com a marcha de Sila (e que se tornou ditador) com seu exército sobre Roma após a guerra civil em 81 a.C., em que Martins destaca que “a Itália inteira, ardendo em incêndios, era uma enorme ruína sobre a qual Sila reinava comandando a hora dos seus capitães ferozes à frente da soldadesca selvagem” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – II. Lisboa: Guimaraes, 1952, p. 262).

Observa-se nitidamente as influências da concepção hegeliana de *indivíduo histórico* na construção martiniana sobre Marquês de Pombal e encarnou *em si* o *Espírito* que foi fomentado pelo terremoto, empregando os poderes que lhes foram outorgados (e pelo uso da coerção estatal), para a formulação de um regime de força que visou reconstruir as instituições nacionais.

As *Reformas Pombalinas* são consideradas por Oliveira Martins enquanto uma tentativa de reformular uma nação autônoma e forte, embora as estruturas políticas, econômicas e sociais não possibilitassem o pleno cumprimento de seu projeto político (motivo pelo qual, Pombal trouxe de outros países desde oficiais do exército, até professores para a Universidade de Coimbra). O autor destaca que, embora as propostas levadas a cabo pelo tirano tivessem pouco efeito na época (dado que ele não era considerado enquanto um modelo perfeito de *César* capaz de reestabelecer a coesão nacional), suas políticas visavam a construção de uma máquina estatal “com materiais da Europa, onde uma revolução se realizava nas ideias, e os homens de fora vieram lançar no torrão português a semente das revoluções futuras”<sup>174</sup>.

Em síntese: a partir desta análise sobre a conjuntura política que vigorou em Portugal entre o período da Restauração até a ditadura pombalina, percebe-se como Oliveira Martins buscou demonstrar a repetição dos ciclos históricos que conduzem os governos decadentes a regimes de força (como acontecera com a ditadura de Sila na República Romana e em Portugal com o despotismo de Pombal). O fortalecimento de um governo, a partir da ação coercitiva enquanto Razão-de-Estado, demonstra que estes cesarismos estão fadados a terminarem com o fim do governo de seus líderes, pois os mesmos não são capazes de realizar profundas mudanças estruturais e promover maior coesão orgânica nacional.

O último caso de cesarismo apontado por Oliveira Martins, em Portugal, foi o período da *Regeneração* em Portugal, o qual teve início com a Revolução do Porto (1851), sob a liderança do General Saldanha. O processo culminou com sua posse no governo após a entrada com as tropas em Lisboa, na qual Martins explica que o chamavam de “novo D. João VII. E o bom do marechal acreditava-se ingenuamente

---

<sup>174</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976, p. 490.

um Augusto, vencedor de Lépido Cabral e de António Passos, dos cartistas e dos setembristas, fundador do novo império *regenerado*<sup>175</sup>.

É possível perceber o mecanismo intelectual empregado por Martins quanto à formulação de sua concepção acerca da *regeneração*. Na própria descrição que faz de Saldanha, afirmando que o mesmo se comparava com um *Augusto* (imperador romano), o autor indica o propósito principal da ditadura estabelecida: a tentativa de *restaurar* a grandeza do Império lusitano (cuja decadência já era observada por seus contemporâneos) a partir de um golpe militar (a tal ponto de citar que o consideravam como o sucessor de D. João VI, último monarca absolutista).

O período de *regeneração* também é situado por Oliveira Martins enquanto intermediário. Expõe que “entre o romantismo liberal e a democracia futura está a *regeneração* (nome português do *capitalismo*), um período triste, mas indispensável como consequência do antecedente e preparação do ulterior”. Esta citação demonstra, além da relevância de ser uma época de transição (característica dos *cesarismos*), um aspecto fundamental na historiografia martiniana: o conceito de *capitalismo*. Para o autor, este não se configura enquanto um *modo de produção* da vida material (e que, conseqüentemente, reflete-se nas estruturas políticas e socioeconômicas<sup>176</sup>), mas sim como o controle da esfera política por parte dos detentores de riquezas<sup>177</sup>, os quais utilizam da burocracia estatal para assegurar seus interesses privados (em detrimento à formulação de políticas e leis que beneficiem o bem-estar coletivo).

Além disso, Martins critica a própria noção de uma possível *regeneração* em uma nação em que as ideias e doutrinas políticas estavam tão defasadas (em relação a outros países europeus), considerando principalmente as condições das estruturas políticas, econômicas e sociais em que o país se encontrava. Destaca que

---

<sup>175</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo – II*. Martins: Lello & Irmão, 1981, p. 291.

<sup>176</sup> BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 51-54.

<sup>177</sup> Esta interpretação conceitual do *capitalismo* para Martins também é defendida por Rui Ramos, mas colocando o setor empresarial como principal fator relevante, afirmando que “Para Oliveira Martins, o capitalismo não é um certo estágio econômico. O capitalismo é a usurpação do estado, da república, por *companhias* privadas” (RAMOS, Rui. Oliveira Martins e a Ética Republicana. In: *Revista Penélope*, 18. Lisboa: ICS, 1998, p. 180).

O princípio do individualismo anárquico e liberal, destruidor do passado e da tradição, criador de uma nova classe de ricos saídos da concorrência, tinha de acabar num cepticismo sistemático e numa confissão formal da idolatria da Utilidade, depois de ter percorrido o círculo de experiências e ensaios possíveis dentro das fórmulas e depois de ter demonstrado o vazio de todas elas. Num país caduco, essa evolução fazia-se muito mais rapidamente: por isso era já impossível sair do doutrinário para o idealismo republicano, como em França.<sup>178</sup>

Notam-se dois pontos cruciais nas críticas feitas por Oliveira Martins ao respectivo período: 1) A crítica ao individualismo liberal (enquanto um sistema de representatividade política atomista), formador de uma classe enriquecida e que não representava os órgãos produtivos da nação; e 2) Como esse doutrinário político impossibilitava a formulação de um projeto político consistente para o país, em especial, de caráter *republicano* (no sentido que Martins associava ao termo, ou seja, como uma comunidade política funcional e patriótica).

Outro aspecto analisado por Oliveira Martins é a própria personalidade do marechal Saldanha. Enquanto *indivíduo histórico*, este sintetizou o conturbado contexto político, destacando que “as sucessivas fisionomias políticas de Saldanha são o traço eminente do seu retrato e dos tempos em que existiu. Homem sem ideias, os partidos e programas são para ele ocasiões, e nada mais”<sup>179</sup>. Inclusive, Martins faz uma analogia com a personalidade de Mário, general da República romana que instituiu uma ditadura através de um golpe militar, para em seguida governar a favor dos grandes proprietários de riquezas<sup>180</sup>.

Nesta analogia entre Mário e Saldanha não é apenas o contexto de crise política que se repete nos casos em que se desenvolvem cesarismos configurados enquanto ditaduras. É também como a própria personalidade dos líderes – enquanto militares que buscam o apoio das camadas com maior influência na sociedade – acaba se moldando à mercê do jogo político (situado entre a demagogia que inspira a plebe e o *capitalismo* das oligarquias). Nesta perspectiva, há inclusive alternâncias

<sup>178</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo* – II. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 292.

<sup>179</sup> MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo* – II. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 283.

<sup>180</sup> Segundo Oliveira Martins, os oligarcas, reconhecendo a honestidade pessoal e o vazio intelectual de Mário, procuraram convencê-lo a defender seus interesses políticos, cujas riquezas o ditador necessitava para se manter no poder. Neste ponto, “o general achava-se na situação em que se viu nosso Saldanha; e como ele também, Mário, tão semelhante nos dotes militares e na incapacidade política”. (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – II. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 208).

entre o posicionamento do ditador nos diferentes grupos, visando perpetuar o regime de força instaurado, em que - tanto o general Mário em Roma, como o marechal Saldanha em Portugal - iniciaram o golpe de Estado apoiados primeiramente pelos populares, mas voltando-se para as elites enriquecidas posteriormente, em virtude da necessidade financeira para perpetuar seu governo.

Enfim, é possível observar que, para Oliveira Martins, todos os casos de *cesarismos* que se desenvolveram em Portugal compartilham de determinados aspectos com o modelo *ideal* desenvolvido por Júlio César na República Romana (principalmente na questão da autocracia que reforma a máquina burocrática estatal), sendo todos modelos imperfeitos e híbridos. Isto é resultante da própria lógica de que a *Ideia* do cesarismo (enquanto *tese*) nunca se concretiza de forma perfeita na realidade concreta (sua *antítese*), embora seja um processo cíclico que se repete em contextos de crise política, econômica e social. Entretanto, o autor demonstra que, na história de Portugal, foram nos momentos de maior centralização política em que houve o aprimoramento do governo e da coesão nacional, tendendo, contudo, a dissolverem-se com o fim do período de ditadura.

Por este motivo, verificaremos a seguir como Oliveira Martins associou a necessidade de se reformar o Estado no sentido de um *socialismo* orientado por uma elite cultural, capaz de realizar reformas estruturais na sociedade e que se mantivessem em uma perspectiva de longo prazo.

### 4.3 O SOCIALISMO CATEDRÁTICO

Verificaremos agora a influência do *socialismo catedrático* no pensamento político de Oliveira Martins, com a pretensão de compreender de que forma tal atuação refletiu sobretudo em sua historiografia, bem como, nos contextos sociais vivenciados pelo autor no final do século XIX. Prosseguiremos a respectiva investigação da seguinte forma: 1) Os principais postulados do *socialismo catedrático*; 2) O período em que Oliveira Martins foi deputado e como as ações do socialismo catedrático interferiram seu projeto de lei sobre Fomento Rural e Emigração em 1887; e 3) A participação de Oliveira Martins no movimento *Vida Nova* e no grupo *Vencidos da Vida*, o contexto do *ultimatum* inglês e sua aproximação com o rei.

A corrente de pensamento identificada como *socialismo catedrático* se desenvolveu na Alemanha a partir da década de 1870, composta principalmente por pensadores oriundos de Universidades<sup>181</sup> (origem do adjetivo *catedrático*, utilizado de forma pejorativa por seus críticos). Continha como principal núcleo ideológico compartilhado por seus integrantes, as críticas desenvolvidas tanto aos teóricos liberais da economia política clássica, quanto aos acontecimentos trágicos decorrentes da experiência com a Comuna de Paris (e que demonstrou diversos problemas quanto às propostas socialistas em voga, principalmente as que defendiam o processo revolucionário como única forma de implantação do socialismo).

Embora houvessem muitas discordâncias quanto algumas propostas advogadas por seus membros (especialmente, em relação às diferentes estratégias a serem utilizadas para a formação de um novo sistema político), João Oliva explica que

---

<sup>181</sup> Os pensadores que integraram a corrente de pensamento do Socialismo Catedrático foram influenciados, em sua maioria, pela revista *Jahrbucher fur Nationalokonomie* (Anais da Economia Nacional), cuja publicação teve início em 1863. Porém, a formalização enquanto movimento ideológico ocorreu com o Manifesto surgido da conferência de Eisenach de 1872, que teve como principal foco o debate acerca das desigualdades sociais geradas pelo liberalismo econômico, com a defesa de uma maior intervenção estatal para garantir a redistribuição de riquezas. Entre seus principais pensadores, destacam-se A. Wagner (Universidade de Berlim), A. Rösler (Universidade de Rostock), G. Schmoller (Universidade de Berlim), e Nasse (Universidade de Bona). Para mais, veja-se Halévy, Élie, *História do Socialismo Europeu*. Lisboa: Bertrand, 1975, p. 207-210.

Os *socialistas realistas* (como a si próprio preferiam designar-se), fazem assentar a leitura do real social – ao contrário do liberalismo, fundado nas leis naturais e abstratas da economia política clássica – na análise das condições de evolução histórica das sociedades concretas, cuja transformação seria operada através de um ordenamento jurídico capaz de concretizar pressupostos ético-sociais. Isto é, vão definir os princípios da moral e do direito como pedras base que deveriam prescindir à reorganização e ao aperfeiçoamento da sociedade, à repartição justa e equitativa dos bens sociais.<sup>182</sup>

Nesta perspectiva, percebe-se o núcleo ideológico dos socialistas de cátedra que influenciaram o pensamento de Oliveira Martins: a primazia de uma reforma nas leis, como condição fundamental para o desenvolvimento de um governo mais ético e igualitário. Ou seja, a implementação de um governo que buscasse diminuir as desigualdades sociais não poderia se perpetuar através de revoluções ou golpes de Estado (como nos casos cesaristas ou na Comuna de Paris). A violência política não deveria se sobrepor à ética *republicana*. Além disso, para o autor, os governos e projetos políticos oriundos de regimes de força (em que a *Vontade* individual sobrepuja-se à *Razão-de-Estado*), possuíam (conforme vimos com os exemplos portugueses) uma efêmera duração. Suas realizações (nas esferas governativas e sociais) tendiam a se dissolver rapidamente após o término do governo do ditador.

Por este motivo, a ideia de Justiça não deveria ser consubstanciada na figura do *césar*, mas sim transportada para a esfera constitucional, o que se realizaria por intermédio do desenvolvimento de leis que fomentassem uma maior igualdade social através do intervencionismo estatal (como Bismarck<sup>183</sup> fizera na Alemanha, ao desenvolver um sistema de previdência social, além da criação de mecanismos de defesa para a economia nacional). Em sua essência, tratava-se de uma

---

<sup>182</sup> OLIVA, João. Oliveira Martins e o Socialismo Catedrático. In: *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVIII. Coimbra: 1999, p. 128.

<sup>183</sup> Otto von Bismarck foi um diplomata, militar e político prussiano, um dos principais responsáveis pela unificação do Império Alemão (1871). Sua política baseou-se no militarismo e no nacionalismo, tornando ilegal diversas organizações socialistas, instituindo um sistema de Previdência social e fomentando a nacionalização da economia.



modernização política que conservasse a estrutura burocrática do Estado – fundamental para incentivar a coesão orgânica nacional, em que

O Estado era, assim, para Oliveira Martins como para os socialistas catedráticos, encarado como um meio de realização da justiça e de adequação da realidade política à organização do topo social – com as contradições que ela comportava –, e não como um fim em si mesmo, como personalidade *superior* a esse todo, que *sintetizasse* a própria ideia de justiça.<sup>184</sup>

Afinal, a aproximação de Oliveira Martins com o socialismo catedrático ocorreu quando o mesmo percebeu que, a partir dos desdobramentos da Comuna de Paris e de sua experiência na Andaluzia com a I República Espanhola, havia a necessidade de se reformar a máquina estatal visando torná-la um instrumento fortalecido, capaz de regular uma sociedade desigual e sem coesão. A defesa da nacionalização da economia (em contraposição ao livre-comércio advogado pelos teóricos liberais), visava a construção de uma democracia baseada nos órgãos produtivos da sociedade. Sua concretização seria em uma *representatividade* social baseada no relacionamento entre os sindicatos e o Estado (ao invés do voto individual, resultante da ideia atomística de sufrágio universal).

Em 1880, Oliveira Martins tornou-se presidente da Sociedade de Geografia Comercial do Porto, defendendo principalmente a necessidade de se realizar uma reestruturação econômica no norte de Portugal. É neste período também que o autor intensifica sua aproximação com as teses germânicas do socialismo catedrático, o que se efetivou a partir da troca de correspondências com Eduard Bernstein<sup>185</sup>.

Percebe-se a importância associada por Martins quanto à necessidade de concretizar suas concepções políticas no ano de 1884, quando ele ingressa no Partido Progressista, no qual, junto com Anselmo José, lançou o movimento *Vida*

---

<sup>184</sup> OLIVA, João. Oliveira Martins e o Socialismo Catedrático. In: *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVIII. Coimbra: 1999, p. 133.

<sup>185</sup> Eduard Bernstein foi o primeiro grande crítico do pensamento político marxista e também um dos principais teóricos da social-democracia. Enquanto membro do Partido Social-Democrata alemão, moldou a ideologia partidária junto com Karl Kaustsky no sentido de um *socialismo evolutivo* (rompendo com a necessidade de uma *revolução* para a instauração de um governo socialista, defendendo que isto deveria acontecer através de eleições). Para mais, veja-se BERNSTEIN, Eduard. *The Preconditions of Socialism*. Cambridge: Henry Tudor, 1993, p. 15-36.

*Nova*. Estas eram as principais propostas defendidas pelo movimento, Guilherme d'Oliveira Martins destaca ainda que

As pautas aduaneiras deveriam ser reformadas num sentido protecionista e racionalizador. Deveria ser aprovado um código de trabalho fabril, sobre horários e condições de trabalho, prevenção de acidentes e assistência social e sobre o trabalho das crianças e das mulheres. A instrução profissional deveria desenvolver-se, generalizar-se e unificar-se. As instituições de socorros mútuos deveriam federar-se e criar um sistema coerente de seguro social.<sup>186</sup>

Nota-se a influência das teorias do socialismo catedrático nas propostas defendidas por Oliveira Martins no *Vida Nova*. Em especial, os mecanismos de regulamentação económicos e sociais, representados pelas questões fiscais (controle alfandegário), assim como na necessidade de se formular uma legislação que supervisionasse as condições dos trabalhadores (incluindo também o incentivo à formação profissional dos mesmos). Outro ponto importante é a questão do fomento a um sistema de seguridade social através das instituições de mútuo socorro, que se dividiam como agremiações que representavam determinadas profissões – embora não seja uma previdência social unificada e regida diretamente pelo Estado.

Outrossim, Martins é eleito deputado pelo Porto em 1887, período em que ele se dedica a estudar o problema da questão agrícola no país, culminando no seu projeto de lei sobre Fomento Rural e Emigração, essencial para a reestruturação económica do país (pois as regiões rurais estavam em muitas partes abandonadas). Tratava-se, em seu cerne, de uma reforma agrária para Portugal e que deveria ser planejada e executada pelo governo, pois também era necessário “apoiar a colonização, adaptando o sistema de aforamentos enfitêuticos, secar os pântanos e regular a utilização de águas públicas, arborizar e regulamentar a caça e a pesca”<sup>187</sup>.

Este é um aspecto fundamental do pensamento político de Oliveira Martins e que já havia sido expresso em sua historiografia: a ideia de que fornecer às classes

---

<sup>186</sup> MARTINS, Guilherme d'Oliveira. O essencial sobre Oliveira Martins. Lisboa: INCM, 2003, p. 46-47.

<sup>187</sup> MARTINS, Guilherme d'Oliveira. O essencial sobre Oliveira Martins. Lisboa: INCM, 2003, p. 57.

populares acesso à terra era a melhor forma de criar uma classe de cidadãos livres<sup>188</sup>. Ou seja, não seria apenas uma mera forma de distribuir riquezas, mas sim um mecanismo de engenharia social. Quanto a esta questão, Rui Ramos sintetiza que

Martins concebeu o *fomento rural* como uma obra nacional, a fixação da população excedentária das províncias do norte nas terras do sul de Portugal, e ao mesmo tempo conseguir-se-ia uma medida de autarquia. Esta visão teria um impacto enorme no imaginário político português.<sup>189</sup>

Embora o projeto de fomento rural não tinha sido levado para votação, ele demonstrava como Martins buscou aplicar uma concepção defendida em sua historiografia enquanto ação política concreta na esfera estatal. Foi nesse contexto também que teve início as reuniões do grupo *Vencidos da Vida*, composto tanto por parlamentares, quanto por membros da Geração de 1870 (entre eles Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro) e da aristocracia próxima ao Príncipe D. Carlos. Um dos elementos que criava a coesão do grupo centrava-se no fato de que “os *Vencidos* queriam mudar, usando os meios legais e procurando, sobretudo, aproveitar a circunstância iminente da sucessão do monarca. D. Carlos poderia ser a tábua de salvação”<sup>190</sup>.

A aproximação com o rei D. Carlos se efetivou durante o contexto do *ultimato inglês*<sup>191</sup>, no qual Oliveira Martins foi convidado para assumir a pasta da Fazenda

---

<sup>188</sup> Martins explica que as Leis Semprónias fomentavam o processo de fortalecimento da República em Roma (na medida em que estimulava a formação de novos cidadãos no Censo, enquanto agricultores soldados), sintetizando que “de fato, porém, se a república queria salvar-se, restaurando a pequena burguesia rural, fixando-a para sempre nos prazos agrícolas, força era apoiar a lei Semprónia. Pela primeira vez nesta ordem de coisas aparecia em Roma os *salus populi* ou Razão-de-Estado, em conflito com o direito *stricto, strictum jus*. E aparecia propondo uma revolução social de tal ordem que destruiria o poder da nobilitas no Senado, já por lhe tirar o alicerce da riqueza agrária, já por dar aos cidadãos uma liberdade positiva incompatível com a situação de proletários” (MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana* – II. Lisboa: Guimarães, 1952, p. 155).

<sup>189</sup> RAMOS, Rui. Oliveira Martins e a Ética Republicana. In: *Revista Penélope*, 18. Lisboa: ICS, 1998, p. 181.

<sup>190</sup> MARTINS, Guilherme d'Oliveira. O essencial sobre Oliveira Martins. Lisboa: INCM, 2003, p. 63-64.

<sup>191</sup> O Ultimato britânico de 1890 exigia a retirada das tropas portuguesas do território situado entre as colônias de Angola e Moçambique, acabando com a possibilidade de Portugal unificar as duas costas do continente africano em uma faixa de ocupação contínua (conhecido também como o *Mapa Cor-de-Rosa*). Tal acontecimento mostrou a submissão de Portugal perante a Inglaterra, abalando

(embora acabe não aceitando). No mesmo ano, o autor participou da Conferência Internacional para a Proteção Operária (em Berlim) e que foi “essencial para o lançamento da uniformização dos direitos respeitantes à proteção social dos trabalhadores e às condições de trabalho”<sup>192</sup>.

Em síntese: a partir do que foi exposto, é possível verificar que a aproximação de Oliveira Martins com o socialismo catedrático se desenvolveu em consonância com suas percepções acerca dos contextos políticos e sociais ocorridos em sua época (entre eles, a violência decorrente da queda da Comuna de Paris, assim como o sistema de previdência social desenvolvido na Alemanha de Otto von Bismarck). Inclusive, buscou também manter diálogo com os pensadores desta matriz política, assim como empregou algumas de suas propostas no período em que foi deputado (o que é demonstrado por sua troca de correspondências com Eduard Bernstein, pela lei de fomento rural, e pelas medidas defendidas de nacionalização da economia e maior seguridade social para os trabalhadores).

---

profundamente o contexto político do país (inclusive fortalecendo movimentos de caráter republicano).

<sup>192</sup> MARTINS, Guilherme d'Oliveira. O essencial sobre Oliveira Martins. Lisboa: INCM, 2003, p. 68.

## 5 CONCLUSÕES

Com base nas análises desenvolvidas ao longo deste trabalho, formalizaremos agora as conclusões obtidas, seguindo a estrutura lógica empregada durante a redação dos capítulos: o contexto sociocultural vivenciado por J. P. de Oliveira Martins e sua relação com a Geração de 1870; o embasamento teórico que subjaz à sua ideia de Decadência; o emprego de analogias com a História Antiga para fundamentar sua concepção de ciclos históricos; as concepções do autor sobre o cesarismo; e a influência que o *socialismo catedrático* exerceu no pensamento político e na historiografia do autor.

No primeiro capítulo, ao situarmos J. P. de Oliveira Martins em seu *locus* de produção, verificamos como a ideia de Decadência de Portugal foi o elemento de coesão que compunha o *espaço de experiência* da Geração de 1870 (e cujo *horizonte de expectativa* pautava-se na formulação de um prognóstico modernizador para o país), sendo um tema central na redação das obras historiográficas de Oliveira Martins. Sua fundamentação teórica baseava-se na lógica hegeliana (enquanto ferramenta epistêmica para compreender os progressos do *Espírito* e das sociedades) e nas teorias sobre o organicismo social (como abordagem sociológica para estudar as sociedades enquanto organismos vivos), o que possibilitou ao autor conceber a Decadência como resultante de um processo que se repetia na História, observável a partir do estudo dos ciclos históricos de desenvolvimento das sociedades.

A análise sobre os ciclos históricos desenvolveu-se a partir das analogias estabelecidas por Oliveira Martins entre a história da República Romana e de Portugal, onde verificamos como as construções historiográficas martinianas relacionavam-se com as questões debatidas em seu presente. Entre elas, destacamos sua polêmica com Teófilo Braga sobre a identidade nacional portuguesa, e os debates com Antero de Quental quanto a causa da decadência dos povos peninsulares. Evidenciou-se como a influência do contexto cultural impactou na produção intelectual do autor, o qual redigiu sua historiografia utilizando-se de exemplos históricos (*Magistra Vitae*), para fundamentar uma percepção necessitarista do *sentido da História*.

Assim, a história de Portugal repetiu o mesmo processo de decadência que se desenvolveu na República Romana, pois ambos organismos sociais possuíam características análogas: formavam uma Nação, sem constituir um corpo etnologicamente homogêneo. Os estágios de desenvolvimento natural das sociedades (*surgimento, apogeu, catástrofe e decadência*) demonstravam que o período de constituição do organismo social, após atingir seu apogeu com a unificação territorial e delimitação das fronteiras nacionais, resultou no alargamento do Espírito nacional a partir das conquistas de outras sociedades. Este processo levou, para Martins, Roma e Portugal a incorporarem elementos estranhos ao seu Espírito nacional, conduzindo à subversão dos caracteres originais como consequência do próprio processo de crescimento, gerando sua *antítese* que tornou as Nações dependentes de suas colônias para subsistirem (caracterizada como a mudança do espírito rural e militar, pela mentalidade mercantil e exploratória associada a Cartago).

A noção de ciclos históricos também foi empregada por Oliveira Martins para demonstrar como os *indivíduos históricos*, conforme a história da República Romana demonstrava em personagens como Mário, Sila e Júlio César, surgiam em momentos de crise, instaurando regimes de força. O modelo ideal de indivíduo que encarnou as aspirações nacionais foi Júlio César, que buscou desta forma concretizar a síntese entre Razão-de-Estado e *Vontade* social. Assim, verificamos que o *César*, para Martins, é o indivíduo capaz de reestruturar a coesão orgânica social em períodos de crise.

Porém, o cesarismo nunca foi um projeto político a ser defendido, mas sim a única solução quando o grau de desigualdade social acabasse dividindo completamente a sociedade entre uma oligarquia dominante e a plebe. O *césar*, apoiado pelos militares e com auxílio popular, seria o único capaz de estabelecer um governo que não favorecesse a apenas uma classe social, buscando fomentar leis que beneficiassem à coletividade. Em outras palavras, o cesarismo seria a única opção viável de governabilidade, quando não houvessem mais possibilidades de se estabelecer políticas verdadeiramente igualitárias para todos cidadãos.

Em seguida, estudamos os casos de cesarismos associados por Oliveira Martins na história de Portugal, enfatizando o governo de D. Fernando (considerado

como o reinado que desenvolveu a máquina governativa da Coroa, possibilitando posteriormente a conquista de Ceuta e as grandes Navegações); o governo de Marquês do Pombal (associado por Oliveira Martins como uma *tiranía*, sendo a encarnação do próprio terremoto que destruiu Lisboa no nível das esferas institucionais, relacionando-o à figura de Sila em Roma); e o governo do Marechal Saldanha durante o período da *Regeneração* (associado por Oliveira Martins enquanto o período de fortalecimento do *capitalismo*, entendido como o domínio do governo por uma classe detentora de riquezas e que o autor associa à ditadura de Mário em Roma). Mesmo enquanto modelos híbridos de cesarismos, Oliveira Martins conclui que foram nestes períodos de maior centralização política, que houveram os maiores avanços na esfera governamental.

Por fim, verificamos como ocorreu a evolução de um pensamento federalista e descentralizador, para a defesa de um governo centralizado e com uma economia nacionalizada no pensamento político martiniano, a partir das experiências que o autor observou com a proclamação da I República Espanhola e com os acontecimentos da Comuna de Paris. Com seu retorno a Portugal, o autor passou a acompanhar com interesse o pensamento dos *socialistas catedráticos* e que serviu como base para o desenvolvimento de alguns de seus projetos políticos no período em que foi deputado pelo Porto (em especial, à lei de fomento rural e emigração) e que, como demonstramos, tratava-se de um mecanismo de engenharia social que visava a formação de novos cidadãos pela concessão de terras (de forma análoga às Leis Semprónias em Roma). Demonstra-se como uma produção historiográfica se articula diretamente enquanto um discurso político.

Concluimos também a necessidade de se aprofundarem os estudos sobre o *socialismo catedrático*, em razão de existirem poucos estudos em língua portuguesa (e cujas obras dos pensadores ligados a esta vertente socialista inclusive carecem de traduções do alemão para outros idiomas), assim como de sua recepção em países como Portugal e Espanha.

## Referências

- BAUMER, Franklin. *O Pensamento Moderno Europeu*. Volume I – Séculos XVII e XVIII. Lisboa: Edições 70, 1990.
- BAUMER, Franklin. *O Pensamento Moderno Europeu*. Volume II – Séculos XIX e XX. Lisboa: Edições 70, 1990b.
- BERLIN, Isaiah. *A Apoteose da Vontade Romântica*. Lisboa: Bizâncio, 1999.
- BERNSTEIN, Eduard. *The Preconditions of Socialism*. Cambridge: Henry Tudor, 1993.
- BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: A Geração de 70*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOYSÉS, Leyla. (Org.). *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.
- CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas*. São Paulo: Abril, 1979.
- CARVALHO, J. M. O positivismo brasileiro e a importação de idéias. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (org). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1998.
- CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006.
- CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: NVDOC, 2005.
- CATROGA, Fernando. História e Ciências Sociais em Oliveira Martins. In: *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida?. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, n. 2, 2006, p. 25.
- CHÂTELET, François. *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CHEVALIER, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Adir, 1986.
- CLEMENTE, Eloy. J. P. d'Oliveira Martins nas minas de Santa Eufémia (1870-1874). In: *Ler História*., 54, 2008
- CICERO. *De Oratore*. Leipzig: Teubner, 1862.



- DILTHEY, Wilhelm. *Os Tipos de Concepção de Mundo*. Covilhã: Lusosofia, 1992.
- Halévy, Élie, *História do Socialismo Europeu*. Lisboa: Bertrand, 1975, p. 207-210.
- HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995.
- HEGEL, Friedrich. *Fenomenologia da Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- JAEGER, Werner. *Paidéia – A Formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LOVEJOY, Arthur. *A Grande Cadeia do Ser*. São Paulo: Palíndromo, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *Portugal: identidade e diferença*. Lisboa: Guilherme Valente, 2007, p. 119.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *O essencial sobre Oliveira Martins*. Lisboa: INCM, 2003.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães, 1994.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1976.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana – Vol. I*. Lisboa: Guimarães, 1952.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana – Vol. II*. Lisboa: Guimarães, 1952.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *História da República Romana – Vol. III*. Lisboa: Guimarães, 1952.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Helenismo e a Civilização Cristã*. Lisboa: Guimarães, 1985.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Tábua de Chronologia*. Lisboa: Bertrand, 1884 Editores, 1952.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo – Vol. I*. Porto: Lello & Irmão, 1981.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo – Vol. II*. Porto: Lello & Irmão, 1981.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Elementos de Antropologia*. Lisboa: Guimarães, 1954.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *As raças humanas e a civilização primitiva*. Lisboa: Bertrand, 1921.

- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Sistema dos mitos religiosos*. Lisboa: Guimarães, 1988.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *Quadro das instituições primitivas*. Lisboa: Guimarães, 1953.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *O regime das riquezas: elementos da crematística*. Lisboa: Guimarães, 1975.
- MATOS, Sérgio. Oliveira Martins e o federalismo oitocentista. In: *O federalismo europeu – História, política e utopia*. Lisboa: Colibri, 2001.
- MEDINA, João. *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.
- MEDINA, João. *Herculano e a geração de 70*. Lisboa: Terra Livre, 1977.
- OLIVA, João. Oliveira Martins e o Socialismo Catedrático. In: *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVIII. Coimbra: 1999
- PAREDES, Marçal. *Configurações Luso-Brasileiras: Fronteiras Culturais, Demarcações de História e Escalas Identitárias (1870-1910)*. Coimbra: Nova Edições Acadêmicas, 2013.
- PAREDES, Marçal. A Querela dos Originais: notas sobre a polémica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 103-119, 2006.
- PAREDES, Marçal. História e Escala ou o Brasil e a identidade portuguesa: um estudo sobre J. P. De Oliveira Martins. In: *Revista Ágora – Historiografia e Escrita da História*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2005.
- PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: Filosofia. História. Engenharia Social*. Coimbra: Almedina, 2001.
- PIRES, António Machado. *A ideia de decadência na Geração de 70*. Lisboa: Vega, 1992.
- PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Buenos Aires, El Ateneo, 1948.
- POCOCK, J. G. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- QUENTAL, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Ulmeiro, 2001.
- RAMOS, Rui. *Oliveira Martins e a Ética Republicana*. In: *Revista Penélope*, 18. Lisboa: ICS, 1998.
- SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1995.
- WEBER, Thadeu. *Hegel: Liberdade, Estado e História*. Petrópolis: Vozes, 1993.